

10. ANEXOS

SUMÁRIO

- 10.1 ESTATUTO**
- 10.2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**
- 10.3 CAMPUS VITÓRIA**
- 10.4 CAMPUS SANTA TERESA**
- 10.5 CAMPUS DE ALEGRE**
- 10.6 CAMPUS ITAPINA**
- 10.7 CAMPUS COLATINA**
- 10.8 CAMPUS SERRA**
- 10.9 CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**
- 10.10 CAMPUS SÃO MATEUS**
- 10.11 CAMPUS CARIACICA**
- 10.12 CAMPUS ARACRUZ**
- 10.13 CAMPUS LINHARES**
- 10.14 CAMPUS NOVA VENÉCIA**
- 10.15 PRÓ REITORIA DE ENSINO**
- 10.16 PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO**
- 10.17 PRÓ REITORIA DE EXTENSÃO E PRODUÇÃO**
- 10.18 EMPRESAS/INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO IFES**

10.1 ESTATUTO

SUMÁRIO

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO	4
CAPÍTULO I DA NATUREZA E DAS FINALIDADES	4
CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS, DAS FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS E DOS OBJETIVOS	5
CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	7
TÍTULO II DA GESTÃO	8
CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	8
SEÇÃO I Do Conselho Superior	8
SEÇÃO II Do Colégio de Dirigentes	9
CAPÍTULO II DA REITORIA	10
SEÇÃO I Do Gabinete	11
SEÇÃO II Das Pró-Reitorias	11
SEÇÃO III Das Diretorias Sistêmicas	11
SEÇÃO IV Da Auditoria Interna	11
SEÇÃO V Da Procuradoria Jurídica	11
CAPÍTULO III DOS CAMPI	12
TÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO	12
CAPÍTULO I DO ENSINO	10
CAPÍTULO II DA EXTENSÃO E PRODUÇÃO	10
CAPÍTULO III DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	13
TÍTULO IV DA COMUNIDADE ACADÊMICA	13
CAPÍTULO I DO CORPO DISCENTE	11
CAPÍTULO II DO CORPO DOCENTE	11
CAPÍTULO III DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	14
CAPÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR	14
TÍTULO V DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS	12
TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO	12
TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15

ESTATUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO

1.1. Capítulo I Da Natureza e Das Finalidades

Art. 1º O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1º. O Instituto Federal do Espírito Santo é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

§ 2º. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Espírito Santo é equiparado às universidades federais.

§ 3º. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, estrutura descentralizada pluricurricular e *multicampi*, tem os seguintes domicílios:

- a) Reitoria;
- b) Campus Vitória;
- c) Campus Santa Tereza;
- d) Campus de Alegre;
- e) Campus Itapina;
- f) Campus Colatina;
- g) Campus Serra;
- h) Campus Cachoeiro de Itapemirim;
- i) Campus São Mateus;
- j) Campus Cariacica;
- k) Campus Aracruz;
- l) Campus Linhares;
- m) Campus Nova Venécia;
- n) Campus Venda Nova;
- o) Campus Ibatiba;
- p) Campus Guarapari;
- q) Campus Vila Velha;
- r) Campus Caramuru;
- s) Campus Piúma.

§ 4º. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao Estado do Espírito Santo, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica.

Art. 2º O Instituto Federal do Espírito Santo rege-se pelos atos normativos mencionados no *caput* do Art. 1º, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Resoluções do Conselho Superior; e
- IV. Atos da Reitoria.

1.2. Capítulo II Dos Princípios, Das Finalidades e Características e Dos Objetivos

Art. 3º - O Instituto Federal do Espírito Santo, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e
- V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Art. 4º O Instituto Federal do Espírito Santo tem as seguintes finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de

- desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação científica e tecnológica;
 - VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
 - VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
 - VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
 - IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 5º O Instituto Federal do Espírito Santo tem os seguintes objetivos:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- ministrar em nível de educação superior:
 - cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 6º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no §2º do art. 8º da Lei nº. 11.892/2008.

1.3. Capítulo III Da Organização Administrativa

Art. 7º A organização geral do Instituto Federal do Espírito Santo compreende:

- COLEGIADOS
 - Conselho Superior;
 - Colégio de Dirigentes;

- REITORIA
 - Gabinete;
 - Pró-Reitorias:
 - Pró-Reitoria de Ensino;
 - Pró-Reitoria de Extensão e Produção;
 - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação;
 - Pró-Reitoria de Administração e Orçamento; e
 - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
 - Diretorias Sistêmicas;
 - Auditoria Interna; e
 - Procuradoria Jurídica.
- *CAMPI*, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

§ 1. O detalhamento da estrutura organizacional do Instituto Federal do Espírito Santo, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidas no seu Regimento Geral.

§ 2. O regimento geral poderá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à reitoria e às pró-reitorias.

TÍTULO II DA GESTÃO

1.4. Capítulo I Dos Órgãos Colegiados

1.4.1. SEÇÃO I Do Conselho Superior

Art. 8º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal, tendo a seguinte composição:

1. o Reitor, como presidente;
2. representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
3. representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
4. representação de 1/3 (um terço) do número de *campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
5. 02 (dois) representantes dos egressos;
6. 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
7. 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
8. representação de 1/3 (um terço) dos diretores-gerais de *campi*, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco), eleitos por seus pares, na forma regimental;

§ 1º Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV e V, após eleição, serão designados por ato do Reitor.

§ 2º Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VIII.

§ 3º Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada Campus que compõe o Instituto Federal poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria.

§ 4º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

§ 6º. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 9º Compete ao Conselho Superior:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal do Espírito Santo e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal do Espírito Santo e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo, bem como o registro de diplomas;
- X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal do Espírito Santo, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e
- XI. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

1.4.2. SEÇÃO II

Do Colégio de Dirigentes

Art. 10. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- . o Reitor, como presidente;
- . os Pró-Reitores; e
- . os Diretores-Gerais dos *Campi*.

Parágrafo único. O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 11. Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;

- III. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal;
- IV. Apreçar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. Apreçar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI. Apreçar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetido.

1.5. Capítulo II Da Reitoria

Art. 12. O Instituto Federal do Espírito Santo será dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O ato de nomeação a que se refere o *caput* levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 13. Ao Reitor compete representar o Instituto Federal do Espírito Santo, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e nas ausências eventuais do Reitor, a Reitoria será exercida pelo seu substituto legal designado na forma da legislação pertinente.

Art. 14. A vacância do cargo de Reitor decorrerá de:

- exoneração em virtude de processo disciplinar;
- demissão, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- posse em outro cargo inacumulável;
- falecimento;
- renúncia;
- aposentadoria; ou

VII. término do mandato.

§ 1º. Nos casos de vacância previstos nos incisos deste artigo, assumirá a Reitoria o seu substituto legal, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, o processo de consulta à comunidade para eleição do novo Reitor.

Art.15. A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal do Espírito Santo, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Art. 16. O Instituto Federal do Espírito Santo tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os

termos do art. 9º da Lei nº. 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

Parágrafo único. Os Diretores-Gerais dos *Campi* respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

1.5.1. SEÇÃO I Do Gabinete

Art. 17. O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

Art. 18. O Gabinete disporá de órgãos de apoio imediato e de Assessorias Especiais.

1.5.2. SEÇÃO II Das Pró-Reitorias

Art. 19. As cinco Pró-Reitorias deverão ser descritas no âmbito do Estatuto do IF e dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões ensino, administração, pesquisa e extensão.

1.5.3. SEÇÃO III Das Diretorias Sistêmicas

Art. 20. As diretorias sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

1.5.4. SEÇÃO IV Da Auditoria Interna

Art. 21. A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

1.5.5. SEÇÃO V Da Procuradoria Jurídica

Art.22. A Procuradoria Jurídica é um órgão descentralizado da Procuradoria Federal, nos termos da legislação vigente, com o objetivo de prestar consultoria e assessoramento jurídico à Reitoria

1.6. Capítulo III Dos Campi

Art. 23. Os *Campi* do Instituto Federal do Espírito Santo são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral.

Parágrafo único. Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

TÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO

1.7. Capítulo I Do Ensino

Art. 24. O currículo no Instituto Federal está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

Art. 25. As ofertas educacionais do Instituto Federal estão organizadas através da formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

1.8. Capítulo II Da Extensão e Produção

Art. 26. As ações de extensão e da produção constituem um processo educativo, social, cultural, científico e tecnológico que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade.

Art. 27. As atividades de extensão e da produção têm como objetivo apoiar o desenvolvimento e a inovação educacional, social, cultural, científica e tecnológica, através da oferta de cursos e de programas para a realização de atividades específicas.

1.9. Capítulo III Da Pesquisa e Pós-graduação

Art. 28. As ações de pesquisa e da pós-graduação constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Art. 29. As atividades de pesquisa e da pós-graduação têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

TÍTULO IV DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 30. A comunidade acadêmica do Instituto Federal do Espírito Santo é composta pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo.

1.10. Capítulo I Do Corpo Discente

Art. 31. O corpo discente do Instituto Federal do Espírito Santo é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela instituição.

§ 1º. Os alunos do Instituto Federal do Espírito Santo que cumprirem integralmente o currículo dos cursos e programas farão jus a diploma ou certificado na forma e nas condições previstas na organização didática.

§ 2º. Os alunos em regime de matrícula especial somente farão jus à declaração das disciplinas cursadas ou das competências adquiridas.

Art. 32. Somente os alunos com matrícula regular ativa nos cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, poderão votar e serem votados para as representações discentes do Conselho Superior, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores-Gerais dos Campi.

1.11. Capítulo II Do Corpo Docente

Art. 33. O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal do Espírito Santo, regidos pelo Regime Jurídico Único, e demais professores admitidos na forma da lei.

1.12. Capítulo III Do Corpo Técnico-Administrativo

Art. 34. O corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal do Espírito Santo, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional.

1.13. Capítulo IV Do Regime Disciplinar

Art. 35. O regime disciplinar do corpo docente é estabelecido em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 36. O regime disciplinar do corpo docente e técnico-administrativo do Instituto Federal do Espírito Santo observa as disposições legais, normas e regulamentos sobre a ordem disciplinar e sanções aplicáveis, bem como os recursos cabíveis, previstos pela legislação federal.

TÍTULO V DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS

Art. 37. O Instituto Federal do Espírito Santo expedirá e registrará seus diplomas em conformidade com o § 3º do art. 2º da Lei nº 11.892/2008 e emitirá certificados a alunos concluintes de cursos e programas.

Art. 38. No âmbito de sua atuação, o Instituto Federal do Espírito Santo funciona como instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

Art. 39. O Instituto Federal do Espírito Santo poderá conferir títulos de Mérito Acadêmico, conforme disciplinado no Regimento Geral.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 40. O patrimônio do Instituto Federal do Espírito Santo é constituído por:

- bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos *Campi* que o integram;

- bens e direitos que vier a adquirir;
- doações ou legados que receber; e
- incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal do Espírito Santo devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Instituto Federal do Espírito Santo, conforme suas necessidades específicas, poderá constituir órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas.

Art. 42. O atual reitor pro tempore cumprirá mandato de 4 anos a partir da posse.

Parágrafo único. Será permitida sua recondução, caso eleito, para cumprir apenas mais um mandato.

Art. 42. Os casos omissos neste Estatuto serão submetidos à apreciação pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Espírito Santo.

10.2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

9. INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) foi elaborado no ano de 2009, a partir da integração e adequação dos projetos que as quatro autarquias do Estado do Espírito Santo, que hoje constituem o Instituto, vinham construindo ou reelaborando, em 2008, em meio à continuidade da 1ª fase do plano de expansão, iniciado em 2006, com o objetivo de levar a formação profissional e tecnológica aos estados sem essa oferta, bem como ao interior dos outros estados, da 2ª fase do plano de expansão, iniciado em 2007, com o objetivo de colocar uma instituição de ensino técnico, ou equivalente, no âmbito da educação profissional e tecnológica em cada cidade-pólo do país, e da assinatura da proposta para criação dos Institutos Federais, que representam a institucionalização de uma política pública diferenciada para a educação e a formação profissional no país.

Como referencial para a elaboração deste documento, foram considerados a Constituição Federal vigente, art. 206, que trata dos princípios nos quais o ensino será ministrado; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9394, de 1996, principalmente os artigos 12, 13, 14 e 15 que estabelecem os princípios da Gestão Democrática e da Autonomia da Escola, e os artigos 39 a 41, que tratam da Educação Profissional; a Lei 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera os artigos 37, 39, 41 e 42 da LDBEN; e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como os estudos de alguns autores que abordam a elaboração de PPI em sua conceituação, características e dimensão.

O PPI é, portanto, um documento de orientação acadêmica e política do Instituto Federal, constituído de objetivos próprios a partir das bases regimentais desta instituição e das identidades, características e formação das pessoas que trabalham, estudam, aprendem, juntas e separadas; enfim, da cultura organizacional. De acordo com Libâneo (2001, p.125):

(...) De certo modo o projeto pedagógico curricular é tanto a expressão da cultura da escola (cultura organizacional) como sua recriação e desenvolvimento. Expressa a cultura da escola porque está assentado nas crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que o

elaboram. Ao mesmo tempo, é um conjunto de princípios e práticas que reflete e recria essa cultura, projetando a cultura organizacional que se deseja visando a intervenção e transformação da realidade. (...)

Durante a pesquisa teórica para estruturação do PPI, percebeu-se que ele pode possuir nomes diferentes, em contextos diversos. Nas referências consultadas, encontra-se a idéia de Projeto Político Pedagógico – PPP. Libâneo (2001) dá o nome de Projeto Pedagógico Curricular – PPC. O Ifes, ao se consolidar como uma instituição plural, tanto em público como em modalidades de ensino, compreende seu projeto como Projeto Pedagógico Institucional – PPI, reafirmando a esfera pedagógica, sem diminuir a política que é intrínseca a ela.

Assim, compreende-se o PPI como documento que se consolida em instrumento político e pedagógico; que busca unir a prática cotidiana com a teórica e apontar caminhos metodológicos, curriculares e administrativos de nossa instituição. Um exercício reflexivo, resultado da prática necessária para a elaboração e a própria ação do PPI, que aponta para as mudanças necessárias a serem vividas por professores, alunos, gestores, pais e toda a comunidade.

Para Vasconcellos (1995, p.143) o projeto pedagógico é

(...) um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

Por isso, ao reformular/construir o Projeto Pedagógico Institucional, compreende-se como de máxima importância dar voz para que todos os sujeitos envolvidos no processo façam uso do exercício dialógico, ou seja, vivam o diálogo respeitando o conceito de falar junto a alguém e não para alguém (FREIRE, 1983) seja a partir de suas representatividades, seja por meio de instrumentos metodológicos viáveis.

De acordo com Veiga (1998, p.112-113), o “projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado”.

Como norte para a elaboração e a própria prática metodológica do PPI, buscou-se em Veiga (1996) os seguintes princípios: igualdade de condições para acesso e permanência na escola; qualidade para todos; qualidade técnica formal vista como a habilidade (neste, o Ifes acrescenta a disponibilidade do uso dos instrumentos e métodos adequados); e qualidade política, que resumimos nos desafios da participação, ou seja, na construção da história humana. Incluem-se aqui os desafios da luta permanente contra a repetência e a evasão, a gestão democrática nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, a liberdade a ser continuamente ampliada e intrinsecamente envolvida com a autonomia, a valorização do magistério como um dos princípios que retroalimenta os demais, a estruturação da formação inicial e continuada e a relação com a sociedade, intervindo nela e sendo influenciada por ela.

10. DIAGNÓSTICO

2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ao longo da História do Brasil, algumas concepções de ensino, no que concerne à educação profissional, foram colocadas de modo persistente, condicionando o formato dado ao seu desenvolvimento e aplicação prática. No cerne das referidas concepções, o ensino profissionalizante foi pensado, ora para treinar uma parcela da população para o desempenho de atividades manuais consideradas de nível intelectual inferior, ora para os grupos sociais desfavorecidos economicamente, com uma redução a aspectos de ordem social, caritativa e corretiva. Tal configuração criou obstáculos para a implantação e desenvolvimento de um ensino profissional pautado na formação integral do cidadão, trazendo dificuldades visíveis nos dias atuais que ainda precisam ser superadas.

Um primeiro ponto diz respeito ao modo como o trabalho manual foi encarado durante os séculos da colonização. Por ter sido o trabalho pesado delegado aos escravos, índios, mestiços e brancos pobres, toda a instrução relativa a este tipo de atividade foi dirigida a tais grupos. Às atividades laborais que envolviam as lides manuais foi atribuído o estigma da servidão. Esse encaminhamento trouxe consequências como a generalização do pensamento de que os ofícios manuais eram destinados aos “deserdados da sorte”, ficando o homem livre praticamente impedido de desempenhar atividades manuais pela

carência de formas sistematizadas de aprendizado na área, bem como pelo estigma social que o trabalho manual carregava consigo.

Diante disso, uma característica sintomática da sociedade colonial era a existência de um requisito básico que condicionava a ocupação de cargos públicos, qual seja, a não atuação em atividades de cunho manual. Por outro lado, a forma da educação jesuítica contribuía para a dificuldade de universalização do “ensino profissional” da época, já que a mesma visava a formação religiosa, artística e retórica, colocando os ofícios manuais num plano subalterno ou mesmo desconsiderando-os.

O desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado com a proibição da existência de fábricas em 1785. Isso aconteceu devido à consciência dos portugueses de que

“O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil”, (Alvará de 05.01.1785, in FONSECA, 1961).

De acordo com Garcia (2000), com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a conseqüente revogação do referido Alvará, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

Na Era Imperial e primeiras décadas da fase republicana, afirmar-se-ia um pensamento no qual a educação profissional era vista como um caminho para inserir no processo produtivo indivíduos acerca dos quais se julgava serem detentores de um potencial insuficiente para o ingresso no mercado de trabalho. Desse modo, por cerca de um século, “(...) aspectos de cunho social e caritativo marcaram indelevelmente os primórdios da educação técnica no Brasil (...)”. Esta modalidade de educação “(...) esteve associada à população de baixa renda, sem identidade, destituída de intenções pedagógicas de desenvolvimento intelectual pleno (...)”, segundo o entendimento daqueles que eram os responsáveis pelo encaminhamento a ser dado ao processo educacional, excluindo de seus bancos, durante a vigência do regime escravocrata, negros alforriados e escravos.

A consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil teve como um de seus marcos a declaração de Afonso Pena, em seu discurso de posse, como Presidente da República;

“A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”.

Sobre tal aspecto, Kuenzer (1999) denomina de dualidade estrutural as trajetórias educacionais diferenciadas. Para os filhos dos trabalhadores, além do curso primário, era possível realizar o curso rural e o curso profissionalizante. No nível ginásial poderiam realizar, exclusivamente, cursos profissionalizantes: o normal, o técnico comercial e o técnico agrícola. Nesse contexto, essas modalidades educativas não davam ingresso ao curso superior. Aos filhos das elites era destinado o ensino primário e a seguir o ensino propedêutico, voltado para o acesso ao ensino superior, com subáreas profissionalizantes. (KUENZER, 1999).

A partir de 1930, o Brasil dinamizou seu processo de industrialização, passando a existir na agenda estatal um claro projeto de investimento na indústria, gerando demandas por um ensino que pudesse fomentar um mercado de trabalho que, até então, estava fundamentado na produção agropecuária e extrativista. Assim, inaugurava-se uma nova realidade em termos de ensino profissional, o qual sofreria, ao longo das décadas seguintes, diversas modificações, de acordo com a postura adotada no plano estatal e a realidade econômica do país.

Com a criação, em 14 de novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública, foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Essa Inspeção foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

O grande marco da educação profissional neste período foi a mudança de concepção expressa na Constituição outorgada em 1937, já que esta eliminou “a referência que se fazia (...) ao ensino profissionalizante como destinado aos desfavorecidos da fortuna ou desvalidos da sorte”. Assim, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei nº 378 que

transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Mudou-se o foco; agora o objetivo era formar trabalhadores capacitados para lidar nas indústrias em funções técnicas intermediárias, ficando empresas e sindicatos obrigados a organizar as escolas de aprendizes. Havia, marcadamente, uma concepção taylorista-fordista*, a qual fundamentava as ações educacionais no âmbito do ensino profissionalizante, de modo a “formar trabalhadores capazes de se adequarem à organização científica” das atividades laborais. Inaugurou-se um longo período no qual as políticas estatais e a prática da educação de cunho profissionalizante no Brasil foram feitas em função da indústria.

Em 1941, vigorou uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país. A partir de 1942, são baixadas, por Decreto, as conhecidas “Leis Orgânicas” da educação nacional: Ensino Secundário e Normal e Ensino Industrial (1942), Ensino Comercial (1943) e Ensino Primário e Ensino Agrícola (1946). Propiciou-se ainda a criação de entidades especializadas como o SENAI (1942) e o SENAC (1946), bem como a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas.

Essas leis oficializaram a estrutura escolar, do primário ao ensino superior, sendo que o ensino secundário, normal e industrial permitia o acesso ao ensino superior na mesma área, e o ensino comercial e agrícola resumia-se ao ensino primário e técnico na mesma área.

Ainda em 1942, o Governo Vargas, por um Decreto-Lei, estabeleceu o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação profissional, e por outro Decreto-Lei dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”. Com estas providências, a educação profissional se consolidou no Brasil, muito embora ainda continuasse a ser concebida preconceituosamente como uma educação de segunda categoria.

* Taylorismo/fordismo remete à idéia do condicionamento humano e colocou-se na educação através das necessidades apresentadas por um mercado capitalista emergente que se pautava na produtividade em escala, onde se valorizava o funcionário padrão, capaz de seguir trajetórias pré-definidas, que não deveriam ser analisadas ou criticadas. O trabalhador domina algum tipo de saber, mas não o saber produtivo. Cada trabalhador domina somente a parcela que opera no processo de produção coletiva.

Por sua vez, a preocupação com a grande migração do campo para a cidade fez com que fossem buscados mecanismos para frear ou desacelerar o êxodo rural, passando-se a vislumbrar na educação um instrumento eficaz para realizar esta contenção. Assim, justificavam-se todas as iniciativas a favor da educação plural e agrícola. Nesse contexto, além da idéia da educação rural como forma de “fixar” o homem no campo, também é implantada a “extensão rural” no Brasil.

A política para o ensino agrícola, implantada pela Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola (Coagri), foi responsável por sistematizar e padronizar estratégias pedagógicas e de gestão dando uma identidade única a esta modalidade de ensino, e pelo equipamento das escolas, para um ensino em sintonia com as tecnologias preconizadas pela “revolução verde”.

Entre os anos 40 e 60, o Estado brasileiro procurou incentivar a formação técnica para os operários, abrindo a possibilidade para que os estabelecimentos de ensino pudessem ser instalados junto às indústrias. Além disso, outro aspecto de importância fundamental, foi a flexibilização da relação entre o ensino profissional e os sindicatos e indústrias, tendo em vista o fato de ter liberado os mesmos da responsabilidade de oferta dessa modalidade de ensino, criando o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial.

No que tange aos marcos legais, a partir dos anos 40, emergiram ações burocráticas que visavam à equiparação dos diferentes níveis de ensino médio existentes, por exemplo, a Lei Orgânica do Ensino Industrial. A viabilização do ensino profissional direcionada para a formação técnica e suprimento das necessidades industriais tornou-se ainda mais forte com o advento do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, o qual daria ao país uma feição definitivamente industrial.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso se intensifica a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Nesse contexto é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 4.024/61) que reconhece a articulação entre ensino profissional e ensino regular e produz a equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos em função da continuidade dos estudos.

Segundo Romanelli (1999) o sistema educacional foi marcado por dois momentos nitidamente definidos em sua evolução a partir de 1964. O primeiro corresponde àquele em que se implantou o regime e se traçou a política de recuperação econômica. Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizaram essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo de crescimento da demanda social de educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise do sistema educacional.

Esta, na verdade, acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) e seus órgãos e a Agency for International Development (AID) – para assistência técnica e cooperação financeira dessa agência com a organização do sistema educacional brasileiro. Este é então, o período dos chamados “Acordos MEC-USAID”.

O segundo momento começou com medidas práticas, em curto prazo, tomadas pelo governo para enfrentar a crise, momento que se consubstanciou, depois no delineamento de uma política de educação que já não via apenas a urgência de se resolverem problemas imediatos, o motivo único para reformar o sistema educacional. Mais do que isso, o regime percebeu, daí para frente, entre outros motivos, por influência da assistência técnica dada pela USAID, a necessidade de se adotarem, em definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo econômico que então se intensificava no Brasil (ROMANELLI, 1999).

Segundo Ramos (2000), no final da década de 1960, fruto de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, começaram os estudos para introduzir a metodologia do sistema escola-fazenda no Brasil, que tinha por objetivo proporcionar um modelo de ensino agropecuário com vivência prática, que formasse o técnico com o status de produtor, quer dizer, que dominasse todo o processo de produção e buscasse trabalhar autonomamente. Nos anos 70 e 80, os países de capitalismo central deram vários direcionamentos para as economias dos países de capitalismo periférico. No Brasil, esses direcionamentos consolidados mediante planos nacionais de desenvolvimento, adentraram o sistema educacional brasileiro influenciando o ensino agrícola na metodologia do sistema escola-fazenda.

Para atender ao modelo desenvolvimentista, onde a modernização tecnológica atinge o seu apogeu, os colégios agrícolas passam a adotar, a partir de 1966, o modelo de Escola Fazenda, que se baseava no princípio: “aprender a fazer, e fazer para aprender” (Brasil,

MEC/ Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), 1985, p. 11). Esse modelo era proposto no Convênio MEC/USAID para suporte do ensino agrícola de grau médio (CONTAP II - MINAGRI/USAID) e foi rapidamente adotado e disseminado pelo Departamento de Ensino Agrícola - Ministério da Educação e Cultura (DEA/MEC), dando início à implantação dos projetos agropecuários nas escolas da área agropecuária, para dar suporte ao sistema.

Em 1971, frente à aparente demanda por técnicos ocasionada pelo crescimento da economia durante o “milagre econômico”, o Estado brasileiro instituiu com a Lei que tratava das diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo Graus - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, a profissionalização compulsória no ensino de nível secundário. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as escolas técnicas federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Todavia, a obrigatoriedade nunca foi cumprida devido à falta de pessoal suficiente para lecionar, à estrutura material para o desenvolvimento dos cursos e mesmo à resistência cultural com a formação para o fazer dicotomizada com o pensar, inviabilizando a medida, culminando com a eliminação do caráter compulsório da profissionalização.

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três escolas técnicas federais são transformadas em centros federais de educação tecnológica - Cefet's. Essa mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Quanto à concepção e execução das políticas para a educação agrícola, em 4 de setembro de 1979, pelo Decreto N.º 83.935, as escolas agrícolas passaram a ter a denominação de escolas agrotécnicas federais acompanhadas do nome do município onde se encontravam localizadas.

A partir dos anos 80, o ensino profissionalizante assumiu um caráter dual, na medida em que, além de formar indivíduos para o mundo do trabalho, passou a contribuir para a preparação dos mesmos a fim de ingressarem nas Universidades. Apesar dos benefícios advindos da dupla atribuição, um dilema no que concerne à função do ensino profissionalizante foi posto àquela modalidade, já que houve um desvio do objetivo primordial, qual seja a formação de técnicos de nível médio para os setores produtivos.

Essa dualidade se coloca como um dos principais desafios a serem superados na atualidade para a definição de uma identidade do ensino profissional, requerendo uma solução que vise desenvolver um sistema que proponha uma educação geral pautada na ciência e na tecnologia, integrada à educação profissional, não perdendo de vista a formação do cidadão.

Em 1994, a Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro, dispõe sobre a instituição do Sistema nacional de educação tecnológica, transformando, gradativamente, as escolas técnicas federais e as escolas agrotécnicas federais em centros federais de educação tecnológica – Cefet's, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei n.º 9.394, considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a educação profissional num capítulo separado da educação básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar. O Decreto 2.208/1997 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de expansão da educação profissional - PROEP.

Com o objetivo de ofertar novas modalidades de ensino, em 1999 é retomado o processo de transformação de algumas escolas técnicas e agrotécnicas federais em centros federais de educação tecnológica (Cefet's), processo iniciado em 1978. Essas instituições passaram a oferecer cursos de graduação e pós-graduação, ministrando concomitantemente o ensino médio no sentido de formar auxiliares e técnicos, permitindo que cursos de atualização fossem oferecidos face ao dinamismo do desenvolvimento tecnológico.

Em seqüência desse momento educacional, no ano de 2004, a rede federal de educação tecnológica (centros federais de educação tecnológicas, escolas agrotécnicas federais, escola técnica federal de Palmas/TO e escolas técnicas vinculadas às universidades federais) ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis da

educação profissional e tecnológica. Por sua vez, as escolas agrotécnicas federais recebem autorização excepcional para ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação, fortalecendo as características dessas instituições: a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação.

Até então, as instituições federais de educação profissional e tecnológica, em sua forma estruturante, não traziam esse arcabouço como prioritário. Entretanto, o governo federal, reconhecendo a potencialidade estratégica das instituições de ensino técnico e tecnológico federais e sua capacidade e qualidade de trabalho, começa a dialogar com essa rede de formação, que **passaria, então**, a se ocupar de um trabalho mais contributivo, voltado **para** o desenvolvimento local e regional.

Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira, iniciada em 2006 com projeção até 2010.

Diante do crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica com a expansão, as novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge. Em decorrência, a criação dos **institutos federais de educação, ciência e tecnologia** representa a materialização deste novo projeto, fundamentando-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território.

2.2 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, foi criado por meio da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, atendendo a uma proposta do governo federal, que desde 2003 editava novas medidas para a educação profissional e tecnológica. Sua constituição deu-se pela integração de 04 (quatro) autarquias federais: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e suas Uned's, Escola Agrotécnica Federal de Alegre, Escola Agrotécnica Federal de Colatina e Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa.

No mês de março de 2008, os diretores-gerais das escolas supracitadas, encaminharam formalmente ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, a proposta de adesão ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Desde os primeiros debates, a criação dos Institutos Federais sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica estabelecidas pelo governo federal. Esse processo passa necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelo diálogo com os estados no sentido de ampliar a oferta de cursos técnicos preferencialmente na forma integrada ao Ensino Médio, utilizando, inclusive, a modalidade de educação a distância; pela política de apoio à elevação da titulação dos docentes; e pelo apoio aos programas que visem à elevação da escolaridade de jovens e adultos.

Assim, os fundamentos que regem a criação dos institutos, baseiam-se na afirmação de que a formação humana e cidadã precede à qualificação profissional, pautando-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento de maneira permanente.

A despeito da recente criação, a história do Instituto Federal do Espírito Santo possui uma longa trajetória, pois sua existência surge a partir das experiências de cada uma das instituições integradas. Nesse trilhar histórico da educação profissional e tecnológica, o que se busca não é a homogeneização das instituições, e sim, a tentativa de se estabelecerem diretrizes gerais que possam servir de caminho para as especificidades de cada uma delas. É um momento singular para cada uma dessas instituições, pois o aprendizado de cada uma delas se funde num mesmo caminho, preservando, porém, sua vocação e suas particularidades.

2.3 RELAÇÕES DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO COM A SOCIEDADE E O MUNDO DO TRABALHO: PREMISSAS E AÇÕES EDUCACIONAIS

As transformações do mundo contemporâneo que vieram à tona no período posterior à II Guerra Mundial foram determinantes para que uma ampla e dinâmica mudança fosse implementada quanto à postura dos Estados Nacionais em relação aos objetivos a serem alcançados no sentido de exercer um domínio do cenário político-econômico mundial.

Desse modo, se até meados do século XX, o foco das ações norte-americanas ou de nações européias como Alemanha, França e Inglaterra tenha sido o domínio e a exploração dos recursos naturais de territórios por eles controlados, posteriormente a ênfase passou a recair sobre a necessidade de controlar os meios de informação para a geração de inovações tecnológicas que dessem suporte ao desenvolvimento industrial e agrícola.

Noutras palavras, o fundamento da “riqueza das nações” deixou de ser a soma da produção e exportação de bens agrícolas ou primariamente industrializados, passando a ser a detenção das informações necessárias para a produção de altos aparatos tecnológicos a serem fornecidos a outros países. Muito mais importante que a detenção física dos bens materiais, passou a ser o conhecimento necessário para sua produção, inaugurando-se a chamada “Era da Informação” (CASTELLS, 1999, p. 411).

No quadro estabelecido com a emergência da “Era da Informação”, o Brasil tem se colocado numa posição em que busca meios para explorar de forma racional os abundantes recursos naturais disponíveis e, ao mesmo tempo, firmar-se como nação produtora de saber científico e tecnológico, onde a necessidade de substituir importações de tecnologias tornou-se cada vez mais vigente. Dessa situação decorre a demanda por instituições que centrem suas ações não apenas na formação de pessoal qualificado para suprir as necessidades inerentes ao desenvolvimento econômico, mas também que objetivem a geração e difusão de Ciência e Tecnologia, como as Universidades Tecnológicas, Institutos e Centros Tecnológicos.

O Estado do Espírito Santo tem conhecido desde meados da década de 1970 um desenvolvimento econômico marcado pela instalação de um considerável parque industrial, com uma forte onda de urbanização caracterizada por movimentos

migratórios e um intenso êxodo rural, sobretudo de habitantes do interior do próprio estado, do sul da Bahia e leste de Minas Gerais, os quais têm se radicado preferencialmente na Região Metropolitana da Grande Vitória.

A referida dinâmica de desenvolvimento, embora tenha contribuído positivamente para a economia capixaba, trouxe, também, consequências sociais e econômicas negativas. A favelização das áreas periféricas metropolitanas e uma concentração de investimentos na zona central e litorânea do estado, em detrimento dos municípios do sul e norte, poderiam ser enumeradas como as principais.

No que concerne à favelização, tem-se em conta a geração de problemas sociais que condicionaram a colocação de uma parcela da população numa grave situação de pobreza, balizada por um baixo Índice de Desenvolvimento Humano, cuja transformação demanda um intenso esforço do poder público, de modo a criar-se um ambiente propício à inclusão social. A concentração econômica chegou a um nível de desigualdade tal, em que o PIB da Região Metropolitana supera a soma de todas as outras regiões¹, verificando-se uma realidade de grande disparidade, que enseja a criação de condições para a atração de investimentos em áreas de pouco desenvolvimento.

No plano do desenvolvimento econômico, o Instituto Federal do Espírito Santo tem como norte de suas ações educativas a contribuição para o desenvolvimento local e regional, levando em consideração os arranjos produtivos². Na dimensão do ensino busca-se o direcionamento dos cursos para a formação de profissionais que venham suprir as necessidades locais e regionais, de modo que a pertinência da abertura de novos cursos é avaliada também necessariamente nesse sentido.

A oferta de educação profissional visa formar e qualificar “cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia” (A GAZETA, 2008, p.3). No que concerne à extensão e pesquisa considera-se a necessidade constante de gerar e adaptar soluções técnicas por meio da “pesquisa aplicada”, desenvolvendo programas que viabilizem a transferência dos instrumentos construídos no âmbito acadêmico para a

¹ A Gazeta. **Potencialidades 2008**. Vitória: Comunicação Interativa, 2008. P. 3.

² Lei 11.892/2008

comunidade extra-acadêmica, atendendo às demandas por “soluções técnicas e tecnológicas regionais”³.

Para além das demandas econômicas, a gênese do Instituto Federal do Espírito Santo leva em consideração como premissas para suas ações aspectos de ordem sócio-política que visam a formação integral do cidadão.

Frente ao quadro de extrema precariedade social, a atuação do Instituto Federal do Espírito Santo não poderia passar ao largo das ações voltadas para a inclusão, tendo em vista a melhoria das condições de vida de jovens e adultos por meio de sua qualificação profissional e conseqüente ampliação das possibilidades de ingresso no mercado de trabalho.

Nesse caso, no que tange ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Instituto Federal do Espírito Santo tem importância capital, já que objetiva também ações direcionadas ao “acolhimento de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho”⁴. Os cursos oferecidos não podem prescindir, assim, dos mecanismos de “inclusão social”⁵, viabilizada por meio da qualificação profissional no âmbito da educação básica e superior e da promoção de ações que contribuam para a difusão da cultura do empreendedorismo e cooperativismo no sentido de gerar trabalho e renda, influenciando diretamente a “(...) emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento sócio-econômico local e regional”⁶.

O Instituto Federal do Espírito Santo tem sua atuação fundamentada, ainda, numa demanda da sociedade brasileira em que se conjugam fatores de ordem econômica e sócio-cultural. Tal necessidade diz respeito à dificuldade constatada no Brasil em relação à oferta de profissionais qualificados na área das Ciências Naturais – Química, Física e Biologia – e Matemática. A respeito da carência de profissionais nas referidas áreas, merecem destaque os dados do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica realizado no ano de 2003, indicadores inquestionáveis da deficiência brasileira. Tomando-se como exemplo as áreas de ciências e matemática, apontadas na Lei nº 11.892/2008, na alínea b, do inciso VI, do artigo 7º, da, os quadros a seguir se descortinam:

³ Idem. p. 8 e 9.

⁴ Lei 11.892/2008

⁵ Idem. p. 1.

⁶ Idem. p. 7.

Tabela 1 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica que Ministram a Disciplina Matemática, por Curso de Graduação Concluído no Brasil e no Espírito Santo

Curso de Graduação Concluído	Número de Profissionais	
	Brasil	Espírito Santo
Matemática	31.734	538
Área 1*	24998	136
Área 2* *	5.136	271
Pedagogia/Ciências da Educação	17.736	291
Outros	10.674	280
Não Informado	30.781	656
Sem Graduação	34.688	429
Total	155.747	2.651

Fonte: MEC/Inep – Censo dos profissionais do Magistério da Educação Básica 2003. (p. 69, 71 e 72)

*Área 1 - Química, Física, Ciências Biológicas e Ciências

**Área 2 - Engenharia, Informática/ Computação/ Processamento de dados, Estatística/ Atuárias/ Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Agronomia/ Geologia/ Ciências da Terra

Note-se que dos 155.747 profissionais que ministravam a disciplina de Matemática na Educação Básica, apenas 31.734 ou aproximadamente 20% possuíam na época do Censo o curso de graduação concluído na área.

Quanto à situação do Espírito Santo, a época do Censo, as proporções eram próximas às nacionais, sendo que dos 2.651 profissionais, um total de 538 professores (equivalente a 20%), apresentavam curso de graduação em Matemática concluído.

Tabela 2 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica que Ministram a Disciplina Biologia, por Curso de Graduação Concluído no Brasil e no Espírito Santo

Curso de Graduação Concluído	Número de Profissionais	
	Brasil	Espírito Santo
Ciências Biológicas	14.413	214
Ciências	4.185	30
Área 1*	1.890	29
Pedagogia/Ciências da Educação	2.407	50
Outros	2.757	61
Não Informado	4.701	117
Sem Graduação	2.093	37
Total	32.446	538

Fonte: MEC/Inep – Censo dos profissionais do Magistério da Educação Básica 2003. (p. 77, 79e 80)

*Área 1 - Química, Física e Matemática

Quanto aos profissionais que ministravam a disciplina de Biologia na Educação Básica tínhamos 32.446 profissionais, dos quais 14.413, equivalente a aproximadamente 45%, possuíam na época do Censo o curso de graduação concluído na área.

Em relação ao Espírito Santo, sendo 538 professores atuando e 214 (aproximadamente 40%), com formação completa em Ciências Biológicas.

Tabela 3 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica que Ministram a Disciplina Química, por Curso de Graduação Concluído no Brasil e no Espírito Santo

Curso de Graduação Concluído	Número de Profissionais	
	Brasil	Espírito Santo
Química	6.503	44
Ciências Biológicas/ Ciências	7.193	138
Matemática	2.047	36
Pedagogia/Ciências da Educação	1.639	34

Engenharia	1.079	4
Outros	3.130	98
Não Informado	5.211	190
Sem Graduação	2.479	70
Total	29.281	614

Fonte: MEC/Inep – Censo dos profissionais do Magistério da Educação Básica 2003. (p. 85, 87e 88)

Em relação aos profissionais que na Educação Básica ministravam a disciplina de Química, em 2003, tínhamos 29.281 profissionais, dos quais 6.503, equivalente a aproximadamente 22%, possuíam, na época do Censo, o curso de graduação concluído na área.

Em relação ao Espírito Santo, sendo 614 professores atuando e 44 (aproximadamente 7%), com formação completa em Química.

Tabela 4 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica que Ministram a Disciplina Física, por Curso de Graduação Concluído no Brasil e no Espírito Santo

Curso de Graduação Concluído	Número de Profissionais	
	Brasil	Espírito Santo
Física	3.095	39
Matemática	8.981	129
Área 1	6.825	115
Pedagogia/Ciências da Educação	1.837	15
Outros	2.166	60
Não Informado	5.449	180
Sem Graduação	2.822	65
Total	31.175	603

Fonte: MEC/Inep – Censo dos profissionais do Magistério da Educação Básica 2003. (p. 81, 83e 84)

*Área 1 - Química, Ciências Biológicas, Ciências e Engenharia

Note-se que dos 31.175 profissionais que ministravam a disciplina de Física no Ensino Básico, apenas 3.095 ou 9,92% possuíam na época do Censo o curso de graduação concluído na área.

A situação nacional encontra forte eco no quadro relativo à situação do Espírito Santo.

Para o Espírito Santo a época do Censo a situação era mais agravante, onde dos 603 profissionais atuantes na área, apenas 39 ou 6,46% tinham formação de graduação.

O Instituto Federal do Espírito Santo visa, então, a médio e longo prazo, desenvolver ações voltadas para a oferta de tais disciplinas, tanto na promoção de cursos, quanto colocando-se como um “centro de referência no apoio à oferta das Ciências nas escolas públicas”, ao mesmo tempo em que busca dar suporte à formação de professores, oferecendo “programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, em particular para o ensino profissional e tecnológico”⁷.

11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Os Institutos Federais são instituições de educação que oferecem Ensino Básico e Ensino Superior articulados com a Educação Profissional de caráter Técnico/Científico/Humanístico, sendo pluricurricular e com multicampi. A criação dos Institutos Federais afirma a Educação Profissional como uma política pública a partir das seguintes características: manutenção com recursos de origem pública, comprometimento com o social fundamentalmente no enfoque da igualdade, na diversidade e a articulação com outras políticas como as de trabalho, renda, desenvolvimento local e ambiental.

Observando essa importância percebe-se que se antes o foco era o fazer pedagógico visando ao desenvolvimento econômico, hoje esse foco é a qualidade social, sem deixar a intencionalidade do primeiro. No Instituto Federal do Espírito Santo, além de lidar com os conhecimentos científico-tecnológicos o aluno também deve ter condições de interpretar os aspectos sociais da realidade em que se encontra e de intervir nessa realidade.

⁷ Idem. p. 2.

Ainda que em sua história as Instituições de Educação Tecnológica estiveram em meio às políticas de governos diferentes, que serviam a propósitos diferentes, é inegável que, de dentro do instituído como regulação, encontravam-se pontos de emancipação (SANTOS, 2005) que determinavam a competência técnica dos professores e a formação dos alunos dentro desse prisma. Junto a isso, encontrava-se a inclusão e a transformação social de todos os envolvidos com essa forma de fazer Educação Profissional e Tecnológica.

Ainda assim, as políticas públicas nem sempre deram às Instituições envolvidas com Educação Profissional as condições necessárias para fazer uma educação com competência técnica, humanística e científica, principalmente no que tange a uma política pedagógica de educação com caráter funcionalista, pragmático e somente voltada às necessidades do mercado.

Por isso, a importância da criação dos Institutos como política pública é a de pensar em ações contínuas, que permaneçam mesmo com as mudanças de governos. Dentre essas ações, as mais importantes e buscadas pelo Instituto Federal do Espírito Santo são: desenvolvimento local, conhecimento com atuação social e articulação com outras políticas.

Sobre o desenvolvimento local e regional, levou-se em consideração que todo o conhecimento local é total (SANTOS, 2004), pois aquilo que está no local inclui o global em seu âmago; se o desenvolvimento local e regional se institui fomentado por ações educacionais, esse desenvolvimento ramifica-se no país, no global.

Quanto ao conhecimento e à atuação social, já foi estabelecida a importância de um fazer pedagógico que atue nesse sentido, ou para além disso. Ainda que SANTOS (2004), em sua tese sobre o paradigma emergente, diga que todo conhecimento científico natural também é científico-social vive-se um momento em que essa separação ainda é muito aparente em ações.

Assim, também como fala SANTOS (2004), a emergência de um paradigma não implica na terminalidade de outro. Por isso, em suas práticas, o Instituto Federal do Espírito Santo luta contra a visão dualista de que os conhecimentos das Humanidades são conhecimentos de segunda linha e os maior importância são os conhecimentos ditos

científicos e, no caso das instituições voltadas à educação profissional, aos conhecimentos tecnológicos.

Há que se salientar que esse movimento contra a dualidade emerge do fato de os defensores do conhecimento natural começarem a perceber que suas certezas científicas não são tão certas assim; conceitos históricos e ambientais interferem; conceitos como auto-organização, auto-reprodução e metabolismo confundem-se entre o que é orgânico e o que não é. Além disso, é preciso entender que os conhecimentos produzidos visam ao homem e suas relações; não há separação entre eles.

Assim, o Instituto Federal do Espírito Santo entende que não há distinções entre os conhecimentos. Procura-se garantir que a formação tecnológica inclua a formação humana, o que permite uma visão mais completa da complexidade atual, inclusive, do mercado de trabalho, das questões sociais e dos problemas políticos.

Todas as políticas hoje escritas aqui e objetivadas como práticas que se pretende adotar são políticas abarcadas a partir de reflexões e discussões; porém, como intenções e ações humanas, há que se reconhecer seu estado de permanente construção, em consonância com o delineamento das bases teóricas e metodológicas da educação nos âmbitos científico, humano e tecnológico.

3.1 POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO

A preocupação com o acesso e a permanência nas instituições federais de ensino profissional e tecnológico vem historicamente de uma condição assistencialista aos meninos sem família ou com família em condições financeiras e sociais precárias. Basta, para isso, voltar os olhos à história em andamento do próprio Instituto Federal no Espírito Santo.

O ensino profissional, que vem de uma visão fragmentada de conhecimento como o saber de quem não pode saber, foi, no Brasil, a possibilidade final de educação para os menos favorecidos em ações de trabalho simples e necessárias à cada (retirar a palavra cada) sociedade, porém, impensáveis para os filhos da burguesia.

A educação profissional foi inicialmente organizada conforme a concepção de uma sociedade capitalista separada em classes sociais, cuja divisão do trabalho faz-se entre os que ‘pensam’ e os que ‘fazem’, conforme a dicotomia do saber (a teoria, o ensino secundário, normal e superior) e do executar

tarefas manuais (a prática, o ensino profissional). (GOMES & MARINS, 2004, p. 30)

Hoje, num contexto histórico em que a educação não pode mais prescindir das relações integradas entre trabalho, cultura e conhecimento científico, na expansão de vagas do ensino técnico e tecnológico da rede federal e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, numa nova lógica de relação entre essas premissas, é preciso reflexão e ações políticas institucionais sobre o acesso, a permanência e o sucesso no término das formações de homens e mulheres sem um fundo meramente assistencialista, mas que garanta a contínua qualidade.

A preocupação com que as ações realizadas não sejam meramente assistencialistas fundamenta-se na noção de que a própria exclusão educacional é gerada amplamente por descasos de políticas públicas consistentes que enfrentem a desigualdade social historicamente constituída.

A sistemática de uma política de acesso que abarque a entrada dos grupos desfavorecidos economicamente e dos alunos que estudam na escola pública é uma definição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Essa definição pela questão econômica não é a única a ser levada em consideração, mas, dado que vivemos numa sociedade capitalista, esse viés incorpora grande parte das demais questões:

Não podemos nos esquecer de que vivemos em uma sociedade capitalista, que deve ser nomeada e compreendida pelo que é. Não há elegância teórica que justifique nosso distanciamento dessa realidade. (MOREIRA, 2001, p. 75)

Já vigoram hoje, no IFES, convênios com a Secretaria Estadual de Educação (SEDU), que oferta vagas específicas para alunos de escolas públicas e, num esforço conjunto, incorpora ações para permanência desses alunos, levando em consideração, não apenas a parte econômica (com bolsas), mas também, ações pedagógicas que visem dar suporte e elevar a qualidade na formação desses alunos.

Essas vagas não diminuíram aquelas já existentes, valorizando uma opção de otimização dos espaços e da força de trabalho do IF-ES.

Outra discussão que avança é a entrada de alunos da rede pública nos processos seletivos. O IFES entende que pode utilizar alguns diferenciais para que esses alunos

possam competir em pé de igualdade, tais como: nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), um percentual sobre a nota das provas e, a longo prazo, dependendo do andamento das políticas nacionais, a intenção de uma avaliação seriada para os alunos da Rede Pública.

Os campi do Instituto Federal, respeitadas as suas características e atentando para inclusão social, desenvolvem uma política de acesso e permanência estudantes da Educação Profissional de Nível Médio. Para tanto, oferece assistência estudantil, material didático, serviço de saúde, alimentação, moradia, transporte e lazer, dentre outros benefícios.

3.1.1 Questões Étnico-Raciais

A Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), alterada conjuntamente pela Lei n.º 10.639/03 e pela Lei n.º 11.645/08, institui a obrigatoriedade dos ensinamentos das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas bem como a educação das relações étnico-raciais em todas as escolas brasileiras. A partir dessas legislações o debate sobre o tema tem aumentado no país, isso é muito positivo, uma vez que os grupos excluídos ou chamados de minorias é grande num país com o histórico de exclusão socioeconômica e étnico-racial como o Brasil, isso nos leva a refletir:

Se indivíduos e grupos participam de relações opressivas em diferentes instituições políticas, econômicas e culturais, por razões associadas a classe social, etnia, gênero, cultura, religião, orientação sexual, idade, torna-se impossível sobrecarregar o currículo com elementos da história e das experiências de todos esses grupos. (MOREIRA, 2001, p. 76)

Moreira, nos alerta para a complexidade trazida nos pressupostos dessas legislações para a educação brasileira (MEC, 2004). Diante da pluralidade de especificidades regionais e étnicas refletimos que são muitas as questões que permeiam a idéia de uma educação multicultural.

As diversidades étnico-raciais e socioculturais do Espírito Santo forjam singularidades regionais e históricas que, em consonância com as concepções e diretrizes que fundamentam a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, motivam o Ifes a comprometer-se com a missão de: promover educação profissional e tecnológica de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável.

A problematização das relações étnico-raciais na educação brasileira é ação relevante nos processos educativos pautados no desenvolvimento humano, uma vez que na população do Espírito Santo, de maneira semelhante à população brasileira, a presença de afrodescendentes e indígenas são significativas. No Brasil, aproximadamente 45% da população se autodeclaram negros e negras; no Espírito Santo a situação é semelhante a das demais unidades federativas e municípios brasileiros, como nos indica a tabela abaixo:

Tabela 5 – População por Cor/Raça

LOCALIDADE	COR/RAÇA (%)				
	Branca	Negra (pretos + pardos)	Indígena	Amarela	Sem declaração
Brasil	53,74 %	44,66 %	0,43	0,45	0,71
Espírito Santo	48,82 %	50,18 %	0,41	0,10	0,49

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, ano 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

Acesso em: 20 jan. 2008.

No cotidiano escolar, diversas pesquisas indicam que as ascendências africana e indígena são estigmatizadas pela estereotipia dos seus valores culturais e pela negação de valores civilizatórios nas diversas áreas do conhecimento. Diante dessa realidade, problematizamos: como garantir que essas questões sejam trabalhadas no cotidiano do Instituto Federal, nos diferentes níveis e modalidades de ensino? Para que a escola seja viva de trocas e de compromisso político com uma educação que desafie preconceitos, estereótipo e opressão é necessário investirmos na reflexão constante de nossas práticas e a formação continuada, com ações na perspectiva multicultural integradas e integradoras em constante diálogo com as diversidades local, regional, nacional e global.

A reflexão se dará prioritariamente nos grupos de pesquisa que envolvem formação de professores e, gradativamente, nas demais instâncias de reflexão e discussão, posto que “assim como não há educação multicultural apartada das lutas e das conquistas dos movimentos sociais, também não há educação multicultural sem uma produção acadêmica significativa” (MOREIRA, 2001, p. 67). Por isso, para que, tanto no ensino,

quanto na pesquisa e extensão, todos participem de projetos comuns é imprescindível que a comunidade se envolva no diálogo progressivo com o outro, na convivência e o aprendizado na/com a diversidade e o multiculturalismo.

Já sobre a formação continuada esse tema é alvo de cursos, seminários e demais eventos nacionais; contando com isso e com a participação de multiplicadores institucionais que, apoiados em suas próprias vontades e na vontade institucional, serão envolvidos e envolvidos de outros professores, alunos e demais profissionais da educação.

Essa vontade pessoal e institucional é indispensável ao adotarmos como objetivo o diálogo que problematize preconceitos de matriz etnocêntrica que permeiam as relações pessoais e institucionais brasileiras, que estão arraigados em nós mesmos e que aparecem em formas subjetivas de constrangimento, estigmas e desatenções em toda escola e na sala de aula.

A reflexão de nossas práticas, a pesquisa e a formação continuada levam à discussão permanente dos nossos currículos. A legislação é clara ao solicitar, na Educação Básica, a inclusão em todas as modalidades, principalmente nos componentes curriculares de Artes, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (LPLB) e História (Brasil e Mundo), dos conteúdos referentes às temáticas das relações étnico-raciais devem estar presente, apoiadas nessas disciplinas, mas também, em atividades e conteúdos intercurriculares, utilizando para isso todos os ambientes e disposições da escola que são mais do que apenas as salas de aula: nos laboratórios (sejam de ciência, informática e outros), na biblioteca, nas áreas de recreação, quadra de esportes e outros.

Porém, essa perspectiva não pode limitar-se a uma idéia irreal da valorização de apenas um determinado aspecto desses grupos étnico-sociais. Em tudo, das Tecnologias às Reflexões Filosóficas, os grupos humanos colaboram culturalmente:

Sempre limitando meu foco à escola, coloco-me contra a visão de multiculturalismo que incentiva eventos episódicos como feiras, exposições, debates, comemorações, nos quais certos aspectos de determinado grupo social são ressaltados. Essas atividades esporádicas podem, no máximo, corresponder a momentos iniciais de um trabalho de sensibilização da comunidade escolar para a diversidade cultural. (MOREIRA, 2001, p.76).

Já na Educação Superior, essas questões devem ser aprofundadas, numa permanente discussão e reflexão que promovam diálogos interculturais,

problematizem as relações étnico-raciais e, sobretudo que valorizem as diferenças humanas. Isso de maneira ainda mais sistemática e intencional nos cursos de licenciatura, a fim de contribuir na formação dos novos profissionais, em especiais os profissionais da educação, a lidarem com esse tema na vida diária e na formação de seus alunos.

3.1.2 Questões de Sexualidade e Saúde

Como parte específica nas políticas de permanência e pretendendo o desenvolvimento da cultura de prevenção e promoção à saúde, ao respeito à diversidade de gênero e à orientação sexual na experiência escolar cotidiana, criou-se o Programa Institucional de Extensão e Pesquisa em Educação e Saúde (PIEPES). Segundo pesquisa realizada pela UNESCO (2007), se a articulação entre educação e saúde for bem estruturada, a comunidade escolar será mais participativa e receptiva, os professores estarão mais confiantes e o comprometimento e envolvimento da Instituição será maior.

A respeito da temática sobre sexualidade, o caderno de Temas Transversais (MEC/SEF, 1998, p. 292) diz que

Queira ou não, a escola intervém de várias formas, embora nem sempre tenha consciência disso e nem sempre acolha as questões dos adolescentes e jovens. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe certas manifestações e permite outras, seja quando opta por informar aos pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos no momento .

Sendo a sexualidade um dos temas transversais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a estrutura curricular da escola ser flexibilizada para possibilitar diferentes abordagens interdisciplinares, intersetoriais e complementares na temática de respeito à diversidade de gênero e orientação sexual, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e agravos, bem como promoção da saúde sexual e reprodutiva.

A sexualidade constrói-se ao longo da ontogênese, sendo parte integrante do desenvolvimento do indivíduo e da sua personalidade, e dessa forma, capaz de interferir no processo de aprendizagem e na saúde física e mental do indivíduo. É cultural e histórica, portanto, permeada por ideologias e visões de mundo diferenciadas. Segundo Foucault (1984, s/p)

A sexualidade faz parte de nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo. A sexualidade é algo que nós mesmos criamos - ela é nossa própria criação, ou melhor, ela é a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Nós devemos compreender que, com nossos desejos, através deles, se instauram novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa.

Assim, a educação preventiva em sexualidade não pode se prender exclusivamente a aspectos reprodutivos, biológicos ou higiênicos. Antes deve englobar o desenvolvimento de atitudes e valores próprios e da consciência ética de que cada um pode e deve fazer suas escolhas pessoais nessa área e responder por elas. Deve incorporar as dimensões de gênero, de orientação e identidade sexual, erotismo, afetividade e reprodução, bem como as especificidades dos ciclos de desenvolvimento humano, o reconhecimento da diversidade, a promoção de valores éticos e o exercício da cidadania.

É importante destacar que, de acordo com o caderno de diretrizes para a implantação do Projeto de Saúde e Prevenção na Escola (2006), a violência relacionada a questões de gênero é um problema sério que deve ser tratado, uma vez que o Brasil possui uma das mais altas taxas de assassinatos de natureza homofóbica. Soma-se a esse dado o fato de que cerca de 60% dos professores participantes de uma pesquisa da Unesco (2007) afirmaram ser inadmissível que uma pessoa tenha uma experiência homossexual. Como essa posição se reflete na prática desses profissionais e na vida de seus alunos?

Tendo em vista a complexidade do tema e considerando a interdependência das ações a serem desenvolvidas, optou-se por implantar esse programa em três etapas. Na primeira etapa será executado um projeto de pesquisa sobre a representação social da sexualidade entre alunos e professores do Instituto Federal. Na segunda etapa desse programa, ocorrerá o planejamento das ações de intervenção e será executado um projeto de formação para a preparação dos profissionais e da instituição para tanto. Durante a terceira etapa serão implantados os projetos de intervenção, acompanhados de pesquisas periódicas para investigação de resultados e mudanças nas representações.

3.2 POLÍTICAS DE INCLUSÃO

A criação do Instituto Federal do Espírito Santo é uma política pública que busca a formação integral em Educação, Ciência e Tecnologia e que intenciona a inserção no mundo do trabalho numa perspectiva de formação geral. Desse modo, entende-se o trabalho como uma parte da formação humana, não apenas o saber fazer, sendo o fazer parte do próprio saber, uma vez que a politecnia

A politecnia significa o domínio intelectual da técnica e a possibilidade de exercer trabalhos flexíveis, recompondo as tarefas de forma criativa; supõe a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética. Ou seja, é mais que a soma das partes fragmentadas; supõe uma rearticulação do conhecido, ultrapassando a aparência dos fenômenos para compreender as relações mais íntimas, a organização peculiar das partes, descortinando novas percepções que passam a configurar uma compreensão nova, e superior, da totalidade, que não estava dada no ponto de partida. (Kuenzer, 2002, p. 89).

Nesse contexto, objetivamos uma educação com permanente qualidade, que considere o movimento constante de ações particulares, enquanto necessárias ao atendimento das características dos indivíduos, e a incessante busca de conviver e de aprender juntos orientados por uma metodologia que atenda a essas demandas, possibilitando a inclusão

Cumprе salientar que a filosofia da inclusão escolar emergiu no final da década de 80, num contexto em que se compunham várias críticas aos paradigmas referentes à educação destinada as pessoas que apresentavam diferenças significativas no contexto escolar. Na década de 90, o processo de democratização da educação se constituiu na tônica das discussões realizadas na Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien na Tailândia, e na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, encontro que reuniu mais de 300 representantes de 92 países e de 25 organizações internacionais, em Salamanca, na Espanha.

A partir daí, a proposta de educação para todos ganha força com a perspectiva de que as instituições educacionais devem modificar-se no sentido de atender às necessidades peculiares de cada pessoa, sendo que as diferenças humanas passam a ser reconhecidas como ponto de partida na elaboração das práticas educativas.

Nessa perspectiva, a LDBEN Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 39 aponta que a educação profissional e tecnológica integra-se aos diversos níveis e modalidades de educação. No Capítulo V, essa legislação trata da Educação Especial recomendando, preferencialmente, a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, prevendo serviços de apoio especializado, e a educação especial para o trabalho visando sua efetiva integração na vida em sociedade.

O Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008 também dispõe sobre o atendimento educacional especializado e determina que

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Em atenção a legislação e aos princípios de uma educação democrática, afirma-se a intenção de atender às Necessidades Educacionais Especiais dos alunos com atenção individualizada, procurando sua crescente autonomia e a mesma qualidade para todos.

Nessa direção, para o Instituto Federal do Espírito Santo a educação inclusiva se constitui na inserção de todos, sem distinção de condições lingüísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, éticas, sócio-econômicas, no contexto escolar, uma vez que ao ofertar a Educação Profissional e Tecnológica integrada e articulada com a educação básica, em especial ao ensino médio, e com o superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, intenciona muito mais que a inserção no mercado de trabalho de profissionais cada vez mais capacitados para atender as demandas sociais, mas a transformação do mundo social e o investimento no desenvolvimento humano.

Para tanto, a oferta de condições e recursos educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade dos alunos e possibilitem respostas adequadas às suas características e necessidades se constituem na premissa do IFES.

O acesso ao currículo e a equiparação de oportunidades requerem a elaboração de metas e objetivos educacionais iguais para todos os alunos, oferecendo, entretanto, condições diferenciadas de alcance das metas para atender às necessidades singulares de cada um.

Nesse sentido a gestão da aprendizagem na diversidade se constitui no desafio a ser superado na perspectiva de ofertar uma educação profissional para todos.

Em alguns casos, para que as premissas de acesso, permanência e sucesso sejam alcançadas é preciso que os projetos de curso tragam identificados em suas propostas pedagógicas aspectos referentes a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Esse documento foi o resultado do esforço de 05 anos de trabalho e discussões visando a modificação do documento antigo (Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidade e Desvantagens CIDID – 1980) que trazia uma descrição a partir de uma relação de deficiências e incapacidades. Desta forma,

A importância da CIF reside no fato de que ela permite aos interessados na questão da deficiência que passem da simples declaração política sobre direitos para as ações de implementação desses direitos traduzidos em lei e políticas públicas. Na CIF, cada deficiência é apresentada em suas três dimensões ou facetas: impedimento (problema de funcionalidade ou estrutura no nível do corpo), limitações de atividade (problemas de capacidade no nível pessoal para executar ações e tarefas, simples ou complexas) e restrições de participação (problemas que uma pessoa enfrenta em seu envolvimento com situações de vida, causados pelo contexto ambiental e social em que essa pessoa vive) (SASSAKI, p.288, 2006)

Esse novo conceito possibilita a intervenção com maior sucesso na orientação e acompanhamento dos alunos, já que trata de dois preceitos fundamentais. O primeiro é que a comunicação, os métodos, o acesso, a maneira de tratarmos e os instrumentos que utilizamos interferem no sucesso dos alunos.

O segundo preceito é que qualquer um pode ter algum tipo de deficiência em algum âmbito, quer seja, emocional, intelectual, físico, ou de qualquer outra espécie; portanto quem vê com perfeição pode, em algum momento, ficar inabilitado quanto a sua visão; da mesma maneira que uma mãe com um carrinho de bebê tem limitada sua acessibilidade a alguns locais.

Para que isso processualmente ocorra não há como pensar e fazer sozinhos. É preciso que façamos parcerias com órgãos públicos, privados, ONGs etc. Isso é importante para que como Instituição de Educação Profissional e Tecnológica ofereçamos mais oportunidades e possibilidades aos nossos alunos no que se refere a disponibilizar tradutores/intérpretes de Libras e guia-intérprete, bem como monitor ou cuidador dos

alunos com necessidade de apoio diversos e o encaminhamento dos alunos com altas habilidades na continuação ou aprofundamento de seus estudos.

Algumas ações vem sendo realizadas nas autarquias que hoje constituem o Instituto Federal, ações essas que partiram do movimento de professores, pedagogos, assistentes sociais e outros profissionais da educação, em articulação com políticas nacionais, que foram apoiados pela gestão da instituição e que hoje são realidade. Entre eles, a formação em alguns campi de Núcleos de Apoio a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNEE's, bem como a participação no “Programa Incluir”/MEC – Acessibilidade na Educação Superior, que tem o objetivo de promover a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicações, inclusive com a reflexão da prática pedagógica no processo de inclusão escolar junto aos profissionais da educação. Outras ações estão ligadas à adequação/melhoria da infra-estrutura física de algumas Instituições e à aquisição de equipamentos/recursos específicos, tais como tecnologias assistivas.

A flexibilização deve permear a educação no Ifes como um todo, com a promoção de estudos que visem a sistematização e a adequação dos currículos para atender aos diferentes níveis de ensino, modalidades de atendimento e necessidades educativas especiais dos novos alunos, como por exemplo, análise, nos colegiados ou coordenadorias, de situações específicas quando demandar prazo maior ao da integralização do curso e certificações de competências devidamente previstas em Projetos de Cursos.

Além disso, aponta-se como essencial a ampliação e implantação de novos espaços e tempos de reflexão e formação constantes.

3.3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na missão do Instituto Federal está declarada a intenção de termos responsabilidade social e sustentabilidade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; intenção essa que, mais do que teoria, exprime nossos valores cultivados ao longo de nossa história. Porém, no que tange as questões de sustentabilidade e de educação ambiental, ainda há muito a ser declarado e realizado.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, em seu Art. 2º, diz que “A educação

ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” Além disso, no Art. 9º dessa mesma Lei institui-se a educação ambiental como pertinente aos currículos de todos os níveis (educação básica e superior) e modalidades, citando claramente a educação profissional.

Ainda nessa mesma legislação, no Art. 10, são colocadas as especificidades de como se dará a implantação da Educação Ambiental nos currículos. A primeira premissa diz que ela será contínua, permanente, integrada ao ensino e não será implantada como uma disciplina, dado o caráter trans e interdisciplinar.

Nos parágrafos que se seguem, mais algumas especificidades são colocadas. No § 2º percebe-se que em se tratando dos cursos de pós-graduação, extensão e das áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental é facultada a criação de uma disciplina específica para tratar das questões da Educação Ambiental e o Instituto Federal do Espírito Santo entende como muito necessário.

No § 3º, que trata das especificidades dos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis há uma obrigatoriedade da incorporação de conteúdos que tratem da ética ambiental relacionadas às atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Finalmente, no Art. 11 encontra-se a imperiosa necessidade de a dimensão ambiental constar nos currículos dos cursos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

A partir desse panorama legal e do momento histórico atual, no qual entende-se que estamos socialmente passando por uma transição paradigmática (SANTOS, 2005), não é mais possível pensar numa ciência desassociada dos anseios, das práticas e da qualidade de vida das pessoas. Dentro dessa perspectiva, é preciso pensar a Educação Ambiental nas dimensões política, ética e estética que lhe são intrínsecas pelo caráter emancipatório de seu conhecimento.

A armadilha paradigmática é justamente a crença em um caminho único a seguir, alicerçada pela racionalidade instrumental, que leva a limitações compreensivas, reducionistas e simplificadoras das questões ambientais.

Para que as estratégias de enfrentamento da problemática ambiental surtam o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis é preciso pensar na articulação entre ações diretas (prática cotidiana), e ações realizadas com e pela educação formal e não formal, contando com gestores, alunos, professores e servidores.

Partindo disso, entende-se como necessárias as seguintes posturas no caminho da gestão ambiental no Instituto Federal do Espírito Santo:

- 1) desenvolvimento de ações de Educação Ambiental através do ensino formal, por meio da interdisciplinaridade e, quando de possível efetivação, da transversalidade, visando uma formação que possibilite aos educandos e egressos a tomada de consciência quanto ao impacto das ações exercidas, em qualquer atividade que exerçam, sobre o meio ambiente. Para isso, deve haver uma forte certeza quanto ao caminho a ser seguido e ao envolvimento dos gestores no planejamento dessas ações de professores, corpo pedagógico e alunos;
- 2) comprometimento de toda a comunidade interna quanto às ações de ordem mais prática (tais como: práticas de coleta seletiva, descarte de resíduos, equipamentos e materiais, dentre outros), por meio de sensibilização e capacitação a serem implementadas pelo Ifes com o apoio de professores, alunos e servidores já engajados na temática;
- 3) apoio e aderência dos alunos, através da valorização desta temática nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) já defendidos, ou a serem defendidos, ou através de eventos realizados, que tenham a temática da Educação Ambiental como foco e que tratem das questões pertinentes ao tema, numa articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à possível implementação de programas a partir desses trabalhos;
- 4) apoio a programas de conscientização e preservação da Mata Atlântica; cadastramento de espécies nativas; preservação, reutilização e combate ao desperdício de recursos hídricos; proteção e recuperação de nascentes; e de conservação do solo;
- 5) promoção de Boas Práticas Agronômicas para os projetos agropecuários, oportunizando treinamento aplicado aos funcionários da IFES, orientando-os quanto aos procedimentos ambientalmente corretos no exercício de suas funções, fazendo com que se tornem responsáveis pelas práticas conservacionistas em seu ambiente de trabalho.

3.4 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância (EAD) deve ser, no contexto do Instituto Federal do Espírito Santo, uma estratégia do processo educativo. Estratégia essa que contribui para o alcance das políticas nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, tais como: a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, a ampliação da oferta de cursos técnicos e a formação de professores numa crescente rede.

A partir do Decreto n.º 5.800/06, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, no qual se encontram as disposições sobre cursos, autorização, questões orçamentárias e prioridades de oferecimento, do Decreto nº 6.303/07 nas disposições acerca do credenciamento das instituições, pedidos de autorização e das atividades presenciais obrigatórias dos cursos à distância, bem como das demais legislações pertinentes, foram estruturadas as metas no conjunto da realidade institucional estabelecendo-se a necessidade de:

- 1) promover a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação profissional de nível técnico, graduação e pós-graduação na modalidade EAD;
- 2) reduzir as desigualdades de oferta da Educação Profissional e Tecnológica nas diversas regiões do Estado (com pesquisas de demanda constantemente atualizadas) e ampliar o acesso à educação pública de qualidade;
- 3) fomentar pesquisas relacionadas às tecnologias de informação e comunicação que possam contribuir para a formação de professores da educação básica e assim garantir melhorias na qualidade da educação;
- 4) produzir e socializar conhecimentos, contribuindo com a formação de cidadãos e profissionais altamente qualificados tanto no ensino da modalidade EAD quanto, processualmente, na modalidade presencial.

No alcance dessas metas busca-se a realização de várias ações, tais como:

- 1) ampliação da equipe multidisciplinar e da equipe de material didático na proporção da abertura de novos cursos, turmas ou áreas de atuação;
- 2) manutenção de constante capacitação de toda a equipe envolvida nas ações da EAD (professores, tutores, técnicos administrativos e equipe de material didático) nas

diversas demandas identificadas, tais como: planejamento, metodologia de EAD, mídias e material didático;

3) avaliação, revisão e manutenção da capacitação de tutores presenciais, tutores a distância e tutores de laboratórios a cada novo curso a ser lançado ou a cada nova seleção de tutores para atender às disciplinas que serão desenvolvidas;

4) incentivo à comunidade escolar para o desenvolvimento de metodologias de ensino a distância;

5) avaliação constante da metodologia empregada nos cursos que utilizam essa modalidade, a fim de buscar uma identidade educativa em EAD;

6) revisão contínua da oferta de vagas, bem como do sistema de oferta dos cursos de graduação e pós-graduação, buscando parcerias e convênios nos projetos de abertura de novos cursos e áreas;

7) estabelecimento de convênio com a Pós-graduação para participação em grupos de pesquisa institucional e demais projetos articulados a ela, além da crescente e progressiva participação em eventos de caráter científico.

O estabelecimento de metas e ações é fundamental para o cumprimento daquilo que se aspira no campo das idéias, de modo que a ação operacional seja dependente da organização da estruturação prévia. Desse modo:

“A teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação: tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação” (VAZQUEZ, 1977, p. 207)

Dada a processual experiência adquirida no ensino presencial, percebe-se as dificuldades de vincular as estratégias e as atuações pedagógicas aos diferentes contextos regionais e pessoais.

No que tange à modalidade de ensino de EAD, há que se prezar pelo trabalho interdisciplinar e reflexivo compartilhado com os professores, tutores e alunos. Para isso, a superação da clássica dificuldade que é a prática pedagógica desvinculada dos contextos e das práticas dos sujeitos envolvidos no processo é imprescindível.

Por isso, é de grande importância a existência de uma articulação clara entre o ensino, a pesquisa e a extensão para que nasçam projetos com o objetivo de diminuir essa dicotomia e integrar teoria e prática.

O planejamento é de extrema importância para que as estratégias pedagógicas sejam implantadas, pois envolve diversas fases interligadas e integradas de formulação, execução, acompanhamento e avaliação.

Na educação a distância o imprevisto precisa ser evitado ao máximo, dada a necessidade de uma intencionalidade clara, o que não descarta a flexibilidade do planejamento, já que ele deve ser feito sistematicamente, abrindo a possibilidade de maior flexibilidade sem perda da direção.

O Instituto Federal do Espírito Santo entende que os sujeitos do processo educacional devem estar ligados por uma rede de comunicação que permita a orientação da aprendizagem e a construção do conhecimento. Essa comunicação em rede busca um conhecimento significativo, estimulador e integral que inclua aspectos técnicos, sociais, políticos e científicos indissociáveis, possuindo, dessa maneira, significado e relevância.

[...] Tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória (banco de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais de todos os tipos), imaginação (simulações), percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos). (LÉVY, 2000, p.157)

O desenvolvimento curricular pauta-se numa visão dialética que possibilita a produção e a apropriação de conhecimentos teóricos e práticos presentes em todas as áreas do conhecimento, desvelando novos campos e espaços de atuação profissional.

A organização curricular é estruturada de forma flexível, considerando as necessidades e interesses da comunidade envolvida e uma didática que promova a autonomia e a auto-gestão da aprendizagem, buscando, sempre que possível, uma continuidade dessa educação.

3.5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n° 9.394/96, ao tratar da Educação Profissional e Tecnológica, explicita no §2° (incluído pela Lei n° 11.741/2008), do artigo 39, Capítulo III da LDBEN que:

A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Nesse sentido, procuraremos discutir nessa seção a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluída na Seção IV-A na LDBEN n°9.394/96, por força da Lei n°11.741/2008. Essa formação ocorre a partir da articulação da Educação Profissional com o Ensino Médio e, aponta para o entendimento de que a educação deve integrar-se às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, visando propiciar condições para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, enquanto uma das maneiras para o exercício da cidadania.

Entretanto ao pensar na preparação do educando para o exercício de profissões técnicas é imprescindível considerar o preconizado nos artigos 35 e 36, em relação às finalidades e a organização curricular do ensino médio, para o atendimento a formação geral do educando. Em linhas gerais, os incisos do artigo 35 delineam a prática, ao exporem como necessários:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Assim, o que poderia ser considerado como etapa final da educação básica se constitui como um espaço para a articulação à Educação Profissional Técnico de Nível Médio e, para isso o entendimento sobre trabalho é importante, uma vez que para Frigotto (2004, p.21):

deve ser compreendido não como mera adaptação à organização produtiva, mas como princípio educativo no sentido da politécnica ou da educação tecnológica, em que os conceitos estruturantes sejam trabalho, ciência e cultura, em que o trabalho seja o primeiro fundamento da educação como prática social, princípio que organize a base unitária do ensino médio. A cultura cabe à síntese da formação geral e da formação específica por meio das diferentes formas de criação existente na sociedade, com seus símbolos, representações e significados.

A mera vinculação com o mercado de trabalho, para a sua ocupação e exercício produtivo, não se constitui interesse da Educação Profissional, mas sim práticas que ao estabelecerem uma relação intrínseca com o trabalho, enquanto princípio educativo evidenciem que:

a formação profissional para ser efetiva, tem que ter como condição prévia a educação básica (fundamental e média) e articular-se, portanto, a ela e às mudanças científico-técnicas do processo produtivo imediato” (FRIGOTTO, 2004, p.76-77).

Nesse sentido, os documentos que discutem a articulação entre Ensino Médio e Educação Profissional, apontam para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio as seguintes formas: articulada com o Ensino Médio (Integrada ou Concomitante) e Subsequente. Para as tais a LDBEN aponta que:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Tomando essas formas para discussão, cumpre salientar o que tem se pensado sobre integrar e, desta forma, Ciavatta (2005, p.84) aponta que esse termo evoca:

sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade do diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional, em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativo... Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de propiciar a formação de trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

O que aponta a necessidade de se pensar na organização e realização de processos formativos nos quais a divisão histórica entre o pensar e o executar seja superada, por

garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (CIAVATTA, 2005, p.85).

Transpondo, então, via formação integrada, a dicotomia entre o pragmatismo da educação profissional e a teoria do ensino propedêutico, visando atender ao disposto na LDBEN. De modo que seja oferecida uma formação que possibilite o exercício de sua função, em qualquer âmbito, enquanto profissional reflexivo sobre sua ação e que por isso é competente para avaliar os impactos dessa, criticá-la e (re) criar, isso porque é cidadão, que não se forma apenas a partir de conceitos, mas que se constitui a partir de suas vivências teórico-práticas, que ocorrem também no espaço escolar.

Desse modo, busca-se garantir a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, seja Integrada ao Ensino Médio ou Concomitante e Subsequente, entendida a partir do processo de produção social de conhecimentos que ao ser importante na constituição do cidadão também propicia o desenvolvimento de saberes e fazeres científicos e ético-políticos que possibilitam a compreensão da tecnologia enquanto produção social, inserida na dinâmica das relações entre as pessoas e o mundo.

Isso implica superar o entendimento de “competências” e “habilidades” como respostas a necessidades do mercado, mas compreendê-las como a interrelação entre vivências e conteúdos, constituindo *saberesfazeres* (FERRAÇO, 2005), o que permite perceber que a aquisição de conhecimentos gerais e os especificamente do trabalho, não ocorrem isoladamente, mas se integram, sem fronteiras entre formação geral e a formação profissional, entre o exercício profissional e a convivência em sociedade.

Dessa forma, ao atuar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio é importante perceber-la enquanto um eixo que visa auxiliar os educandos, entendidos como sujeitos de seu processo de formação e atores e co-responsáveis pelo/ no processo educativo, na constituição de sua cidadania e na sua inserção na sociedade, em seus âmbitos diversos – produtivo, social, político, ético, pois para Freire (1987, p.13) “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Nesse sentido, alguns pontos são marcados como objetivos em relação à oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio articulada ao Ensino Médio, tais sejam:

- Conceber cursos que conjuguem teoria e prática, tendo como base para a proposta pedagógica a interdisciplinaridade, a contextualização a flexibilidade; considerando que a prática é o fundamento de nossa ação educativa.
- Propiciar o desenvolvimento de atividades que integrem ensino, pesquisa e extensão, sendo o ensino perpassado pela investigação e pela ação na comunidade, por meio da realização de projetos, seminários, encontros, simpósios, debates, grupos temáticos, que estejam relacionados às demandas e aos avanços tecnológicos, ao mundo do trabalho e em especial, à convivência em sociedade, garantindo-se a indissociabilidade do *saberfazer* pedagógico visando às transformações sociais;
- Propiciar condições para o desenvolvimento de ações que primem pelo acompanhamento e avaliação da prática escolar, respeitando-se a legislação em vigor, por meio de nossa regulamentação didática, dos planos de curso, dos planos de ensino, reconhecendo como essencial a integração com as esferas da sociedade;
- Atentar para a oferta de cursos que atendam a demanda e a estrutura institucional, bem como a sua reavaliação constante com possibilidade de redimensionamento;
- Constituir possibilidades de assegurar a permanência e o sucesso dos educandos matriculados em todas as modalidades da educação profissional;
- Ampliar a discussão quanto à necessidade de proporcionar aos educandos a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, frisando a importância de teoria e prática em conjunção, bem como do diálogo entre as diferentes áreas do saber e da realidade profissional;
- Ampliar o número de vagas gradualmente, como resultado da expansão do Instituto Federal.
- Articular conhecimentos teóricos e práticos, evidenciando o exercício da ética e da cidadania, de forma articulada com o mundo do trabalho e das relações social, político, econômico, ético, histórico, filosófico;

- Conceber a escola como um espaço que permite a produção de *saberesfazeres* que ultrapassam os desenvolvidos pelos conteúdos;
- Propiciar situações de ensino-aprendizagem, organizando de modos possíveis o tempo escolar, relacionando-o com os grupos e modalidades atendidas, respeitando suas peculiaridades;
- Manter e ampliar espaços diversos para a aprendizagem, como as monitorias, visando a garantia da permanência e do sucesso dos educandos;
- Constituir espaços de discussão e planejamento, entendendo como imprescindível ao trabalho docente;
- Apoiar projetos de cursos/áreas ou componentes curriculares ou interdisciplinares que visem o processo de aprendizagem sobre a profissão e sobre a sociedade;
- Analisar as situações vivenciadas no cotidiano escolar e reavaliar continuamente os regulamentos institucionais para que estejam em sintonia com a realidade de nossos educandos e docentes e da própria legislação;
- Incentivar realizações de pesquisa e trabalhos técnicos e períodos de atividades sócio-culturais, como forma de assegurar os objetivos da formação profissional;
- Os princípios da formação profissional do aluno do Instituto Federal devem contemplar a possibilidade do imprevisto, da incerteza, do inesperado, propiciando que, a partir dos conhecimentos produzidos, visualize a possibilidade de mudanças de suas ações quando confrontadas às novas informações decorrentes do processo ensino-aprendizagem, concebendo a ciência e a educação como processo em contínua (re) construção, que exigem (re)criar conceitos, idéias e valores;
- Conceber o currículo enquanto construção histórica, por isso passível de ser revisto e reelaborado.
- Atuar no sentido de integrar os componentes curriculares, reunindo-os, para se constituir uma ciência que permita ao educando visualizar a realidade global, que não é fragmentada, mas sim complexa e constituída por redes de acontecimentos mundiais;

- Propiciar o diálogo entre os conhecimentos científicos, sociais e humanísticos e os que se relacionam ao trabalho, superando a dualidade do ensino, e a hierarquia entre os saberes;
- Conceber o ser humano como complexo, em (re) construção permanente e que se constitui a partir dos aspectos históricos, sociais e culturais.

3.5.1 A questão da Educação de Jovens e Adultos

O campo da Educação de Jovens e Adultos possui uma longa trajetória e por décadas o olhar sobre ela enxergou apenas realidades escolares truncadas, com alunos evadidos, reprovados, defasados, com problemas de frequência e aprendizagem e não concluintes do ensino fundamental. Um novo olhar deve ser construído para que os reconheça como jovens e adultos que revelem os limites e as possibilidades de serem reconhecidos como sujeitos de direitos humanos, de forma que uma nova compreensão da condição juvenil levará a uma compreensão de seu direito à educação e, conseqüentemente, a uma nova compreensão dessa modalidade de ensino.

A sociedade e o Estado reconhecem a urgência de elaborar e implementar políticas da juventude dirigidas às garantias da pluralidade de seus direitos e ao reconhecimento do seu protagonismo na construção de projetos na sociedade. As políticas de educação deverão ter como finalidade garantir os direitos dos sujeitos que a vivenciam, e não serem meras supridoras de carências de escolarização. Muitos são ainda os desafios na educação de jovens e adultos em nosso país com um grande número de pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, sujeitos que não tiveram acesso à escola e, por inúmeras causas, foram excluídos do saber sistematizado.

A Constituição Federal de 1988 expressa como dever do estado, a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Art. 208); educação permanente, que considere as necessidades e incentive as potencialidades dos educandos promovendo a autonomia dos jovens e adultos, para que sejam sujeitos da aprendizagem; educação vinculada ao mundo do trabalho e às práticas sociais; projeto pedagógico com flexibilidade curricular e conteúdos curriculares pautados em três princípios: contextualização, reconhecimento de identidades pessoais e das diversidades coletivas (Parecer CEB 11/2000).

As Diretrizes Curriculares Nacionais contidas no parecer CEB 11/2000 e na Resolução CNE/CEB 1/2000 definem como princípios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil a educação como direito público subjetivo, compreendido como aquele pelo qual o titular de um direito (de qualquer faixa etária que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória) pode exigir, imediatamente, o cumprimento de um dever e de uma obrigação, como também, a educação como direito de todos, através da universalização do ensino fundamental e médio.

E, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser uma modalidade da Educação Básica, nas etapas do ensino fundamental e médio, usufruindo de uma especificidade própria que, como tal, deve receber um tratamento consequente.

É a partir desse cenário que surge no Instituto Federal, no ano de 2000, o Ensino Médio para Jovens e Adultos Trabalhadores (Emjat), criado por decisão da Diretoria de Ensino à época, em resposta à demanda da sociedade por mais vagas de Ensino Médio e com base nas estatísticas do Inep, que demonstravam a lacuna de oferta de EJA nessa etapa da Educação Básica. Essa decisão não encontrou apoio da maioria dos professores. Para implementá-lo, foi feita então uma chamada de voluntários para um projeto piloto. Dessa forma, iniciou-se em 2001 a oferta do Emjat, implantado graças à adesão voluntária de um grupo de professores que tinham como objetivo formar cidadãos conscientes do seu papel social, capazes de promover melhorias nas próprias vidas e de contribuir para o crescimento da sociedade em que vivem, contribuindo para ampliar a diversidade de públicos atendidos pela Instituição. O programa oferecia aos seus egressos, opcionalmente, a seleção interna para os cursos da educação profissional técnica de nível médio, que reservavam uma percentagem de vagas para essa modalidade de ingresso. Configurou-se, assim, uma articulação de ingresso subsequente de seus egressos, diretamente para os cursos de ensino técnico.

Com a publicação do decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005 após processo de discussão baseado inclusive em nossa experiência, fica instituído o programa de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, tendo seu texto e objetivos aprimorados pelo decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, visando criar uma política pública que contemplasse a elevação da escolaridade com profissionalização.

A discussão teve início após a Rede Federal de Educação Tecnológica ter constatado a baixa expectativa de inclusão de jovens de classes populares entre os atendidos pelo sistema público de educação profissional, por isso, o que se pretende é garantir a essa clientela uma formação com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade unindo a elevação de escolarização com a qualificação profissional.

O ensino médio profissionalizante para jovens e adultos oferecido pelo Instituto Federal tem como objetivos: uma educação baseada na construção do conhecimento que aponte para a resolução de problemas e para a auto-aprendizagem; a oportunidade de jovens e adultos articularem as experiências da vida com os saberes escolares; preparar cidadãos para a vida com a perspectiva de educação permanente; qualificar e habilitar profissionais para acompanhar a evolução do conhecimento tecnológico e a aplicação de novos métodos e processos na prestação de bens e serviços.

Além disso, a formação de educadores da Educação de Jovens e Adultos vem sendo colocada como uma das estratégias para se avançar na qualidade da educação. Estudos apontam que existe a necessidade de que o professor seja capaz de refletir sobre sua prática e direcioná-la segundo a realidade em que atua, voltada aos interesses e às necessidades dos alunos. Nesse sentido, Freire (1996, p. 43) afirma que “pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática”.

Pensando nesse sentido, entende-se que é necessária a formação continuada com o objetivo principal de levantar demandas e necessidades de formação a partir da escuta dos sujeitos educadores a partir da reflexão dos próprios sujeitos formadores em suas práticas e vivências.

É importante ressaltar que o processo de reflexão não deve ser entendido como independente do conteúdo e do contexto, mas sim, como um processo que acolhe as experiências práticas, como também valores, afetos, interesses sociais e políticos. Trata-se de uma reflexão ao mesmo tempo crítica e “contaminada” que possibilitará ao professor integrar técnica, conhecimentos teóricos e práticas, superando assim, uma relação linear entre teoria e prática.

3.6 POLÍTICAS DE GRADUAÇÃO

A História dos cursos de graduação do Instituto Federal é recente e tem como marco inicial o ano de 1999, com a implantação dos cursos superiores de Tecnologia em Metalurgia e Materiais e em 2000 com o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental. A partir dessa implantação houve a expansão e diversificação das ofertas de graduações oferecendo também cursos de licenciatura e bacharelado.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008 a política de graduação tomou um novo rumo no país visto que, segundo esta, os Institutos Federais além de atuarem nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e na formação inicial e continuada de trabalhadores; atuarão, também, nos cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia, cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica além de cursos de bacharelado visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

É a partir dessa premissa que se apresentam as políticas pública de inclusão, justiça social e desenvolvimento regional e nacional dos Institutos Federais. A implantação dos Institutos, partiu do princípio de uma demanda social de inclusão dos trabalhadores e das camadas sociais que foram excluídas historicamente das diversas modalidades de ensino oferecidas no país, principalmente da universidade.

... essas instituições estariam inseridas na cadeia da pesquisa e da produção científicas juntamente com as universidades chamadas “clássicas”, com o diferencial dado pela proximidade com os processos diretamente produtivos. Isto as levaria a captar necessidades e potenciais tecnológicos, dinamizando, com maior intensidade e velocidade, a relação entre ciência, tecnologia e produção na esfera pública em todas as áreas do conhecimento (RAMOS, 2006, p.139).

Nesse sentido, a política de graduação do Instituto Federal visa à interdisciplinaridade e a ligação teoria e prática, que se concretiza através da implementação das atividades como iniciação científica, visitas técnicas e participação em eventos de caráter científico (seminários, congressos, simpósios, etc.). O objetivo é formar um cidadão que produz tecnologia sem perder de vista a sua função de sujeito atuante e transformador da sociedade.

As graduações seguem os princípios da gestão democrática, os cursos têm autonomia para elaborar seus projetos pedagógicos em sintonia com o PPI e a legislação vigente, e suas propostas curriculares através dos órgãos colegiados que tem representação do corpo docente discente.

Em relação à avaliação dos cursos de graduação a discussão não é nova e perpassa todo o sistema educacional brasileiro com grande preocupação por parte dos teóricos que estudam o assunto. A discussão que se faz percorre os âmbitos dos conceitos, dos métodos e das práticas, de onde são propostas novas definições nos rumos e, até mesmo, da maneira como os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem são percebidos.

Segundo o Dicionário Aurélio (2001) avaliação é o “ato ou efeito de avaliar”, o mesmo dicionário define a palavra avaliar como “determinar a valia ou valor de.” A pedagogia tradicional que é praticada em grande parte das instituições brasileiras associa o ato de avaliar ao de atribuir “valor”, “medir” o conhecimento do discente.

Essa forma de avaliar é uma herança autoritária do sistema de ensino brasileiro, que não proporciona a autonomia do aluno, e não cumpre o papel da educação que é o de agente transformador da sociedade. O século XXI exige cidadãos empreendedores e transformadores que tenham sensibilidade de discutir ações de sustentabilidade e de direitos sociais. Uma avaliação tradicional onde se exige do aluno apenas que ele reproduza o que existe nos manuais pré estabelecidos não forma discentes dinâmicos e sim meros reprodutores do que já é definido pelo academicismo tradicional.

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A definição mais comum adequada, encontrada nos manuais , estipula que a avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão (LUCKESI, 1978).

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente... o objeto avaliado, passa a Ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como

inferior, médio ou superior. (LUCKESI, 2002, p. 33 e 34).

Logo, a proposta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo é uma prática pedagógica de transformação, onde o ato de avaliar seja mais do que um ato de rotular os sujeitos por padrões ou classificações. A avaliação deve ser um processo de crescimento que leve a comunidade acadêmica a refletir sobre suas práticas e também ao desenvolvimento da autonomia. Parafraseando Luckesi (2002) terá de ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos.

3.6.1 Cursos Superiores de Tecnologia

O advento de novas tecnologias e a constante mutação do mercado de trabalho lançou um novo desafio às escolas de educação profissional visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.

Neste contexto histórico as escolas de educação profissional passaram a ser também centros de referência de desenvolvimento científico e tecnológico, essa nova concepção se traduz da seguinte forma: no mundo globalizado que vive constantes mudanças o profissional deve conseguir compreender o processo produtivo de forma global, mas também tem que ser empreendedor sem perder de vista seu caráter humanista. Superando a tradicional visão de que as instituições que ministravam ensino profissional formavam apenas mão-de-obra especializada para o mercado.

Os cursos Superiores de Tecnologia do Instituto Federal do Espírito Santo têm como objetivo oferecer ao aluno a capacidade empreendedora, a produção de conhecimento científico, o desenvolvimento de competências profissionais, a interdisciplinaridade e a articulação teoria e prática.

O grande desafio dos Cursos Superiores de Tecnologia do Instituto Federal é superar a visão que muitos setores da sociedade ainda têm desses cursos: de que por serem cursos com um tempo menor de duração não formam com as competências necessárias e não permitem a continuidade dos estudos. Fortalecer a imagem e ressaltar a necessidade dos cursos de tecnologia para a sociedade contemporânea é tarefa da Instituição.

3.6.2 Engenharias

A História dos cursos de Engenharia do Instituto Federal inicia-se no ano de 2006 para atender a demanda socio-econômica do Espírito Santo. O Estado na última década passou por intensas transformações econômicas e possui atualmente um parque industrial amplo e diversificado, na mais ainda apresenta uma carência de profissionais especializados em determinadas áreas do conhecimento. Cumprindo então com seu papel social, a Instituição passou a oferecer cursos de Engenharia, qualificando assim mão-de-obra para atender as demandas do estado e principalmente proporcionar crescimento pessoal e cultural para vários trabalhadores que já atuam no mercado e que não possuem graduação.

O grande desafio dos cursos de Engenharia no Brasil contemporânea é superar o legado positivista que ainda prevalece nos currículos destes cursos. Desta forma também é desafio do Instituto Federal implementar um Projeto Pedagógico que atenda o mundo do trabalho e que consiga superar as dificuldades típicas destes cursos como por exemplo o grande índice de reprovação e evasão.

Os cursos de Engenharia do Instituto Federal têm como objetivo produzir ciência e tecnologia articulando conhecimentos teóricos e práticos sem deixar de lado a formação humanista. Segundo Ramos (2006) essa perspectiva se difere frontalmente daquela em que as instituições tecnológicas são consideradas como espaço de produção mercantil de tecnologia, com propósitos, custos e ritmo adequado ao mercado.

A proposta para os cursos de Engenharia, é expor ao estudante situações práticas em que ele entre em contato com seu objeto de estudo para que possa posteriormente construir seus conceitos a partir da experiência. Ao desenvolver suas atividades acadêmicas o aluno deve estar apto a fazer o intercâmbio entre a produção acadêmica e a socialização do conhecimento.

O currículo dos cursos de Engenharia do Instituto Federal tem se construído a partir dessa nova lógica de formação; visando o uso e a produção de novas tecnologia, o desenvolvimento econômico sustentável e a gestão das organizações que perpassa por amplas questões de gestão de pessoas. Um currículo que vise tais realidades deve, necessariamente, ser mais amplo, numa ótica de formação processual e de valorização dos conhecimentos integrados que darão a base dessa formação.

3.6.3 Licenciaturas

Segundos dados estatísticos já apresentados, existe um déficit na formação de docentes na área de Ciências Naturais - Química, Física e Biologia e Matemática no Brasil. A Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008 no Art. 7º institui que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica têm por objetivo ministrar em nível de educação superior: “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;”.

A proposta dos Institutos Federais vem fortalecer como política pública a oferta de vagas nas áreas do conhecimento onde a demanda de profissionais formados é pequena devido, entre outros motivos, ao grande índice de evasão durante os cursos de formação. Por esse motivo, a mesma legislação, no Art. 8º estipula que o Instituto Federal deverá atuar com as prerrogativas de formação pedagógicas com o percentual de, no mínimo, 20% de matrículas nessa área.

Para que essa proposta consiga sucesso é preciso que os Institutos ofereçam um diferencial nesses cursos, com o desafio de criar cursos de licenciatura com currículos que proporcionem ao estudante a produção de ciência e tecnologia, sem perder de vista a essência pedagógica e a razão para a existência das licenciaturas que é a formação de profissionais para atuarem na educação básica.

Além disso, o compromisso social desses cursos é formar com urgência docentes das áreas mais carentes da educação básica sem que isso seja pretexto para formação de uma massa de profissionais sem noções básicas de concepções didático-pedagógico apenas para atender as necessidades urgentes do mundo do trabalho, repetindo assim experiências de um passado recente.

O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, partes da natureza em invenções de sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar partes das trocas feitas no interior desta cultura em situações de aprender-ensinar-e-aprender: em educação. Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder. Mas, a seu modo, ela continua no homem o trabalho da natureza de fazê-lo evoluir, de torná-lo mais humano (BRANDÃO, 1989, p. 14).

Partindo desta reflexão de Brandão sobre educação, observa-se que formar docentes é uma tarefa não apenas academicista mais também de compromisso social. Por isso a necessidade de ser construir currículos onde teoria e práticas estejam em constante articulação, a própria LDB em seu art. 61 já estabelece essa associação. Cabe aos Institutos Federais, através de seus Projetos Políticos Pedagógicos, promoverem esta articulação e a formação interdisciplinar nos cursos de licenciaturas.

A política para os cursos de licenciatura do Ifes segue essa linha de formação de docentes que sejam pesquisadores, pois entende-se que todo professor é também um pesquisador, e não apenas um mero transmissor de conhecimentos. A tarefa não é fácil visto que a experiência com cursos de licenciaturas é nova, começou com a implantação do curso de Licenciatura em Química no ano de 2005. É também desafiadora, pois segundo Alves (1995, p. 27) “Não se trata de formar o educador como se ele não existisse. Como se houvesse escolas capazes de gerá-los, ou programas que pudessem trazê-los à luz”, logo a formação do docente na Instituição vai além da especialização em determinada área do conhecimento de forma isolada, ele deve conhecer os diversos processos de ensino-aprendizagem e também as particularidades que existem em cada faixa etária.

Os cursos têm projetos pedagógicos próprios, pensados por uma equipe multidisciplinar formada por docentes, pedagogos e técnicos administrativos envolvidos. Contam também com órgãos colegiados respeitando assim os princípios da gestão democrática. Os currículos foram construídos com base na LDB e nas diretrizes curriculares estabelecidas no país. Nem por isso a estrutura curricular é fechada, observa-se que elas asseguram a flexibilidade e a articulação entre os conteúdos possibilitando também o desenvolvimento da pesquisa e da extensão através de atividades extra-curriculares.

A idéia de currículo integrado dos cursos de licenciatura do Instituto Federal pode ser resumida da seguinte forma: articulação entre teoria e prática, interdisciplinaridade, pesquisa e extensão, flexibilidade curricular, avaliação permanente e compromisso social.

3.7 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A política de pós-graduação apontada para o Ifes está baseada em ações recentes. Assenta-se nos princípios filosóficos, políticos e acadêmicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como com a política de pós-graduação desenvolvida no país, sempre respeitando as transformações e as necessidades das sociedades capixaba e brasileira.

Assim, como marca histórica, o outrora Cefetes, no ano de 2004, a implantação da pós-graduação *Lato Sensu* em Segurança do Trabalho Pós-graduação no Sistema CEFETES surge no ano de 2004, na, então, Unidade Descentralizada de Ensino de Vitória, mediante uma iniciativa da Coordenadoria de Segurança do Trabalho.

Ao longo de seu processo evolutivo desde a antiga Escola de Artífices e Aprendizes do ES até o recém-chegado Instituto Federal, o crescimento foi marcado pela verticalização da sua atuação desde a formação básica até a pós-graduação, inclusive o *Stricto Sensu*, passando pelo ensino técnico integrado e de graduação. Verticalização esta, motivada pelas novas demandas, criativas e tecnológicas apresentadas no cenário de desenvolvimento do Espírito Santo, que estimularam a criação e consolidação de programas de capacitação e aperfeiçoamento de profissionais aptos a assumir protagonismo nos complexos e heterogêneos cenários produtivos e tecnológicos local e nacional, comprometidos em produzir e difundir saberes e fazeres com padrão de excelência, com foco no desenvolvimento humano sustentável⁸, como também, fomentar a formação de novos pesquisadores e docentes qualificados pelo Instituto Federal ou em regime de colaboração acadêmica com instituições de ensino, de pesquisa e de setores produtivos.

O conjunto de ações da Pós-graduação assenta na descentralização administrativa e na autonomia acadêmica dos diversos campi, atentando para o planejamento, o acompanhamento, os incentivos e a avaliação dos diversos programas e projetos de pós-graduação oferecidos à comunidade externa e interna.

É importante ressaltar que o investimento na política institucional de formação continuada de seu quadro de servidores (docentes e técnico-administrativos), promovendo processos permanentes de qualificação em nível de especialização,

⁸ Planejamento Estratégico do Cefetes

mestrado e doutoramento, elevando gradativamente a titulação do seu quadro de pessoal; a inserção do Instituto Federal no Programa PICDTec (Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico) da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no Mestrado Interinstitucional em Educação/MINTER em convênio com a UFES, são algumas dessas ações.

Há ainda o diálogo permanente com as demandas apresentadas por setores produtivos, acadêmicos e sociais, o que apresenta como resultados os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* em Engenharia da Produção e em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos e, como Pós-graduação *Stricto Sensu* o marco para o Instituto Federal, o Mestrado em Metalurgia e Materiais, com a primeira turma ingressando no primeiro semestre de 2009.

Os aportes teórico-metodológicos dessas Políticas apoiam-se nos pressupostos do desenvolvimento local e regional, levando em consideração as relações existentes entre os desenvolvimentos científicos, tecnológicos, sociais, humanísticos e produtivos, como também, visa assegurar a circularidade e o espírito cooperativo o entre os saberes e os fazeres das modalidades de ensinos médio profissional, tecnológico, de graduação e de pós-graduação, compreendendo estes como conhecimentos configurados cultural e historicamente, portanto, mesmo que distintos, são complementares em suas singularidades, trata-se assim de uma política não apenas acadêmica, mas, igualmente social e pedagógica, comprometida com a:

- Expansão e interiorização do ensino de pós-graduação aos diversos campi.
- Ampliação dos programas de capacitação profissional em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.
- Abertura de novos e, fortalecimento dos atuais grupos e linhas de pesquisas já existentes.
- Contribuir com a formação de profissionais, pesquisadores e docentes altamente qualificados.
- Fomentar pesquisas inovadoras que contribuam com o desenvolvimento local e regional dos setores produtivos e acadêmicos.

Diante das complexas mudanças científico-tecnológicas e, considerando às especificidades das modalidades e áreas de ensino de pós-graduação, o Instituto Federal pauta seu trabalho na missão em garantir por meio de seus egressos dos Cursos de Pós-graduação:

- Habilidades e competências para elaborar novas técnicas e processos científicos, tecnológicos e produtivos.
- Formação profissional de alto nível necessário ao país que demonstrem autonomia intelectual
- Contribuição com a política de desenvolvimento técnico-profissional regional e nacional.
- Fomento para o desenvolvimento, a inovação e a difusão de pesquisa técnico-científica.

Esse conjunto de diretrizes, objetivos, ações e metas confere o corpus institucional do ensino de pós-graduação, alinhado ao comprometimento institucional, ao devido rigor técnico-científico, à regularidade e qualidade dos ensinos e, à busca incessante em garantir recursos humanos, material e imaterial, como um conjunto de alicerces que sustentam a trajetória evolutiva da pós-graduação no Instituto Federal, em consonância com as Agências que normatizam, coordenam e fomentam o desenvolvimento da Pós-graduação lato e stricto sensu, nos âmbitos nacional e internacional.

3.8 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

Partindo da gênese de sua função social e com a perspectiva de que a formação profissional está intrinsecamente relacionada à formação humana e cidadã, o Instituto Federal do Espírito Santo desenvolve programas de formação para o trabalho em consonância à formação cultural e científica a partir da integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

A extensão nesta Instituição de Ensino tem por objetivo ampliar o espaço de diálogo, em uma ação que possibilite o compartilhamento e a construção de conhecimentos entre educandos, professores/pesquisadores e comunidade.

Visando intervir no processo de superação da cruel visão excludente de mundo no qual todo fracasso (ou êxito) social e econômico vem, puramente, do esforço particular

(GENTILI, 1998), os programas de extensão agem horizontalizando as ações da instituição e proporcionam oportunidades de transformação da realidade local.

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 em seu Art. 39 especifica o lugar da Educação Profissional e Tecnológica no cumprimento dos objetivos da Educação Nacional, a partir da integração aos diferentes níveis e modalidades de educação às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Esse mesmo artigo, em seu parágrafo 2º, inciso primeiro, especifica a abrangência dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Ainda no texto dessa Lei, Art. 42, está subsidiada a oferta de cursos especiais abertos à comunidade, condicionada à matrícula e à capacidade de aproveitamento de experiências e não necessariamente ao nível de escolaridade.

A extensão vem atender ao Artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, que nos incisos VI e VII preconiza:

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII – Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição

O Instituto Federal do Espírito Santo, tendo como premissa a relação indissociável entre Ensino, Pesquisa e Extensão, considera o educando como o elo mais importante desta relação oportunizando-o o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais e cidadãs, atenuando assim, o impacto da transição da formação acadêmica para a vida profissional. Neste contexto, o vínculo entre a extensão e o processo de formação propicia aos agentes envolvidos nas atividades extensionistas o aperfeiçoamento da formação técnica-científica, o desenvolvimento de uma análise crítico-reflexiva sobre a realidade e a geração de conhecimento.

Para que tais premissas sejam alcançadas o Ifes atua como agente fomentador de redes de cooperação e desenvolvimento junto a instituições públicas, instituições privadas, ONGs, representantes da comunidade, dentre outros, por meio de convênios e outras relações que possam ser estabelecidas. Assim, a Extensão constitui um importante

mecanismo de inserção regional e nacional do Instituto Federal do Espírito Santo, pois contribui para:

- Desenvolver cursos de formação profissional em nível básico, médio e de especialização técnica, visando à inclusão de segmentos desprovidos de acesso à educação técnica e tecnológica;
- Oportunizar capacitação humana e tecnológica aos arranjos produtivos locais, às empresas e poderes públicos da região;
- Estabelecer convênios com a iniciativa privada, atendendo necessidades na área do ensino tecnológico, quer seja na qualificação ou requalificação profissional;
- Ofertar cursos de formação profissional para as comunidades de baixa renda, portadores de necessidades educacionais especiais e detentos do Sistema Carcerário do Espírito Santo.
- Atuar como agente de inovação regional e nacional, por meio da implantação de incubadoras de empresas de base tecnológica, parque tecnológico e centros vocacionais tecnológicos (CVTs) a fim de reforçar a cooperação com o mundo do trabalho;
- Comprometer a comunidade acadêmica alunos, professores, funcionários e administração superior do Instituto Federal do Espírito Santo, com o desenvolvimento social do País e, em especial, dos municípios da área de atuação do Ifes;
- Promover congressos, seminários, cursos, dias de campo, encontros e outros eventos, abertos à comunidade acadêmica e à comunidade em geral;
- Disponibilizar novos meios e processos de produção e inovação, compartilhando conhecimentos que possibilitem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país;
- Promover a integração do egresso com o mundo do trabalho.

3.9 POLÍTICAS DE PESQUISA

As pesquisas científicas no Brasil são consideravelmente recentes. Somente com a criação da CNPq e Capes em 1951 é que os trabalhos científicos começaram a ser

desenvolvidos nas Universidades.

Desde então, o número de grupos de pesquisa tem aumentado a cada ano nas instituições de ensino pelo Brasil, promovendo o fortalecimento das atividades científicas e do desenvolvimento tecnológico. Através dos programas de bolsas de iniciação científica o CNPq vem investindo na formação de jovens pesquisadores.

Diante das variadas formas de conhecimento que permeiam a sociedade contemporânea o grande desafio da educação é direcionar o aluno à construção científica do pensamento a partir de um escopo metodológico específico.

A inserção do aluno em grupos de iniciação científica tem se mostrado um valioso instrumento para estimular a formação daqueles que apresentam inclinações para a pesquisa.

Partindo desse princípio, encontram-se entre os objetivos do Instituto Federal do Espírito Santo realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendo seus benefícios à comunidade.

Com a Resolução CD Nº 03/2008, de 8 de Abril de 2008 foi criado no Instituto Federal do Espírito Santo o programa de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação no âmbito da gerência de pesquisa.

Para tanto, foram criados no âmbito da gerência de pesquisa do CEFETES os seguintes programas de incentivo:

1 - PICT – Programa Institucional de desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é composto pelos seguintes subprogramas:

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;

PIVIC – Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica;

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;

PIVITI – Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;

PIBIC-JR – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior;

PROGRUPOS – Programa Institucional de Formação, Consolidação e Apoio a

Grupos de Pesquisa.

2 - PRODIF – Programa Institucional de Difusão Científica

3 - PROINTER – Programa Institucional de Intercâmbio em Ciência Tecnologia e Inovação.

4 - PROGRAD – Programa Institucional de Apoio à conclusão de Cursos de Graduação

Esses programas surgem como estratégias de incentivo a criação e participação em grupos de pesquisa. Pretende-se formar dentro do Instituto Federal do Espírito Santo um grupo de pesquisadores capaz de compreender o processo educativo além da sala de aula.

A pesquisa surge dentro das propostas de ensino do Instituto Federal como mais uma maneira de melhor formar o cidadão capaz de intervir eticamente nas esferas sociais e econômicas, como afirma Demo:

A intervenção inovadora e ética na sociedade significa a competência de construir, na história, modos alternativos de vida comum, nos quais o progresso seja desde logo bem comum e a equidade se torne a instância central e final, pelo menos como utopia. Trata-se de promover a solidariedade, mais que a competitividade, os direitos humanos e a democracia. O ponto de referência mais decisivo é a formação de sujeitos capazes, críticos e criativos, democraticamente organizados, aptos a superarem a condição de massa de manobra ou de objetos. (2007, p. 62)

Sobre a intervenção inovadora na economia, Demo afirma que essa intervenção “refere-se a capacidade de impor-se ao mercado, não para deturpá-lo, desfigurá-lo ou mascará-lo, mas para fazê-lo instrumento indispensável de bem-estar comum” (idem, p.62)

Os programas de pesquisa do Instituto Federal do Espírito Santo constituem-se a partir de dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito a atitude de questionamento da realidade.

Sabemos que todo processo de pesquisa deve ir além da descoberta científica. Deve estar comprometido com a sociedade e estar presente em todo e qualquer trajeto da formação do trabalhador. Deve representar a conjugação do saber e de mudar e se construir, na indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão.

Sendo assim, a pesquisa não poderá ter um fim em si. Os conhecimentos produzidos pelas pesquisas dentro do Ifes deverão ser colocados a favor do desenvolvimento local e regional.

A partir destes pressupostos o Instituto Federal busca consolidar o processo educativo de maneira emancipatória, formando não somente o profissional competente, mas também do sujeito capaz de inovar eticamente e construir seus próprios projetos.

3.10 POLÍTIICAS DE PRODUÇÃO

O conhecimento técnico-científico tem valor à medida que contribui para um melhor desenvolvimento humano e social. Nesse sentido, somente quando a teoria e prática estão conjugadas, no sentido da práxis é que há a possibilidade para a promoção de mudanças concretas.

Assim, a produção é uma atividade indissociável à educação agrícola e deste modo sua evolução com o uso de técnicas e tecnologias que aprimorem as práticas tradicionalmente adotadas é primordial. Uma vez que o meio rural é o principal gerador de trabalho e de divisas do país este também deve ser pensado como espaço para desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias.

A existência de atividades de produção na escola propicia ao educando a vivência real de situações-problema, colocando-o numa busca reflexiva de soluções e inovações para o desenvolvimento de novas técnicas de produção e de aumento da produtividade.

Reconhecendo a importância dos ambientes de produção na consolidação do conhecimento para estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos e demais cidadãos, o Instituto Federal do Espírito Santo busca o aprimoramento contínuo nesta área e o estabelecimento de parcerias com outras instituições que atuem nas esferas de ensino, de pesquisa e de extensão, em prol do desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, alguns pontos são marcados como objetivos em relação às políticas de produção:

- Desenvolver as áreas de produção com vistas ao atendimento do ensino, da pesquisa e da extensão agrícola e industrial;

- Conceber as atividades agrícolas e industriais como um espaço que permita a produção de múltiplos saberes e fazeres que ultrapassem os desenvolvidos pelos conteúdos;
- Capacitar o profissional formado no IFES para atuar na área de desenvolvimento tecnológico e inovação, em consonância com as necessidades dos arranjos produtivos locais, proporcionando possibilidades de constante aprimoramento;
- Fomentar a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação na produção de bens e serviços com a perspectiva do desenvolvimento sócio-ambiental sustentável;
- Utilizar a área de produção dos campi para a condução de investigações científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, gerando novos produtos e processos (patentes) que sejam mais eficientes sob o ponto de vista do uso e reuso dos recursos naturais, no rumo da sustentabilidade;
- Considerar os ambientes de produção como verdadeiras unidades demonstrativas para o desenvolvimento de trabalhos de extensão junto a produtores e empresários da sociedade civil regional;
- Estabelecer parcerias com órgãos de assistência técnica rural e industrial para o desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que visem o atendimento à sociedade, atentando para o desenvolvimento humano sustentável.

12.AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Foi buscado construir o Projeto Pedagógico Institucional sob a perspectiva da Gestão Democrática, colocada como um princípio básico garantido pela Constituição Federal de 1988 (Art 206). De acordo com Veiga (1995, p.18):

“A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática (...)”

É importante enfatizar a idéia de continuidade entre concepção e execução lembrada pela autora, pois não apenas a fase de construção do Projeto Pedagógico Institucional deve ter a participação dos sujeitos constituintes da identidade escolar em sua totalidade, mas também seu desenvolvimento, confrontação com a realidade. Ele é sujeito à permanente (re) construção.

Ao tomar a Gestão Democrática como princípio do Projeto Pedagógico Institucional para além de sua mera construção, coloca-se a necessidade de envidar esforços para a criação de canais permanentes de participação da comunidade escolar na reflexão a respeito do cumprimento dos objetivos expressos.

O Projeto Pedagógico Institucional foi pensado como um texto no qual se estabelecem as políticas que determinarão futuras diretrizes e normatizações. Por esse caráter, deve ser discutido, refletido, proposto e (re) escrito por sujeitos diversos, de forma horizontal (com representantes de todos os campi), pelos que executam tais políticas e pelos usuários (ou os atingidos) por elas. Logo ele não pode ser definitivo, visto que reflete intenções políticas sobre a realidade.

Para que tal perspectiva se concretize as instâncias que consolidam essas normas são chamadas a propiciar tempo de disponibilização para todos, discussão e permanente reescrita do projeto que, lembramos, já foi escrito nessas condições ao ter em suas palavras as marcas de muitas mãos e o esforço de sintetizar vários querereres para essa Instituição.

Para que isso não aconteça apenas uma vez em cada reescrita, faz-se necessário avaliação constante dos objetivos e embasamentos do Projeto Pedagógico Institucional. Assim, a avaliação passa a ser uma forma de autocrítica, um momento de pensar o real cumprimento dos objetivos propostos e de consolidar o PPI como o instrumento de fortalecimento e reflexão sobre a identidade da Instituição configurando-se um modo de participação.

Além das expectativas internas, esse processo de avaliação constante do Projeto Pedagógico Institucional propicia a verificação da consonância entre as ações escolares e as avaliações externas que visam verificar a execução das políticas públicas e a qualidade do ensino. Ademais, é o momento de criticamente olharmos se nosso

princípio de articulação entre ensino, pesquisa e extensão visando desenvolvimento humano e econômico sustentável está sendo progressivamente atingido e procurado.

Em síntese, concebe-se a avaliação do PPI como um processo realizado pelo meio de uma reflexão crítica, podendo ocorrer a tomada de consciência dos avanços e dificuldades, bem como, num diálogo caracterizado pela participação coletiva, a tomada de decisão para superar as necessidades identificadas. Desse modo, muda-se a perspectiva em torno da avaliação, a qual deixa de ser um fim em si mesmo, passando à condição de meio de reflexão e reestruturação acerca das ações escolares e sua correspondência com o Projeto Pedagógico Institucional.

REFERÊNCIAS

A Gazeta. **Potencialidades** 2008. Vitória: Comunicação Interativa, 2008.

BRASIL. **CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC n.º 002/2007. CHAMADA PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA CONSTITUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFET.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet2.pdf> Acesso em : 20 mar. 2008.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm Acesso em: 20 mar. 2008.

_____. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937).** Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>> Acesso em: 20 fev. 2009.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 13jul.2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

_____. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm> Acesso em: 01 jul. 2008.

_____. **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.** Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm> . Acesso em: 01 jul. 2008.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.org.br>>. Acesso em: 30 julho 2008.

_____. **Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003.** Que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm>. Acesso em: 15, jan. 2009.

_____. **Lei nº 11.741 de 16 julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 15,out. 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 15, jan. 2009.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____. Ministério da Saúde. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006a. Disponível

em: <http://sistemas.aids.gov.br/spe2007/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5>. Acesso em: 28 mai. 2008.

_____. **Parecer CEB nº: 11/2000 de 10 de maio de 2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/proeja_parecer11_2000.pdf>. Acesso em: 03, jul. 2008.

_____. **Resolução Cne/Ceb Nº 1, de 5 de julho De 2000.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: 03, jul. 2008.

_____. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso em 26 fev. 2009.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: http://www.cefetpb.edu.br/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 26 fev. 2009.

BUENO, José Geraldo Silveira; FERREIRA, Júlio Romero; BAPTISTA, Cláudio Roberto; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; KASSAR, Mônica Magalhães; FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas de Educação Especial no Brasil: um estudo comparativo das normas das unidades da federação. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 1, 2005. p. 97-117.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Currículo, Formação continuada de professores e cotidiano escolar: fragmentos de complexidade das redes vividas. In: _____(org.) **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-42.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI:** O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Sex, Power and the Politics of Identity:** entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982; *The Advocate*, n. 400, 7 de agosto de

1984, pp. 26-30 e 58. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/sexpodident.html>>. Acesso em: 22 jun. 2007.

FONSECA, Celso Suckow. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____; _____. (orgs.) **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho.** Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. “**O fio da história:** a gênese da formação profissional no Brasil”. In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GENTILI, Pablo. A falsificação do consenso – Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Concepções e Diretrizes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2009.

KUENZER, Acácia. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SANFELICE, José Luis, SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77 – 96

_____. Educação profissional: Categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 19 a 29, mai/ago. 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, set – dez, número 018, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo. Brasil, 2001.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **CIF**: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; 2003.

RAMOS, Marise. **Ciência e tecnologia na institucionalidade Cefet**: questões sobre um projeto de universidade tecnológica. In: MOLL, Jaqueline & SEVEGNANI, Palmira (Orgs). **UNIVERSIDADE E MUNDO DO TRABALHO**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

RAMOS, Elbo Lacerda. A Reforma como paradigma: um estudo de caso na EAF-Rio Verde. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação/UFG, Goiás. (a)

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre a Ciência**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação Profissional: desenvolvendo habilidades e competências. In: Ensaios pedagógicos. **III Seminário Nacional de Formação de**

Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

UNESCO. Relatório da Pesquisa "**Saúde E Educação:** Cenários Para A Cultura De Prevenção Nas Escolas" [online]. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/areas/educacao/areastematicas/edsaude/Resumo%20Pesquisa%20SPE%20avaliacao.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico, 13ª ed. São Paulo: Libertad, 2004.

VAZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). **O Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de (Org.). **Escola:** Espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

10.3 CAMPUS VITÓRIA

10.3.1 Objetivos e metas da instituição

Coordenadoria	Espaço Físico	Equipamentos	Ano de Execução
Transportes	Ampliação e reforma da Coordenadoria; Transformação de dois laboratórios de informática em salas técnicas; Sala de monitores.	Reequipar os laboratórios de informática; Compra de softwares; Climatização das salas e laboratórios; Multimídia nas salas;	2009 a 2010
Integração Escola-Empresa	Reestruturação do espaço físico.	Microfilmagem da documentação; Adaptação do sistema acadêmico; Mural eletrônico;	2009 a 2013
CTI	Ampliação do espaço físico da GTI; Criação de sala para servidores com acesso restrito; Criação de salas para utilização dos switches com acesso restrito. *nota: definir melhor o espaço.	Melhorar distribuição e acesso da rede sem fio; Catracas; Computadores e softwares para gerenciamento das catracas; Servidor de backup das câmeras de videomonitoramento; No-breaks, PABX e servidores de câmeras; Rack; Seis computadores servidores; Software para controle de inventário, helpdesk e comunicação interna; Equipamentos com para rede wireless (10 access point, 2 wireless switch 24 portas, 30 antenas do mesmo fabricante do access point e acessórios para comunicação com access point.); Três switches de CORE e dez switches de distribuição; Softwares de monitoramento dos servidores (NAGIUS, CACTI, etc.).	2009 a 2013

		Atualização do pacote MS Office 97; Atualização do sistema operacional dos servidores para Windows Server 2008; Disponibilizar acesso a rede sem fio para alunos e visitantes.	
Códigos e Linguagens	Montagem de 2 laboratórios para ensino de línguas; Disponibilidade de salas para oferta da disciplina de espanhol, em pelo menos quatro horários distintos.	INGLÊS 6 computadores (core 2 duo, HD 250, memória 2g, drive dvd/rw, monitor 22'); 6 micro systems (potência de 100w, mp3, entrada USB); ESPAÑHOL Bibliografia a ser indicada pelos professores (deve estar disponível para os professores na Coordenadoria e para consulta dos alunos na biblioteca).	Inglês: 2009/2 Português e espanhol: 2010
CCT-Física	Ampliação da Coordenadoria; Construção de salas para os professores, individuais ou para dois professores. *nota: definir melhor o espaço.		2009 a 2010
Licenciatura em Matemática	Sala exclusiva para planejamento individual, para atender 12 professores; Criação de um laboratório de ensino exclusivo para o curso de matemática e pós-graduação.		A partir de 2010
Protocolo e Arquivo	Ampliação da sala de arquivo; Reforma da sala de protocolo; Separar a Coordenadoria em dois setores distintos e independentes.	Implantação de sistema informatizado de protocolo e arquivo que integre todos os campi; Estantes de arquivos deslizantes; Bancada para computadores;	2010 a 2014
Mestrado em Saneamento e Meio Ambiente	Criação de novos laboratórios para novo curso; Sala para secretaria e coordenação		2010 a 2011

	<p>do curso;</p> <p>Laboratório de informática com internet, exclusivo para os alunos do curso;</p> <p>Laboratório para experimentos relacionados a tratamento de águas, com aproximadamente 90m².</p>		
Eletrotécnica/Engenharia Elétrica	<p>Ambiente climatizado para sala de professores (100m²);</p> <p>Ambiente climatizado para alunos da graduação e pós graduação (50m²);</p> <p>3 Ambientes para pesquisa em Eletrônica e Telecomunicações, Sistemas de Energia Elétrica e Controle de Automação (40m² cada);</p> <p>Ambiente climatizado para as Coordenadorias dos cursos Técnicos, Engenharia Elétrica, Pós-Graduação e espaço de convivência (65m²);</p> <p>Sala de aula climatizada para Pós-Graduação, que comporte 30 alunos;</p> <p>Ambiente climatizado para desenvolvimento de protótipos, projetos de pesquisa, etc;</p> <p>Ambiente climatizado para manutenção de equipamentos e materiais didáticos (15m²).</p>		2009 a 2014
Biblioteca	<p>Criação de espaço físico para Pesquisa do Portal Capes;</p> <p>Criação de módulos individuais para utilização de notebook;</p> <p>Criação de espaço físico para ampliação do acervo;</p> <p>Criação de espaço físico para programações culturais.</p>		2010 a 2012

	*nota: definir melhor o espaço.		
Química e Biologia	Sala com espaço suficiente para realização de oficinas por 20 alunos,; Laboratório de biologia melhor equipado; Laboratório de química melhor equipado.		2010/2
Técnico em Química e Licenciatura em Química	Compras e atualizações de equipamentos		2010
PROEJA	Ampliação e reforma dos laboratórios de informática, biologia, química e física.		2010
Recursos Didáticos	Melhoria dos equipamentos existentes		2009
Educação Física	Pista de borracha; Troca da grama; Drenagem do campo de futebol; Aquecimento da piscina; Cobertura de 50% da área de circulação do tanque de água da piscina; Reforma da sala de material didático e sala de material de limpeza e manutenção da piscina; Reforma dos banheiros masculinos e femininos da piscina e do estádio; Reforma dos refletores da piscina e colocação de mais dois postes com refletores; Construção de uma sala de depósito de materiais para o atletismo; Laboratório de ergonomia.		2009
Metalurgia	Construção de laboratórios e salas de	Vários	2009-2010

	professores na fundição e na garagem; Laboratório de Cerâmica Ampliação do laboratório		
Geomática	2011: uma sala de aula; 2012: duas salas de aula; 2013: três salas de aula; 2014: quatro salas de aula; Aumento da capacidade do laboratório Geo-05; Modificação do layout do laboratório Geo-05.	Computadores	A partir de 2011
Mecânica	Adequação do espaço físico da Coordenadoria; Implantação de laboratório de Automação Eletroeletrônica; Construção de bancada de preparação de amostras;	Instalação de rede de ar comprimido para os laboratórios de Fabricação Mecânica, Soldagem, Ensaios, Pneumática, Manutenção e Lubrificação; Ferramentas e maquinários para usinagem de médio porte; Equipamentos para ensaios mecânicos destrutivos e não destrutivos; Equipamentos para a bancada de preparação de amostras; Padrões para ensaios destrutivos e não destrutivos; Normas técnicas; Certificação para ensaios destrutivos; Equipamentos de desmagnetização; Bancadas para calibração e desempenho de válvulas.	Equipamentos: 2009 a 2014 Reformas: 2010 a 2014
Engenharia Sanitária e Ambiental	Espaço físico para instalação de laboratório, de 50m ² ; Construção dos laboratórios de:	Mesa; Cadeira; Armário;	2009 (espaço físico de 50m ²) e 2009 a 2011 (outros

	Hidráulica: 70m ² Saneamento: 80m ² Controle ambiental: 100m ² .	Computador.	laboratórios)
Segurança do trabalho	Atualização periódica do laboratório de ST, através da aquisição de novos equipamentos de Proteção Individual, de Avaliação de Riscos Ambientais e Medicina e Biosegurança; Ampliação da Coordenadoria;	02 computadores; 02 kits Multimídia; 04 aparelhos de ar condicionado para as salas D1, D2, D3 e D4; 04 aparelhos de ar condicionado para a Coordenadoria; 04 quadro brancos para as salas D1, D2, D3 e D4; 01 frigobar; Ampliação do armário dos professores na coordenadoria; Estante para a Coordenadoria.	

10.3.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	Vitória
---------------	----------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq

Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas		Publicações Não		Outros Materiais Impressos e Multimídia	
	Títulos	Volumes	Correntes: (Títulos)		Correntes: (Títulos)			
			Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros		
Ciências Exatas e da Terra	2549	8707	2	-	13	3	146	
Ciências Biológicas	367	1364	6	-	7	4	171	
Engenharia / Tecnologia	2096	8082	30	10	76	11	482	
Ciências da Saúde	525	1188	3	-	14	-	78	
Ciências Agrárias	79	200	-	-	3	-	13	
Ciências Sociais Aplicadas	1914	3594	27	-	124	2	159	
Ciências Humanas	2784	4512	9	-	26	-	278	
Linguística Letras e Artes	4194	7617	4	-	2	-	175	
Multidisciplinar	69	158	-	-	-	-	-	
Total	14577	35422	81	10	265	20	1502	0

II- Infra-estrutura

Campus	Vitória
---------------	----------------

Infra-estrutura da Biblioteca

Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	2
Biblioteca Central	2

Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	

Espaço físico da Biblioteca	m ²
Área Construída Total (m ²)	1.583
Área Destinada ao Acervo (m ²)	169
Área Destinada aos Usuários (m ²)	381

Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	38
Sala para Estudo em Grupo	344

Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	293

Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	30

Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	53.562
Empréstimo para a Comunidade Externa	-
Total de Empréstimos	#VALOR!

Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	X
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	-
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	X
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	-
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	-
Comutação bibliográfica	X
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	X
Reserva da bibliografia usada nos cursos	X
Horário de funcionamento diário ininterrupto	X
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	X
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	X
Acessibilidade do site na Web	X
Página Web da biblioteca	X
Capacitação de usuários (presencial)	X
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	-
Pesquisa bibliográfica	-
Empréstimo domiciliar	X
Serviço de auto-empréstimo	-
Participação no Portal. Periódicos Capes	X
Biblioteca digital institucional	-

III- Títulos Digitais

Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição

Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra	117	6	40		
Ciências Biológicas	79	10	25		
Engenharia e Tecnologia	125	15	78		
Ciências da Saúde	67	6	6		
Ciências Agrárias	13	-	-		
Ciências Sociais e Aplicadas	86	15	34		
Ciências Humanas	250	19	39		
Linguística	147	20	30		
Multidisciplinar	5	-	-		
Total	889	91	252	0	0

10.4 CAMPUS SANTA TERESA

10.4.1 Objetivos e metas da instituição

O Campus Santa Teresa tem por objetivos:

I - desenvolver educação profissionalizante nos diversos níveis, básico, técnico, tecnológico e Superior, capacitando profissionais para o mundo do trabalho, investindo no fortalecimento da cidadania;

II - colaborar com o desenvolvimento agropecuário, agroindustrial, formação docente e de serviços da região de forma sustentável, através de ações articuladas com o setor produtivo e a sociedade em geral;

III - incentivar e operacionalizar mecanismos de pesquisa e extensão;

IV - desenvolver metodologias próprias, visando a efetiva articulação da educação, produção e pesquisa;

V - oportunizar outras formas de ensino na forma da legislação vigente;

VI - zelar pelas legislações e normas vigentes e pelo cumprimento da proposta pedagógica adotada pelo Campus;

VII - assegurar uma gestão administrativa e uma prática pedagógica de qualidade;

VIII - garantir uma avaliação institucional dinâmica e constante com a participação dos diversos segmentos envolvidos.

A seguir o Quadro de Metas para o período do Plano Estratégico.

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Instituir a gestão democrática sistematizada com a participação efetiva e o compromisso da comunidade na política institucional.	Elaboração anualmente do Plano de Ação com a participação de todos os segmentos da instituição	X	X	X	X	X
	Integração dos departamentos e das Coordenadorias Gerais na elaboração e implantação de projetos de ensino-pesquisa, extensão e produção.	X	X	X	X	X
	Reestruturação do Regimento Interno do CAMPUS de forma participativa.	X				
Criação de uma estrutura de marketing interno e externo para divulgação dos atos de gestão da produção acadêmica e cultural.	Criar um jornal (informativo) de divulgação interna e externa.	X				
	Dinamizar e aperfeiçoar atualização de informações no sítio da instituição	X	X	X	X	X
	Criar mecanismos de comunicação e divulgação <i>on line</i> , interna e externa, promovendo uma melhor integração dos diferentes segmentos da comunidade escolar.	X				
	Banca permanente de divulgação.	X				
	Eventos de integração com a comunidade para a difusão das atividades internas (na Escola) e/ ou participação externa.	X				
	Fomento a projetos de inclusão social.	X				
Aperfeiçoar o processo de informatização da Instituição.	Instituir sistema de comunicação interna e externa visando o fortalecimento do processo de informatização administrativa e acadêmica, possibilitando a eficiência e agilidade das informações e decisões.	X				

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Implantação da Comissão Própria de Avaliação – CPA	Elaboração de proposta de Criação da CPA	X				
Criação de um Núcleo de Extensão – NE	Elaboração do Projeto do Núcleo para desenvolvimento de atividades que promovam a inserção da comunidade na escola e da escola na comunidade	X				
Aquisição de um veículo de transporte de passageiros.	Atender com eficiência e rapidez os serviços solicitados e à vigilância noturna.				X	
Aquisição de um sistema informatizado para o Setor de Almoarifado.	Melhoria da eficácia e agilidade no atendimento dos setores e eficiência das rotinas de trabalho.	X				
Aquisição e instalação de sistema gerador de energia.	Suprir de imediato possíveis faltas de energia elétrica em toda a Instituição.		X			
Aquisição de duas motocicletas.	Atender com eficiência e rapidez o deslocamento de servidores de apoio na realização de suas atividades.	X				
Construção de imóvel, anexo ao prédio administrativo.	Ampliar as instalações destinadas às atividades administrativas com salas de apoio para atividades diversas.		X			
Aquisição de equipamentos de informática.	Dotar a administração de equipamentos capazes de proporcionar mais eficácia aos trabalhos a serem executados.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Dotar a guarita de vigilância com sistema de portão eletrônico e interligado ao sistema informatizado de atendimento aos educandos e de controle de movimentação de pessoal.	Oferecer melhores condições de trabalho ao setor de vigilância e o desempenho com eficácia de suas atividades, bem como melhorar a segurança patrimonial.		X			
Construção ou adaptação de imóvel para funcionamento do Almojarifado.	Propiciar melhores condições de guarda e conservação dos bens.			X		
Aquisição de um veículo para cargas leves, tipo camioneta.	Transportar adequadamente bens e pequenas cargas.			X		
Construção de posto de vigilância no Setor de Zootecnia I.	Melhorar as condições de trabalho e proporcionar mais segurança no ambiente e imediações.			X		
Aquisição de um veículo de transporte de passageiros.	Atender com eficiência e rapidez os serviços solicitados.				X	
Aquisição de um veículo tipo microônibus.	Propiciar melhores condições de atendimento no transporte dos educandos.					X
Aquisição de duas motocicletas.	Atender com eficiência e rapidez o deslocamento de servidores de apoio na realização de suas atividades					X
Construção de módulos para alojamento feminino.	Ofertar condições de moradia feminina nas proximidades das coordenações, aumentando também a estrutura para comportar o número de estudantes.					X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Criação do Centro Tecnológico	Reforma, estruturação e aquisição de móveis e equipamentos para o Centro Tecnológico – Antigo Prédio III.	X	X	X	X	X
Criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE	Elaboração do Projeto do Núcleo para desenvolvimento de atividades que promovam a inclusão de pessoas com necessidades especiais.	X				
Criação do Núcleo de Atendimento ao Servidor e ao Estudante – NASE	Elaboração do Projeto do Núcleo com o objetivo de promover um espaço de discussão, onde os membros da comunidade escolar possam falar sobre o seu cotidiano e sua articulação com as questões da vida profissional e acadêmica.	X				
Criação do Núcleo de Pesquisa	Estruturar o gerenciamento da política de pesquisa científica.	X				
Aperfeiçoamento do Clima Organizacional	Contratação de pessoal especializado e aproveitamento de pessoal do quadro de servidores.	X				
	Desenvolvimento de atividades e eventos, com o objetivo de melhorar o clima organizacional através da valorização e da humanização dos servidores.	X	X			
Expansão do quadro de servidores.	Promover gestões junto aos órgãos superiores competentes, visando obter a recomposição e a adequada estrutura do quadro de pessoal, condizente com as necessidades da Instituição.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Promover a realização de palestras e cursos.	Adotar medidas visando a realização periódica de palestras e/ou cursos ministrados por profissionais habilitados, envolvendo temas correlatos a relacionamento humano, autoconfiança, direitos humanos, relações interpessoais, atendimento ao público e outros afins.	X	X	X	X	X
Implementar processo de inclusão digital e desenvolver habilidades e competências aos servidores da instituição	Capacitar anualmente no mínimo 20% dos servidores nas novas tecnologias e meios de informações que venham atender as demandas de formação pessoal e profissional.	X	X	X	X	X
Instituir o Plano de Capacitação dos Servidores Técnico Administrativos em Educação	Implantar o programa de capacitação contínua para todos os servidores, conforme Artigo 24 da Lei 11.091/05.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO DE PESSOAS						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Instituir o Plano de Capacitação dos Docentes	Implantar o programa de capacitação contínua para todos os docentes.	X	X	X	X	X
Desenvolver política de valorização, humanização e ética dos servidores.	Implantação de um programa de qualidade de vida e melhoria do clima organizacional.	X	X	X	X	X
Instituir o Programa de valorização humana dos servidores aposentados e pensionistas.	Desenvolver projetos de valorização dos servidores aposentados e pensionistas.	X	X	X	X	X
	Homenagear os servidores inativos nos espaços físicos, núcleos e grupos de trabalho com seus nomes.	X	X	X	X	X
Aumentar o quadro de pessoal da instituição	Promover o levantamento das necessidades diante do crescimento da instituição.	X	X	X	X	X
	Solicitar a autorização ao Ministério da Educação	X	X	X	X	X
Implantação efetiva de uma Gerência de Recursos Humanos.	Aprimorar o trabalho de atendimento às necessidades dos servidores.	X	X	X	X	X
	Aquisição de Sistema Informatizado abrangendo todas as informações funcionais do Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas da Instituição.	X	X	X	X	X
	Capacitação dos servidores que atuam diretamente com alunos, inclusive no que diz respeito a relações humanas	X	X	X	X	X
	Realização de palestras sobre relações humanas, para os alunos, no início do ano letivo	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO DE PESSOAS						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Proporcionar atendimento às necessidades gerais dos discentes.	Desenvolver atividades de inclusão através do NAPNE	X	X	X	X	X
	Desenvolver projetos de acompanhamento da vivência do discente na comunidade escolar, através do NASE	X	X	X	X	X
Organizar e estimular a participação discente.	Fortalecer o Grêmio Estudantil e sua atuação nos programas de atividades acadêmicas, culturais e científicas.	X	X	X	X	X
	Estimular a criação de Grupos de Trabalho para desenvolver atividades culturais, artísticas, de acompanhamento ao educando e técnico-científicas, complementando o processo educacional	X	X	X	X	X
	Realização de campanhas educativas	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Instituir Programa de acompanhamento dos egressos.	Criar mecanismos de acompanhamento e apoio aos egressos.	X	X	X	X	X
Desenvolver programa de apoio social ao discente.	Buscar parcerias junto à CNPq, Capes e outras agências de fomento para obtenção de bolsas de apoio estudantil (monitoria, iniciação científica, bolsista sócio-educacional).	X	X	X	X	X
Aprimorar o Atendimento Médico Odontológico.	Reestruturar o Setor de atendimento Médico-Odontológico.	X	X	X	X	X
Ampliar a estrutura de estudos para os alunos.	Criação de grupos de estudos.	X	X	X	X	X
	Ampliação do processo de monitoria.	X	X	X	X	X
Ampliar o acesso do aluno à internet e redes de informação.	Construção de laboratórios de informática.	X	X	X	X	X
Instituir Programas de Esportes, lazer e entretenimento.	Construção do Ginásio Poli esportivo.	X				
	Organizar e sediar eventos esportivos envolvendo outras instituições.	X	X	X	X	X
	Participar de competições a nível municipal e estadual.	X	X	X	X	X
Implementar um sistema de atendimento, consulta e serviços informatizados na Biblioteca Major Bley.	Implantar um sistema informatizado de catalogação, busca e acesso aos acervos bibliográficos	X				
	Implantar o sistema integrado de bibliotecas que permita a comutação bibliográfica.	X				

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Processo seletivo e classificatório;	Observar as peculiaridades dos diversos cursos oferecidos (Ensino Médio, PROEJA, Cursos Noturnos, Ed. Profissional) para a realização de suas vias de acesso.	X	X	X	X	X
Incentivar Programas de apoio pedagógico e financeiro;	Reavaliação do regulamento do PAEC;	X	X	X	X	X
	Criação de novos programas de oferecimento de bolsas (monitoria, iniciação científica, outros).	X	X	X	X	X
	Manter e/ou ampliar o número de bolsas oferecidas;	X	X	X	X	X
Priorizar o atendimento a alunos da zona rural provenientes da rede pública.	Prioridade de atendimento a alunos com identidade rural;	X	X	X	X	X
	Restabelecer vínculos de acesso com estudantes oriundos de escola família e assentamentos;	X	X	X	X	X
Promover a inclusão e garantir as condições para a permanência de pessoas com necessidades especiais.	Promover a capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento à clientela com necessidades especiais.	X	X	X	X	X
	Criação e implantação de um núcleo de atendimento a pessoas com necessidades especiais;	X	X	X	X	X
	Adequação da infra-estrutura institucional visando à acessibilidade;	X	X	X	X	X
	Elaboração de um plano de atendimento aos portadores de necessidades especiais.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Proporcionar estímulo à permanência na Escola.	Criação de programa de nivelamento das disciplinas básicas;	X	X	X	X	X
	Criação de parcerias junto às prefeituras e outros órgãos (transporte, eventos, cursos);	X	X	X	X	X
	Ampliação do acompanhamento ao aluno envolvendo a orientação educacional e atendimento psicológico;	X	X	X	X	X
	Articulação entre os profissionais do CGAE com as metas da coordenação geral de Ensino, no sentido de voltar a organização disciplinar para as questões pedagógicas;	X	X	X	X	X
	Criação de calendário de atividades educativas, esportivas, religiosas e culturais;	X	X	X	X	X
	Criação de um núcleo de acolhimento aos alunos ingressantes com a identificação das habilidades para valorização de suas potencialidades;	X	X	X	X	X
	Promoção de integração entre a escola e a família;	X	X	X	X	X
	Disponibilização de consulta da vida escolar para discentes com atualização constante dessas informações.	X	X	X	X	X
Estimular o protagonismo juvenil.	Revitalização dos conselhos (classe, disciplinar, docente);	X	X	X	X	X
	Verificar a possibilidade de revitalização da cooperativa escolar como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem;	X				
	Criação do centro de vivência (oficinas de artesanatos, dança, teatro e artes em geral);	X				
	Apoio às atividades de grupos religiosos;	X	X	X	X	X
	Apoio, conservação e revitalização da identidade do grêmio estudantil.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Otimizar as atividades do CIEC;	Criação de banco de dados com cadastramento textual e eletrônico;	X				
Estruturação da coordenadoria de integração escola-comunidade;	Sala com ampla divisão para reuniões com empresários, alunos, e membros da comunidade com computador, impressora, linha telefônica exclusiva e aparelho de fax;	X				
	Contratação de um servidor para desenvolver a função de Chefe de Estágio;		X			
	Solucionar os problemas do estágio supervisionado dos egressos e melhorar o funcionamento do estágio dos alunos matriculados;	X				
	Facilitar o acesso do aluno e promover o melhor contato com o egresso e empresas;	X	X	X	X	X
	Ampliar o leque de parcerias.	X	X	X	X	X
	Criar um link vinculado ao site da Escola contendo banco de dados referentes ao Estagiário, atendimento e acompanhamento de Egresso e empresas;	X	X	X	X	X
	Desenvolver campanhas junto às empresas e instituições para ampliar o número de parcerias.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA GESTÃO POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Melhor atendimento ao educando	Reforma da sala de Serviço Médico Odontológico, conforme normas da vigilância sanitária, para salas de procedimento.	X				
	Criar programa informatizado para área (setor SAMO)	X	X	X	X	X
	Informatização em saúde – criar base e instrumentos rápidos de análise de produção e perfil epidemiológico	X	X	X	X	X
	Aquisição de materiais como:: Fotopolimerizador, Ultra-som com jato de bicarbonato, Câmara escura para revelação de RX ,Mesa auxiliar para kit de pontos.	X				
	Reestruturação do Setor de Lavanderia com: Alambrado em volta da lavanderia, Prateleiras fixas, Construção de um barracão para secar roupas e um tanque novo, Melhoramento das máquinas, Tratamento de água e esgoto, Armário novo para guardar toalhas da Escola.	X	X			
	Promover palestras educativas e fortalecer a participação da família no processo de desenvolvimento do aluno.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

OBJETIVOS E METAS NA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Realizar a revisão periódica dos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos.	Avaliar os cursos em funcionamento e os que vierem a ser implantados.	X	X	X	X	X
	Rever currículos, ementas, competências, habilidades e conteúdos programáticos.	X	X	X	X	X
Implantar o sistema de informatização para melhoria do atendimento às necessidades de ensino da Instituição.	Implantar um sistema informatizado e <i>on line</i> de gerenciamento de notas, controle de frequência, orientações acadêmicas, disponibilização de material didático, etc.		X			

Ampliar políticas de apoio estudantil, visando a redução da evasão escolar e maior permanência nos cursos.	Elaborar estudo sobre as causas da evasão, adotando estratégias que culminem na redução significativa da evasão e reprovação de alunos.	X	X	X	X	X
Instituir o Planejamento Integrado.	Promover um planejamento sistematizado por áreas, visando a estruturação dos conhecimentos a serem adquiridos pelos educandos.	X	X	X	X	X
Incentivar o desenvolvimento de atividades, projetos, pesquisas e outros, através da Dedicção Exclusiva dos docentes.	Aproveitar o potencial e a disponibilidade dos docentes na realização das atividades, projetos, pesquisas e outros dentro do Projeto Educacional da Instituição.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Implantar Cursos Superiores de Tecnologia, visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica.	Elaborar projetos dos cursos a serem oferecidos.	X	X	X	X	X
Estudar a proposta de oferecimento de Educação à Distância.	Viabilizar a oferta de cursos na modalidade de Educação à distância.	X	X	X	X	X
Sistematizar estatisticamente o desempenho de alunos da Instituição;	Acompanhamento de resultados de vestibulares, concursos, programas de avaliação seriada, bolsas, ENEM;	X	X	X	X	X
	Divulgação e assistência em programas de avaliação seriada;	X	X	X	X	X
Avaliar permanentemente as causa da evasão escolar.	Redução dos índices de evasão.	X	X	X	X	X
Desenvolver um sistema de gerenciamento informatizado (didático-pedagógico);	Informatização dos registros e diários de docentes;	X				
	Criação e implantação de diário de classe on-line;	X				
	Cadastramento para acesso on-line de todos os envolvidos no processo pedagógico.	X				

OBJETIVOS E METAS NA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Acompanhar a aplicabilidade dos Planos de Ensino (Ensino médio e profissional)	Reavaliação e reestruturação de currículo após diagnóstico efetuado no início do período letivo envolvendo todas as áreas de conhecimento do Ensino médio e Profissional.	X	X	X	X	X
	Elaboração de planejamento integrado entre os níveis de ensino.	X	X	X	X	X
	Avaliação contínua da organização dos componentes curriculares (Educação profissional)	X	X	X	X	X
	Elaboração de novas propostas quando houver necessidade;	X	X	X	X	X
Estudo e reestruturação do Regimento Interno;	Adequar o Regimento Interno à realidade (sistema de avaliação, visita técnica e outros).	X				
Ampliar e diversificar a oferta de cursos e vagas desta IFE.	Sistematização de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores;	X	X	X	X	X
	Criação de comissão para discussão e elaboração de projetos para a oferta de novos cursos.	X				
Estimular a participação da comunidade escolar em atividades diversas junto à sociedade.	Ampliação de programa visando maior integração da comunidade discente junto à comunidade local.	X	X	X	X	X

OBJETIVOS E METAS NA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA						
Objetivo	Metas	Cronograma				
		2009	2010	2011	2012	2013
Instituir comissões permanentes.	Criação das comissões: <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação da escola (exame de seleção); • ENEM; • Avaliações seriadas; • Avaliação institucional. 	X				
Oferecer Cursos Superiores de Graduação, Tecnólogos e De Formação de Professores.	Criação de Cursos Superiores.	X	X	X	X	X

10.4.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes (Títulos)		Publicações Não Correntes (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia	
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros		
Ciências Exatas e da Terra	187	317	0	0	0	0	0	0
Ciências Biológicas	236	361	0	0	0	0	0	0
Engenharia / Tecnologia	72	103	0	0	0	0	0	0
Ciências da Saúde	80	99	0	0	0	0	0	0
Ciências Agrárias	543	815	0	0	0	0	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	115	157	0	0	0	0	0	0
Ciências Humanas	329	517	0	0	0	0	0	0
Linguística Letras e Artes	1163	1501	0	0	0	0	0	0
Multidisciplinar	233	519	1	0	269	0	0	0
Total	2958	4389	1	0	269	0	0	0

II- Infra-estrutura

Campus	Santa Teresa
Infra-estrutura da Biblioteca	
Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	Opções
Biblioteca Central	1
Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	
Espaço físico da Biblioteca	
	m²
Área Construída Total (m²)	511
Área Destinada ao Acervo (m²)	220
Área Destinada aos Usuários (m²)	91
Número de Salas de Leitura e Estudo	
	Quantidade
Sala para Estudo Individual	1
Sala para Estudo em Grupo	7
Número Total de Assentos para Usuários	
	Quantidade
Número Total de Assentos	48
Número Total de Computadores	
	Quantidade
Número Total de Computadores	2
Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	
	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	799
Empréstimo para a Comunidade Externa	13
Total de Empréstimos	812

Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	
Comutação bibliográfica	
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	
Reserva da bibliografia usada nos cursos	
Horário de funcionamento diário ininterrupto	x
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	x
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	
Acessibilidade do site na Web	
Página Web da biblioteca	
Capacitação de usuários (presencial)	
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	
Pesquisa bibliográfica	x
Empréstimo domiciliar	x
Serviço de auto-empréstimo	
Participação no Portal. Periódicos Capes	
Biblioteca digital institucional	

III- Títulos Digitais

Campus		Santa Teresa			
Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição					
Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra					
Ciências Biológicas					
Engenharia e Tecnologia					
Ciências da Saúde					
Ciências Agrárias					
Ciências Sociais e Aplicadas					
Ciências Humanas					
Linguística					
Multidisciplinar					
Total	0	0	0	0	0

10.5 CAMPUS DE ALEGRE
10.5.1 Objetivos e metas da Instituição
**EIXO TEMÁTICO GESTÃO INSTITUCIONAL – ÁREA ESTRATÉGICA
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Gestão Institucional - Cronograma								
Eixo Temático	Área Estratégica	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
1. Gestão Institucional	1.1 Organização Administrativa	1.1.1 Consolidar a gestão participativa, incentivando o compromisso da comunidade acadêmica na definição e promoção de políticas institucionais.	1.1.1.1 Execução do Plano Plurianual	x	x	x	x	x
			1.1.1.2 Implantação da nova estrutura administrativa do Campus de Alegre, segundo as determinações legais vigentes.	x	x			
			1.1.1.3 Construir o Organograma do Campus de Alegre		x			
			1.1.1.4 Integração das unidades acadêmicas e administrativas na elaboração e implantação de projetos de ensino, pesquisa, extensão e produção.	x	x	x	x	x
			1.1.1.5 Dar continuidade aos processos democráticos de escolha de representantes institucionais nas diversas esferas administrativas.	x	x	x	x	x
		1.1.2 Aperfeiçoar processos administrativos visando a eficiência e eficácia administrativa	1.1.2.1 Elaboração e implantação de manual de rotinas de trabalho e fluxo de atividades.		x			
			1.1.2.2 Formatação padronizada dos documentos institucionais segundo as novas regulamentações do Instituto Federal do Espírito Santo	x	x	x	x	x

	1.1.3 Redimensionar e ampliar a comunicação e marketing, promovendo o inter-relacionamento entre a Instituição e a Sociedade, numa concepção dinâmica e contemporânea.	1.1.3.1 Dinamização e constante atualização de informações no sítio da Instituição.	x	x	x	x	x
		1.1.3.2 Criação de um Jornal de divulgação interna e externa.		x			
		1.1.3.3 Elaboração e implantação do Plano de Marketing do Campus de Alegre	x	x	x		
		1.1.3.4 Implantação de uma rádio comunitária		x	x		
	1.1.4 Promover a consolidação do Núcleo de Atendimento a Portadores de Necessidades Educacionais Especiais	1.1.4.1 Construção de sala de atendimento para o NAPNE, com acesso à internet, ramal telefônico, e um servidor para atuar como secretário do núcleo		X	X		
		1.1.4.2 Vincular o NAPNE à Direção-Geral da Instituição, de forma direta.		x			
		1.1.4.3 Estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e entidades não-governamentais que atuem no atendimento a pessoas com necessidades especiais	X	X	X	X	X
		1.1.4.4 Criação do regulamento de funcionamento do NAPNE.	X				
	1.1.5 Identificar o público-alvo potencial para as ações de educação inclusiva na região de entorno do IF-Campus de Alegre	1.1.5.1 Realização de pesquisa	X	X			
		1.1.5.2 Elaboração e implantação de programa de capacitação em Educação Inclusiva para todos servidores	X	X	X		
	1.1.6 Avançar na superação de barreiras atitudinais na inclusão de pessoas com necessidades especiais no IF-Campus de Alegre	1.1.6.1 Elaboração e implantação de programa de capacitação em Educação Inclusiva para todos os servidores..			X	X	

1. Gestão Institucional	1.1 Organização Administrativa	1.1.7 Avançar na superação de barreiras arquitetônicas na inclusão de pessoas com necessidades especiais no IF-Campus de Alegre	1.1.7.1 Instituição de comissão para proceder à verificação técnica e elaboração de diagnóstico das condições de acessibilidade física no IF-Campus de Alegre, a partir de check-list referenciado pelos padrões de acessibilidade fixados na NBR 9050 (versão 2004) da ABNT	X				
			1.1.7.2 Construção de cronograma e execução de adequações arquitetônicas no IF-Campus de Alegre, consoantes com a legislação vigente e com o diagnóstico realizado.	X	X	X	X	X
		1.1.8 Avançar na superação de barreiras de comunicação e informação na inclusão de pessoas com necessidades especiais no IF-Campus de Alegre	1.1.8.1 Verificação técnica da página eletrônica do IF-Campus de Alegre em relação à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência visual	X	x			
			1.1.8.2 Realização das adaptações necessárias na página eletrônica do IF-Campus de Alegre, de acordo com as exigências legais vigentes e com os princípios e referências internacionais de acessibilidade	X	X	x		

EIXO TEMÁTICO GESTÃO INSTITUCIONAL – ÁREA ESTRATÉGICA GESTÃO DE PESSOAS

Gestão Institucional - Cronograma								
Eixo Temático	Área Estratégica	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
1. Gestão Institucional	1.2 Organização e Gestão de Pessoas	1.2.1 Dimensionar as necessidades de Pessoal da Instituição, estabelecendo sua estrutura e competências, bem como a matriz de alocação de cargos e os critérios de distribuição de vagas, considerando a situação real em relação à ideal.	1.2.1.1 Levantamento das condições de trabalho, da composição etária, da saúde ocupacional, dos vínculos empregatícios e tecnologias;	x	x	x	x	x
			1.2.1.2 Racionalização dos processos de trabalhos adaptados às tecnologias cabíveis;	x	x	x	x	x
			1.2.1.3 Aplicação da matriz de alocação de cargos e demais critérios para estabelecer a real necessidade de servidores que atendam à instituição, observando a expansão de cursos e serviços.	x		x		

Gestão Institucional - Cronograma								
Eixo Temático	Área Estratégica	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
1. Gestão Institucional	1.2 Organização e Gestão de Pessoas	1.2.2 Intensificar o desenvolvimento de Programa continuado de Capacitação e Aperfeiçoamento que atenda às necessidades institucionais e proporcione ao servidor condições necessárias ao cumprimento de seu papel profissional, aos requisitos para seu pleno desenvolvimento na carreira de Técnico-Administrativo em Educação Docente, bem como ao seu crescimento enquanto cidadão.	1.2.2 Aquisição de conhecimentos por parte do servidor, que permitam o desenvolvimento de pensamento crítico acerca do papel da Instituição, do seu papel enquanto profissional e de sua cidadania.	x	x	x	x	x

		1.2.2.2 Capacitação do servidor para o exercício de suas atividades de forma articulada com a função social da Instituição, e para o desenvolvimento de ações de gestão pública voltadas para a qualidade socialmente referenciada, instrumentalizando-o para superar a alienação no trabalho.	x	x	x	x	x
		1.2.2.3 Incentivar a realização de programas de capacitação em serviço, a nível de mestrado e doutorado, para docentes e técnico-administrativos como o MINTER e DINTER.	x	x	x	x	x
		1.2.2.4 Elaborar anualmente um calendário de cursos de formação continuada destinado a servidores da Instituição.	x	x	x	x	x
	1.2.3 Dar prosseguimento às ações de Avaliação de Desempenho dos servidores técnico-administrativos em educação, promovendo o desenvolvimento institucional, a política de gestão de pessoas e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade	1.2.3.1 Estímulo ao trabalho coletivo, visando ampliação do nível de participação dos servidores no planejamento institucional.	x	x	x	x	x
		1.2.3.2 Levantamento de informações que permitam um planejamento estratégico, visando o desenvolvimento pessoal e institucional.	x	x	x	x	x
		1.2.3.3 Identificação dos aspectos facilitadores e dos que dificultam o desempenho funcional, buscando o aprimoramento e/ou superação dos mesmos.	x	x	x	x	x
		1.2.3.4 Mensuração do mérito para progressão.	x	x	x	x	x

	1.2.4 Orientar e aconselhar o servidor sobre a ética profissional, no trato com as pessoas e com o patrimônio público.	1.2.4.1 Renovação da composição da Comissão de ética.		x			
		1.2.4.2 Criação do Regulamento da Comissão de Ética		x			
		1.2.4.3 Destinação de espaço físico adequado para o funcionamento dos encontros da comissão de ética		x			
		1.2.4.4 Realização de Palestras sobre o tema Ética profissional nos eventos promovidos pela Instituição.	x	x	x	x	x
	1.2.5 Implantar Canal de Comunicação On-line dos servidores do Campus.	1.2.5.1 Disponibilização , para consultas, da legislação e das ações voltadas à administração e desenvolvimento de pessoas.	x	x	x	x	x
		1.2.5.2 Disponibilização para acesso dos servidores dos principais formulários de requerimento, declarações e cadastro.	x	x	x	x	x
		1.2.5.3 Disponibilização de um canal de comunicação funcional, onde os servidores poderão sanar suas dúvidas através de perguntas e respostas, que estarão disponíveis para consulta de toda a comunidade.	x	x	x	x	x
	1.2.6 Aperfeiçoar e informatizar o Sistema de Registro Funcional e Cadastral da Seção de Cadastro, Lotação e pagamento.	1.2.6.1 Organização do histórico funcional dos servidores em meio eletrônico. Agilizando o acesso às informações.	x	x	x	x	x
		1.2.6.2 Recadastramento dos servidores ativos e inativos, bem com os beneficiários de pensão.	x	x	x	x	x

EIXO TEMÁTICO GESTÃO INSTITUCIONAL – ÁREA ESTRATÉGICA POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Gestão Institucional - Cronograma									
Eixo Temático	Área Estratégica	Objetivos	Metas	Período					
				2009	2010	2011	2012	2013	
1. Gestão Institucional	1.3 Políticas de Atendimento aos Discentes	1.3.1 Fortalecer e apoiar a participação discente em eventos técnicos, sociais, científicos, artísticos e culturais,	1.3.1.1 Criação de núcleo para coordenar e estruturar as atividades artístico-culturais, como parte do processo pedagógico educativo e da cidadania.	x					
			1.3.1.2 Promoção de eventos de caráter técnico-científico	x	x	x	x	x	
			1.3.1.3 Institucionalização das Semanas da Saúde, do Meio ambiente e de Ciência e Tecnologia.	x					
			1.3.1.4 Criação de uma Banda Marcial e de um Coral	x	x				
			1.3.1.5 Concluir a sistemática de procedimentos para participação dos alunos em visitas técnicas, congressos e similares	x					
			1.3.1.6 Destinação de parcela orçamentária para programação de bolsas de incentivo aos trabalhos de monitoria e iniciação científica.		x	x	x	x	
		1.3.2 Fortalecer e apoiar a participação discente em organizações para promoção do seu desenvolvimento humano, profissional e o espírito associativista.	1.3.2.1 Implementação da empresa junior		x				
			1.3.2.2 Fortalecimento das atividades da Cooperativa-Escola	x	x	x	x	x	
			1.3.2.3 Fortalecimento das organizações estudantis existentes.	x	x	x	x	x	
		1.3.3 Propiciar e favorecer a inserção e a permanência de discentes com necessidades especiais de forma a garantir às mesmas o direito à Educação.	1.3.3.1 Apoiar as ações planejadas e desenvolvidas pelo NSPNE.	x	x	x	x	x	

	1.3.3.2 Adequação da infra-estrutura institucional visando a acessibilidade.	x	x	x	x	x
1.3.4 Desenvolver sistemática de atendimento ao aluno e seus familiares de forma presencial e a distância.	1.3.4.1 Disponibilização aos discentes de consultas via internet, relacionadas à sua vida acadêmica.	x	x	x	x	x
	1.3.4.2 Reavaliação constante e divulgação de rotinas de atendimento aos alunos	x	x	x	x	x
	1.3.4.3 Atualização constante da informações de interesse dos discentes no sítio do Campus de Alegre.	x	x	x	x	x
1.3.5 Expandir e melhorar a implantação dos programas de apoio social aos discentes.	1.3.5.1 Manutenção da gratuidade das refeições servidas aos alunos	x	x	x	x	x
	1.3.5.2 Realização de Campanhas educativas	x	x	x	x	x
	1.3.5.3 Atendimento médico e psicológico continuado aos alunos.	x	x	x	x	x
	1.3.5.4 Estudo e implementação de programa de isenção de taxas nos processos seletivos.	x	x	x	x	x
	1.3.5.5 Estudo e implementação de reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas e/ou zona rural.	x	x	x	x	x
1.3.6 Otimizar o atendimento da Coordenação de Integração Escola-Comunidade.	1.3.6.1 Ampliação do número de vagas para estágio.	x	x	x	x	x
	1.3.6.2 Busca e ampliação constante de parcerias/convênios com entidades públicas e privadas, visando a realização de estágio e cooperações técnicas.	x	x	x	x	x
	1.3.6.3 Participação efetiva da CIEC na comissão de formatura.	x	x	x	x	x

		1.3.6.4 Realização de cronograma semestral de visitas às empresas conveniadas.	x	x	x	x	x
	1.3.7 Avaliar os serviços prestados aos discentes	1.3.7.1 Avaliação setorial realizada em conjunto com a CPA – Comissão Própria de Avaliação	x	x	x	x	x
	1.3.8 Aprimorar o serviço de acompanhamento ao egresso.	1.3.8.1 Criação de instrumento de cadastramento via página eletrônica do Campus		x			
		1.3.8.2 Otimização de realização do Encontro de Ex-alunos, no que se refere à coleta de informações e socialização.		x			
		1.3.8.3 Viabilizar a participação da CIEC em eventos externos voltados à atividade profissional dos cursos oferecidos pelo Campus, buscando uma interação com os egressos que atuam nas áreas correlatas aos cursos	x	x	x	x	x
		1.3.8.4 Elaboração anual de relatório que expresse o direcionamento de egressos dos cursos oferecidos pelo Campus para o Ensino Superior e Mercado de Trabalho)		x	x	x	x

EIXO TEMÁTICO ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – ÁREA ESTRATÉGICA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Gestão Institucional - Cronograma								
Eixo Temático	Área Estratégica	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
2. Organização Acadêmica	2.1 Organização Didático-Pedagógica	2.1.1 Implementar o Projeto Pedagógico Institucional, seguindo as Diretrizes estabelecidas no PPI do Ifes	2.1.1.1 Reavaliação do PPP da Instituição	x				
			2.1.1.2 Construção do PPI do Campus de Alegre	x	x			
		2.1.2 Avaliar permanente as causas de evasão escolar nos cursos oferecidos pelo Campus	2.1.2.1 Redução contínua da evasão escolar.	x	x	x	x	x
			2.1.3 Estabelecer mecanismos de acompanhamento estatístico sistemático da educação na Instituição	2.1.3.1 Acompanhamento de resultados alcançados pelos alunos na participação em vestibulares, exames e concursos.	x	x	x	x
		2.1.3.2 Acompanhamento de resultados alcançados pelos alunos no ingresso ao mercado de trabalho.		x	x	x	x	x
		2.1.4 Manter estudos constantes sobre os impactos dos métodos e técnicas de avaliação adotados pelo Campus	2.1.4.1 Realização de estudos pedagógicos focados no tema da Avaliação da aprendizagem.	x	x	x	x	x
			2.1.4.2 Avaliação dos impactos do sistema de avaliação adotado pelo Campus.	x	x	x	x	x
		2.1.5 Realizar pesquisas institucionais junto à comunidade em geral.	2.1.5.1 Divulgação dos dados institucionais trabalhados pela Unidade de Informações Gerenciais.	x	x	x	x	x
			2.1.5.2 Atualização permanente das informações referentes aos sistemas de avaliação de ensino (SIG, SINAES, EDUCACENSO, SiedSup, etc)	x	x	x	x	x

2.1.6 Ampliar o número de docentes da Instituição	2.1.6.1 Estabelecimento de parcerias com outras instituições e outros campi do Ifes.	x	x	x	x	x
	2.1.6.2 Busca junto ao Mec, de ampliação do quadro efetivo de docentes mediante realização de concurso público.	x	x	x	x	x
	2.1.6.3 Contratação de professor substituto	x	x	x	x	x
2.1.7 Aprimorar a qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição levando-se em consideração todos os aspectos curriculares e operacionais.	2.1.7.1 Avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e, bem como os impactos ocorridos desde o início de sua oferta(2009)			x	x	x
	2.1.7.2 Avaliação do projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em aquicultura e promover as alterações necessárias.	x				
	2.1.7.3 Conclusão da organização e planejamento dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em Biologia e Tecnólogo em Cafeicultura.	x				
	2.1.7.4 Estruturação dos projetos dos novos cursos a serem oferecidos pela Instituição.		x	x	x	x
2.1.8 Avaliar normas e regulamentos internos	2.1.8.1 Construção da Regulamentação de Estágio segundo a Lei 11788.	x				
	2.1.8.2 Construção da Regulamentação de coordenações de cursos/áreas	x				
	2.1.8.3 Construção da Regulamentação do Colegiado	x	x			

	2.1.8.4 Construção da Regulamentação da distribuição da carga horária docente	x				
	2.1.8.5 Construção da Regulamentação do cerimonial de colação de grau dos cursos oferecidos pela Instituição.	x				
	2.1.8.6 Avaliação constante e permanente de todos os instrumentos legais internos.	x	x	x	x	x
2.1.9 Ampliar e diversificar a oferta de cursos superiores na Instituição.	2.1.9.1 Implantação do curso superior de tecnologia em Cafeicultura		x			
	2.1.9.2 Implantação do curso superior de tecnologia em Informática			x		
	2.1.9.3 Implantação do curso de Licenciatura em Biologia	x				
	2.1.9.4 Implantação do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (na modalidade de complementação pedagógica)			x		
	2.1.9.5 Implantação do curso de Licenciatura em Educação Física				x	
	2.1.9.6 Implantação do curso de Engenharia de Aquicultura				x	
	2.1.9.7 Implantação de cursos de pós-graduação lato sensu		x	x	x	x
	2.1.9.8 Implantação de cursos de pós-graduação strictu sensu					x
	2.1.9.9 Concluir as pendências necessárias ao reconhecimento do curso superior de tecnologia em aquicultura	x				

2.1.10 Ampliar e diversificar a oferta de cursos técnicos na Instituição	2.1.10.1 Implantação do curso técnico em Agronegócio				x	
	2.1.10.2 Realização de pesquisas de demanda para a realização de avaliação da oferta de novos cursos técnicos			x	x	x
	2.1.10.3 Implantação do curso técnico em agroindústria na modalidade jovens e adultos - PROEJA	x				
	2.1.10.4. Desenvolvimento dos programas de PROEJA no período noturno	x	x	x	x	x
	2.1.10.5 Estabelecimento de parceria/convênio com a SEDU para a oferta de curso de PROEJA na forma interinstitucional.	x	x	x	x	x
2.1.11 Ampliar e diversificar a oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores - FIC	2.1.11.1 Desenvolvimento sistematizado de programas diversificados de cursos de FIC	x	x	x	x	x
2.1.12 Ampliar as instalações físicas necessárias ao desenvolvimento dos novos cursos	2.1.12.1 Construção dos laboratórios relacionados nos projetos dos cursos.	x	x	x	x	x
	2.1.12.2 Construção de um pavilhão de aulas localizado na área de campo.		x			
	2.1.12.3 Melhoria das condições do refeitório, considerando o aumento do número de alunos.			x	x	x
	2.1.12.4 Climatização de todas as salas de aula e laboratórios	x	x	x	x	x
	2.1.12.5 Melhoria das condições dos laboratórios de informática.	x	x	x	x	x
	2.1.12.6 Melhoria das condições da Biblioteca, considerando o aumento do número de alunos		x	x	x	x

	2.1.12.7 Aquisição de acervo bibliográfico específico a cada curso a ser implantado e aos que se encontram em desenvolvimento	x	x	x	x	x
2.1.13 Instituir oficialmente o setor responsável pela organização e desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e elaboração de projetos	2.1.13.1 Destinação de espaço e físico adequado e pessoal necessário.	x	x			
	2.1.13.2 Construção da sistemática de desenvolvimento de pesquisa na Instituição	x				
	2.1.13.3 Criação de grupos de pesquisa	x	x	x	x	x
	2.1.13.4 Identificação de fontes de captação de recursos	x	x	x	x	x
	2.1.13.5 Elaboração de projetos na forma de parcerias/convênios	x	x	x	x	x
	2.1.13.6 Implementação de rotina de desenvolvimento científico juntos aos discentes.	x				
	2.1.13.7 Treinamento de pessoal específico para o trabalho nos laboratórios.	x	x	x	x	x
	2.1.13.8 Realização de eventos de caráter científico visando a difusão dos trabalhos realizados e o desenvolvimento regional	x	x	x	x	x
2.1.14 Instituir oficialmente o setor responsável pela organização e desenvolvimento de trabalhos de extensão	2.1.14.1 Destinação de espaço e físico adequado e pessoal necessário.	x	x			
	2.1.14.2 Construção da sistemática de desenvolvimento de pesquisa na Instituição	x	x			
	2.1.14.3 Elaboração de projetos na forma de parcerias/convênios	x	x	x	x	x

	2.1.14.4 Realização de eventos visando a difusão de novas tecnologias e a integração e desenvolvimento regionais	x	x	x	x	x
	2.1.14.5 Busca de uma maior atuação nos municípios do entorno da Instituição, mediante à oferta de programas in loco.	x	x	x	x	x
2.1.15 Avaliar, adequar e redimensionar os projetos de produção existentes, em consonância com a sustentabilidade	2.1.15.1 Ampliação do uso de tecnologia das Unidades de Produção.	x	x	x	x	x
	2.1.15.2 Sistematização de indicadores e procedimentos de avaliação dos projetos a serem implantados e dos já existentes.	x	x			
	2.1.15.3 Conclusão da implantação da unidade de cafeicultura	x				
	2.1.15.4 Adequação de programa de articulação entre o Setor de Almoxarifado e a coordenação-geral de produção e pesquisa	x	x			
	2.1.15.5 Implantação da unidade de ricultura na Aquicultura	x				
	2.1.15.6 Avaliação constante dos projetos implementados visando sua continuidade ou redirecionamento.	x	x	x	x	x
2.1.16 Avançar na superação de barreiras atitudinais na inclusão de pessoas com necessidades especiais no Campus de Alegre	2.1.16.1 Inclusão de conteúdos relacionados à convivência na diversidade nos currículos dos cursos técnicos e superiores,		x			

		Elaboração e implantação de um programa de formação inicial e continuada em Educação Inclusiva, na modalidade semi-presencial, oferecido à comunidade externa.		x	x		
	2.1.17 Avançar na superação de barreiras pedagógicas na inclusão de pessoas com necessidades especiais no Campus de Alegre	2.1.17.1 Elaboração e implantação de programa de capacitação em Educação Especial para todos os docentes, na perspectiva da Educação Inclusiva.			x	x	
	2.1.18 Dar continuidade às ações de inserção e incentivo à permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais, de forma a garantir às mesmas o direito à educação.	2.1.18.1 Provimento de acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais nos processos seletivos e vestibulares para os cursos ofertados no Campus de Alegre.	x	x	x	x	x
2.1.18.2 Otimização do acompanhamento psicopedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais.		x	x	x	x	x	
2.1.18.3 Otimização do apoio técnico aos docentes que atuam com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.		x	x	x	x	x	
	2.1.19 Possibilitar um acesso mais adequado aos cursos oferecidos pelo Campus de Alegre.	2.1.19.1 Reavaliação do processo seletivo adotado no Campus, considerando à realização do curso e as novas tendências no cenário educacional.	x	x	x	x	x

**EIXO TEMÁTICO ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS – ÁREA ESTRATÉGICA
 GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

Gestão Institucional - Cronograma								
Eixo Temático	Área Estratégica	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
3. Aspectos Financeiros e orçamentários	3.1 Gestão Econômica e Financeira	3.1.1. Aplicar os recursos financeiros e orçamentários da Instituição, de forma a oferecer serviços com maior qualidade e compromisso com a Comunidade-Escolar	3.1.1.1 Execução do orçamento de forma descentralizada, mediante projetos e demandas previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Plurianual.	x	x	x	x	x
			3.1.1.2 Destinação de percentual orçamentário para o incentivo à pesquisa, através de bolsas de monitoria e de iniciação científica.	x	x	x	x	x
			3.1.1.3 Destinação de percentual orçamentário para os trabalhos da comissão permanente de exame de seleção.	x	x	x	x	x
			3.1.1.4 Destinação de percentual orçamentário para a contratação de serviços de “Gurda Armada”	x	x	x	x	x
		3.1.2 Democratizar o acesso às informações referentes ao orçamento da Instituição	3.1.2.1 Divulgar sistematicamente a movimentação orçamentária e os investimentos em obras, equipamentos, pessoal, etc.	x	x	x	x	x
		3.1.3 Aumentar o orçamento da Instituição.	3.1.3.1 Elaboração de projetos para a captação de recursos que viabilizem a execução do plano de expansão da infra-estrutura, aquisição de equipamentos e suplementação do orçamento de custeio.	x	x	x	x	x

		Estabelecimento de planos de captação de recursos por meios alternativos, tais como, doações, parcerias, convênios e outros, de forma a viabilizar projetos e ações que favoreçam o desenvolvimento institucional.	X	X	X	X	X
	3.1.4 Manter e incrementar projetos produtivos visando o acréscimo da receita própria	3.1.4.1 Manutenção dos projetos produtivos que promovam um crescimento da arrecadação.	X	X	X	X	X

10.5.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	ALEGRE
---------------	---------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq								
Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes: (Títulos)		Publicações Não Correntes: (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia	
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros		
Ciências Exatas e da Terra	543	999	1	0	5	0	0	0
Ciências Biológicas	264	616	1	0	2	0	0	0
Engenharia / Tecnologia	89	201	7	0	1	0	0	0
Ciências da Saúde	124	183	1	0	0	0	0	0
Ciências Agrárias	1285	2377	25	1	13	0	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	331	473	1	0	2	0	0	0
Ciências Humanas	994	1256	6	0	5	0	0	0
Linguística Letras e Artes	935	1138	0	0	0	0	0	0
Multidisciplinar	35	73	11	0	4	0	0	0
Total	4600	7316	53	1	32	0	0	0

II- Infra-estrutura

Campus	ALEGRE
Infra-estrutura da Biblioteca	
Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	
Biblioteca Central	X
Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	1
Espaço físico da Biblioteca	m²
Área Construída Total (m²)	512
Área Destinada ao Acervo (m²)	220,2
Área Destinada aos Usuários (m²)	124,71
Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	2
Sala para Estudo em Grupo	3
Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	67
Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	6
Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	3.500
Empréstimo para a Comunidade Externa	0
Total de Empréstimos	3.500
Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	X
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	
Comutação bibliográfica	
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	X
Reserva da bibliografia usada nos cursos	X
Horário de funcionamento diário ininterrupto	X
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	X
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	
Acessibilidade do site na Web	X
Página Web da biblioteca	X
Capacitação de usuários (presencial)	
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	
Pesquisa bibliográfica	X
Empréstimo domiciliar	X
Serviço de auto-empréstimo	

Participação no Portal. Periódicos Capes	
Biblioteca digital institucional	

III- Títulos Digitais

Campus		ALEGRE			
Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição					
Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra	6	7	3	2	0
Ciências Biológicas	6	8	7	0	0
Engenharia e Tecnologia	5	15	1	0	0
Ciências da Saúde	7	9	0	0	0
Ciências Agrárias	24	8	5	7	0
Ciências Sociais e Aplicadas	5	2	2	0	0
Ciências Humanas	14	50	1	0	0
Linguística	1	20	2	1	0
Multidisciplinar	0	0	2	0	0
Total	68	119	23	10	0

10.6 CAMPUS ITAPINA

10.6.1 Objetivos e metas da instituição

EXPANSÃO COM DEMOCRATIZAÇÃO DA OFERTA

O processo de democratização do acesso à educação média, técnica e tecnológica de inclusão social deve ser privilegiado nos Institutos Federais bem como expressar uma política de expansão da oferta de vagas com real sustentabilidade para os estudantes. Para tanto, os poderes públicos precisam fortalecer e, mesmo, criar instrumentos que garantam a qualidade e excelência do ensino, pesquisa e extensão, possibilitando, em especial, o exercício da autonomia. Essa expansão deve ser uma das características fundamentais da inclusão social que a sociedade brasileira merece testemunhar.

Objetivo	Metas
1.1 Consolidar os cursos Técnicos	<p>1.1.1 Análise do rendimento obtido pelos cursos técnicos no para o reforço dos pontos significativos e reformulação dos pontos desfavoráveis;</p> <p>1.1.2 Oferta de disciplinas nos cursos técnicos da modalidade PROEJA, integral ou parcial, sob a forma de educação a distância, observado o estabelecimento do limite de 20% da carga horária total do curso;</p> <p>1.1.3 Avaliação continuada dos cursos técnicos;</p> <p>1.1.4 Elaboração ou atualização dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos;</p> <p>1.1.5 Criação de condições acadêmicas adequadas para que as unidades educativas exerçam o seu papel de unidade educacional;</p> <p>1.1.6 Ampliação do número de alunos bolsistas e redistribuição das bolsas atuais de acordo com o edital apresentado;</p>

Objetivo	Metas
1.2 Implantar cursos de tecnologia, graduação e os programas de pós-graduação	<p>1.2.1 Criação de cursos superiores de tecnologia;</p> <p>1.2.2 Criação de cursos superiores de graduação (bacharelado e licenciatura);</p> <p>1.2.3 Criação de cursos lato sensu com vistas à criação de programas de pós-graduação stricto sensu acadêmicos ou profissionais;</p> <p>1.2.4 Criação de cursos stricto sensu;</p>

Objetivo	Metas
1.3 Desenvolver modalidades de educação a distância	<p>1.3.1 Implantação de cursos de extensão a distância;</p> <p>1.3.2 Elaboração de proposta para a estruturação organizacional de um pólo do EAD do IFES;</p> <p>1.3.3 Instalação de uma sala de mediatização que se comunique com a Central do EAD do IFES;</p>

	<p>1.3.4 Elaboração de projetos que atendam às demandas sociais e linhas programáticas vigentes, implementando a educação continuada nas diferentes áreas do conhecimento;</p> <p>1.3.5 Implantação e desenvolvimento do Projeto de Universidade Aberta do Brasil;</p> <p>1.3.6 Implantação e desenvolvimento da pós-graduação lato sensu a distância;</p> <p>1.3.7 Oferta do curso de graduação Licenciatura em Ciências Agrárias;</p>
--	---

Objetivo	Metas
<p>1.4 Orientar o uso e garantir o acesso à fontes de informações tanto aos usuários internos quanto aos externos</p>	<p>1.4.1 Atualização e divulgação de um catálogo dos atos acadêmicos por meios impresso, magnético e eletrônico;</p> <p>1.4.2 Elaboração e divulgação de um catálogo dos atos administrativos por meios impresso, magnético e eletrônico;</p> <p>1.4.3 Realização de ciclos de palestras anuais para o quadro funcional e o corpo discente, propiciando o conhecimento das informações referentes às estruturas acadêmica e administrativa;</p> <p>1.4.4 Criação de um programa institucional de incentivo e apoio à participação em eventos científicos e à publicação em periódicos;</p> <p>1.4.5 Implantação de um sistema de acompanhamento para o crédito da inserção dos corpos docente e discente em atividades acadêmico-culturais;</p> <p>1.4.6 Criação de um banco de dados com as informações de extensão, visando a sistematizar os dados das atividades realizadas;</p> <p>1.4.7 Elaboração de um plano de ação a partir da mobilização dos estudantes das diferentes áreas, para o fortalecimento da política de cooperação entre os Campi do IFES;</p> <p>1.4.8 Aquisição anual de pelo menos 1.000 títulos novos de livros, visando à modernização do acervo bibliográfico;</p> <p>1.4.9 Renovação anual de 10 assinaturas de títulos básicos de periódicos;</p> <p>1.4.10 Elaboração de um plano de ação visando à revitalização da dinâmica de atendimento aos usuários das bibliotecas, facilitando o acesso ao acervo existente;</p>

	<p>1.4.11 Inclusão de no mínimo dez terminais de informática na biblioteca;</p> <p>1.4.12 Implantação de um programa de bibliotecas junto à comunidade;</p> <p>1.4.13 Implantação da biblioteca digital de teses e dissertações;</p>
--	--

Objetivo	Metas
<p>1.5 Implantar programas de ações afirmativas e de inclusão social subsidiados com medidas de assistência estudantil</p>	<p>1.5.1 Criação de política de assistência estudantil que possibilite condições mínimas de atenção aos alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas, oriundos de outros estados ou de regiões do Estado do Espírito Santo, visando a efetivar atividades relacionadas com o acesso e a permanência dos estudantes nos cursos;</p> <p>1.5.2 Criação de cursos de graduação noturnos;</p> <p>1.5.3 Oferecimento de oficinas de estudo para as escolas da rede oficial de ensino fundamental e médio mediante a participação de alunos dos cursos de licenciatura orientados por docentes;</p> <p>1.5.4 Aumento no orçamento de percentual específico para a assistência estudantil;</p>

INTERDISCIPLINARIDADE DIANTE DO CONHECIMENTO

Os pressupostos dessa abordagem abrangem a crítica às formas convencionais dos saberes disciplinares, que encaram os problemas de forma parcial, segmentada e estanque, como também a complexidade que vê o mundo como um todo indissociável e propõe uma abordagem multidisciplinar para a construção do conhecimento, a primazia das indagações de naturezas ética, estética e socioambiental, bem como o significado do currículo e do espaço de sala de aula, entendendo que não se reduzem a paredes, carteiras e equipamentos, mas também se ampliam no diálogo com o mundo.

Objetivo	Metas
<p>2.1 Definir políticas e desenvolver ações para a implementação das diretrizes curriculares: flexibilização curricular; integralização das ações de pesquisa e de extensão nos currículos</p>	<p>2.1.1 Implementação e acompanhamento da flexibilização dos currículos dos cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e pós-graduação;</p> <p>2.1.2 Criação de instrumento normatizador para a creditação das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão nos currículos;</p>

Objetivo	Metas
<p>2.2 Possibilitar o acesso e a preservação do patrimônio informacional do Campus</p>	<p>2.2.1 Elaboração, atualização e disponibilização semestral de um banco de dados, visando a unificar as informações relativas às produções científica, artística, cultural e tecnológica;</p> <p>2.2.2 Implantação e desenvolvimento de laboratório de manutenção e conservação do acervo documental e pesquisa;</p> <p>2.2.3 Implantação e desenvolvimento de núcleo de conservação e acesso documental;</p> <p>2.2.4 Criação e publicação anual de revista <i>on line</i> para a divulgação de trabalhos, estudos e pesquisas de conclusão de cursos selecionados, entrevistas, material didático e outros materiais desenvolvidos pela comunidade acadêmica;</p> <p>2.2.5 Reencadernação de volumes do acervo da biblioteca, visando à recuperação do material bibliográfico;</p>

Objetivo	Metas
<p>2.3 Estimular a democratização da informação em todos os níveis</p>	<p>2.3.1 Elaboração de um instrumento regulamentando a obrigatoriedade da manutenção e atualização dos bancos de dados conforme as determinações institucionais e dos órgãos de fomento, com o intuito de disponibilizar e divulgar a produção intelectual;</p> <p>2.3.2 Manutenção do laboratório de informática com o material produzido nos cursos a distância, estabelecendo condições de acesso à informação;</p> <p>2.3.3 Criar o Programa de Incentivo ao Hábito de Leitura entre os alunos do Campus e jovens alunos da comunidade externa;</p> <p>2.3.4 Manutenção, ampliação e revitalização das publicações convencionais e eletrônicas</p>

Objetivo	Metas
<p>2.4. Incentivar a investigação científica</p>	<p>2.4.1 Criação do Programa de Aluno Voluntário em Atividades de Pesquisa, visando a estimular os alunos a se envolverem com o método científico e as atividades de pesquisa;</p> <p>2.4.2 Criação do Programa de Incentivo e Fomento à Pesquisa, com características de compromisso social, visando ao aprimoramento das atividades acadêmicas no Campus Itapina;</p> <p>2.4.3 Estímulo a busca de financiamento de bolsas de iniciação científica nos valores concedidos pelo CNPq;</p> <p>2.4.4 Realização de encontro semestral e de feira de extensão anual, incentivando a integração acadêmica e o intercâmbio institucional;</p> <p>2.4.5 Promoção de pesquisa sobre o ambiente organizacional.</p>

Objetivo	Metas
<p>2.5 Incentivar empreendedorismo</p>	<p>2.5.1 Conceituar o papel pedagógico das iniciativas e executivas do corpo discente, observando as suas múltiplas expressões, como: escritórios-modelos, trabalhos aplicativos em projetos de conclusão de curso, produções culturais, empresas juniores, empresas incubadas e atividades congêneres;</p> <p>2.5.2 Regulamentar a relação do Campus com essas manifestações de novos processos de aprendizagem em ação;</p> <p>2.5.3 Contribuir para a difusão dos princípios do empreendedorismo, subsidiando organizações de suporte e estímulo, a exemplo de outras empresas juniores integrantes dos demais Campi e associações agremiativas setoriais, do SEBRAE, e especialistas independentes, através de minicursos, palestras, encontros, teleconferências e de outros recursos que estiverem à disposição;</p> <p>2.5.4 Avaliar os resultados das ações de empreendedorismo com relação à complementação do ensino formal e aos objetivos organizacionais ordinários e programáticos</p>

AMPLIAÇÃO DAS PARCERIAS

As parcerias com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais são fundamentais no processo de interação e cooperação entre as pessoas e grupos. É necessário romper as fronteiras geográficas e dialogar com a multiplicidade dos profissionais e alunos das diferentes áreas de formação em nosso país e internacionalmente.

Objetivo	Metas
3.1 Proporcionar meios que aproximem os docentes, discentes e técnico administrativos das comunidades atendidas pelo Campus	3.1.1 Ampliação do número de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais; 3.1.2 Ampliação da promoção anual de eventos, congressos e encontros acadêmicos científicos e culturais; 3.1.3 Criação de instrumento institucional de apoio à participação de docentes, técnico-administrativos e discentes em eventos científicos; 3.1.4 Implantação e implementação de programas, por área de conhecimento, de intercâmbio de servidores com outros Campi do IFES e de Campi de outros Institutos; 3.1.5 Elaboração de programa de estágios de curta duração para os estudantes de outros Campi do IFES e de outros Institutos;

Objetivo	Metas
3.2 Incentivar programas de mobilidade acadêmica	3.2.1 Implantação do programa de mobilidade estudantil com as instituições conveniadas; 3.2.2 Consolidação das parcerias já existentes com Universidades tais como UFV, UFL, UFRRJ, UENF, e com outras Instituições de Ensino , Técnico, Tecnológico e Superior; 3.2.3 Organização de projetos para a avaliação da biodiversidade, do gerenciamento ambiental e das mudanças globais; 3.2.4 Estabelecimento de convênios e parcerias com universidades de várias partes do mundo;

DINAMIZAÇÃO DAS GESTÕES ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

É premente a implementação, no Campus Itapina, de novas estruturas compatíveis com a sua atual realidade, a partir da clara definição do Campus desejada e fundamentada em princípios da facilidade da comunicação, agilidade, confiabilidade das decisões, transparência e participação da comunidade do Campus no processo de tomada de decisões. Rever o organograma do Campus e a distribuição dos cargos, definir políticas de gestão das pessoas, implementar programas de educação continuada para os servidores, investir na modernização e manutenção dos equipamentos bem como na infra-estrutura, além de promover a melhoria das condições físicas e ambientais do Campus são algumas das medidas que devem ser priorizadas.

Objetivo	Metas
4.1 Implementar um sistema de informação	4.1.1 Elaboração de um manual de procedimentos e fluxos das atividades para os controle acadêmico e administrativo, visando à consolidação do sistema de informação para o ensino – SIE; 4.1.3 Disponibilização de pelo menos cinco equipamentos no Campus para proceder à consulta na base de dados do sistema SIE, melhorando a infra-estrutura dos terminais disponíveis aos usuários; 4.1.5 Informatização do catálogo de obras retrospectivas do sistema de bibliotecas;

Objetivo	Metas
4.2 Implantar programas de capacitação, qualificação, e avaliação de desempenho profissional, considerados meios de valorização dos servidores, de motivação e de participação nos rumos do Campus	4.2.1 Implementação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Técnico-Administrativos com base na Lei n.º 11.091 e nos Decretos nº 5.824 e 5.825/06, com a elaboração de: → modelo de alocação de vagas; → dimensionamento da força de trabalho → alocação de cargos → programa de capacitação, qualificação e aperfeiçoamento → programa de avaliação de desempenho 4.2.2 Implementação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira do Magistério Médio, Técnico e Tecnológico com a elaboração de: → modelo de alocação de vagas → programa de capacitação e aperfeiçoamento → programa de avaliação de desempenho 4.2.3 Direcionamento de esforços para a obtenção de recursos

	financeiros, convencionais ou de outra natureza, destinados a dar suporte econômico à formação, em todos os níveis, dos servidores dos Campus; 4.2.4 Manutenção de atividades de aperfeiçoamento e treinamento em serviço na área administrativa e técnica dos vários setores;
--	---

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

O debate da construção da gestão democrática no Campus Itapina pressupõe o compromisso e determinação da gestão em compartilhar o poder de decisão com a comunidade universitária na definição das políticas públicas e dos investimentos, o respeito à diversidade de pensamento, sem abdicar da condição e da responsabilidade da proposição, o acesso às informações, para possibilitar uma compreensão maior e melhor da realidade social e do Campus bem como da sua governabilidade, a constituição de espaços, canais ou instâncias de participação da comunidade universitária, e a participação ativa das representações dos diferentes segmentos universitários na defesa e definição de diretrizes nacionais e institucionais que possibilitem condições básicas de atenção aos alunos e dos profissionais que compõem a comunidade universitária.

Objetivo	Metas
5.1 Implementar a avaliação institucional	5.1.1 Realização da autoavaliação institucional: → elaboração do projeto de autoavaliação → planejamento das atividades de sensibilização → sensibilização da comunidade acadêmica → constituição de subcomissões por unidades acadêmicas → construção do instrumento de coleta de dados e informações → levantamento dos dados → análise e interpretação dos dados → balanço crítico do processo e do instrumento → continuidade do processo com ampliação para as demais escolas → elaboração do relatório final → apresentação do relatório final nos Conselhos Superiores → retorno à comunidade acadêmica da análise e interpretação dos dados para conhecimento e providências → manutenção permanente da avaliação institucional

Objetivo	Metas
5.2 Promover a descentralização administrativa	5.2.1 Implementação da gestão participativa, desenvolvendo a administração em parceria com as unidades, elaborando agenda de reuniões executivas; 5.2.2 Elaboração do plano diretor para o funcionamento do Campus

Objetivo	Metas
5.3 Coordenar os processos de planejamento, inclusive o orçamento, utilizando metodologias que viabilizem a real participação da comunidade do Campus	5.3.1 Elaboração de um projeto anual de captação de dados para a definição, de forma participativa, de critérios que orientem a elaboração da proposta orçamentária.

Objetivo	Metas
5.4 Disponibilizar informações sobre as atividades propostas ou realizadas pelo Campus	5.4.1 Elaboração anual do catálogo dos cursos, divulgando as informações do Campus; 5.4.2 Registro e divulgação dos dados do Censo da educação; 5.4.3 Consolidação e divulgação do relatório anual de gestão; 5.4.4 Divulgação anual da evolução dos dados do Campus; 5.4.5 Disponibilização trimestralmente de demonstrativo da execução orçamentária na página eletrônica do Campus, visando ao acompanhamento, avaliação e manutenção mensal do fluxo de informações acerca dos recursos alocados no orçamento; 5.4.6 Modernização, padronização e atualização periódica do portal do Campus;

QUALIDADE DE VIDA E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Uma das prioridades dos que se propõem a administrar o Campus deve ser a constante busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária. Dessa forma, a condição humana passa a ser objeto central da instituição. Assim, as ações voltadas à melhoria da qualidade de vida tornam-se inquestionáveis.

Objetivo	Metas
<p>6.1 Implantar programas que visem à constante busca da qualidade de vida da comunidade universitária</p>	<p>6.1.1 Implantação de mecanismos de aglutinação da comunidade do Campus, estimulando a potencialidade artística do próprio Campus;</p> <p>6.1.2 Desenvolvimento de projetos culturais, de esporte e de lazer que proporcionem maior conhecimento e integração da comunidade do Campus;</p> <p>6.1.3 Inclusão digital e acesso da comunidade do Campus à microinformática;</p> <p>6.1.4 Implementação de transporte entre o Campus e as comunidades atendidas, atendendo aos alunos e servidores do Campus;</p> <p>6.1.5 Atendimento à saúde da comunidade do Campus não só no que se refere às emergências do cotidiano como também à atenção permanente;</p> <p>6.1.5.1 Implantação do “espaço pensando em sua saúde”;</p> <p>6.1.5.2 Implementação de atendimento psicossocial;</p> <p>6.1.5.3 Implementação do programa de prevenção, tratamento e acompanhamento de alcoólicos, dependentes químicos e jogadores compulsivos;</p> <p>6.1.5.4 Implantação do programa para a preparação e orientação dos servidores a se aposentarem, aposentados e pensionistas;</p> <p>6.1.5.5 Implantação de ações vinculadas à saúde ambiental;</p> <p>6.1.6 Implantação da política de coleta seletiva de lixo;</p> <p>6.1.7 Ampliação de espaço para semi-internato para o corpo discente e criação de vestiário para servidores;</p> <p>6.1.8 Criação de espaço de convivência;</p> <p>6.1.9 Implantação de política de recursos humanos;</p>

Objetivo	Metas
<p>6.2 Implementar políticas de melhoria das condições de trabalho, dos docentes, dos técnico-administrativos e de estudo dos discentes</p>	<p>6.2.1 Promoção de segurança no trabalho e promoção da saúde ocupacional dos servidores adequada ao funcionamento do Campus;</p> <p>6.2.2 Suporte aos cursos noturnos, considerando os aspectos organizacionais e acadêmicos;</p> <p>6.2.3 Criação de infra-estrutura adequada ao</p>

	desenvolvimento acadêmico e administrativo do Campus; 6.2.4 Redimensionamento da utilização do espaço físico da Campus.
--	--

MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Campus Itapina tem procurado, permanentemente, elevar os seus níveis de eficiência e eficácia. Com esse intuito, o Campus deve investir na informatização das suas atividades, na adequação de sua estrutura organizacional e na integração e aprimoramento técnico-administrativo e acadêmico do seu corpo funcional.

Objetivo	Metas
7.1 Adequar a infra-estrutura do Campus Itapina de acordo com a Instituição desejada	7.1.1 Melhoria das condições físicas e estruturais das unidades mediante a construção de: 7.1.1.1 Um complexo de laboratórios; 7.1.1.2 Um auditório para 500 pessoas; 7.1.1.3 Uma sala própria para as aulas do Curso Técnico em Alimentos – PROEJA; 7.1.1.4 Alojamento feminino; 7.1.2 Melhoria das condições físicas e estruturais das unidades mediante a reforma e ampliação de: 7.1.2.1 Cozinha e restaurante; 7.1.2.2 Biblioteca; 7.1.2.3 Alojamentos Masculinos; 7.1.3 Modernização das instalações e equipamentos dos laboratórios já existentes bem como dos serviços e setores da administração como um todo, adaptando as instalações físicas às necessidades; 7.1.4 Criação de espaço físico e infra-estrutura adequados à Comunicação Social; 7.1.5 Implantação de um programa de racionalização e redução do uso da energia elétrica, da água e dos materiais de consumo; 7.1.6 Elaboração de um projeto para a aquisição de equipamentos de informática, de áudio e vídeo, mobiliário e instrumentos musicais; 7.1.7 Elaboração de um projeto de reforma das seguintes instalações físicas do Campus: 7.1.7.1 Fábrica de ração 7.1.7.2 Marcenaria 7.1.7.3 Oficina mecânica 7.1.7.4 Ginásio de esportes (acústica e conforto térmico)

	7.1.8 Ampliação do Acervo da Biblioteca visando atender os cursos em funcionamento e os novos cursos a serem implantados; 7.1.9 Criação do Setor de Ouvidoria; 7.1.10 Implantação central de impressão de documentos para os trabalhos dos alunos e professores 7.1.11 Reorganização, atualização e sistematização dos arquivos das unidades acadêmica e administrativa do Campus;
Objetivo	Metas
7.2 Implantar programa de segurança pessoal e patrimonial no Campus	7.2.1 Implantação de um sistema antifurto nas dependências do Campus e sistema de monitoramento por câmaras, visando à modernização do sistema de segurança pessoal e patrimonial; 7.2.2 Instalação de circuito fechado de TV nas unidades educativas de produção; 7.2.3 Implantação de programa de segurança pessoal e patrimonial no Campus;

Objetivo	Metas
7.3 Adequar a infra-estrutura ao atendimento às pessoas portadoras de deficiências	7.3.1 Democratização do acesso e uso dos vários setores do Campus pelos portadores de deficiências, adequando as instalações físicas (colocação de rampas de acesso, instalação e ou manutenção permanente dos elevadores, etc.)

10.6.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	Itapina
---------------	----------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq							
Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes: (Títulos)		Publicações Não Correntes: (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	
Ciências Exatas e da Terra	591	771			10		352 VHS
Ciências Biológicas	138	201					11 CD
Engenharia / Tecnologia	33	77					37 DVD
Ciências da Saúde	0	0					
Ciências Agrárias	509	761					

Ciências Sociais Aplicadas	182	244						
Ciências Humanas	333	470						
Linguística Letras e Artes	1505	2037						
Multidisciplinar	23	207						
Total	3314	4768	0	0	10	0	0	0

II- Infra-estrutura

Campus	Itapina
---------------	----------------

Infra-estrutura da Biblioteca	
Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	
Biblioteca Central	X
Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	0
Espaço físico da Biblioteca	m²
Área Construída Total (m ²)	300
Área Destinada ao Acervo (m ²)	114
Área Destinada aos Usuários (m ²)	119
Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	20
Sala para Estudo em Grupo	1
Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	75
Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	10
Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	2.500
Empréstimo para a Comunidade Externa	0
Total de Empréstimos	2.500
Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	X
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	
Comutação bibliográfica	
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	
Reserva da bibliografia usada nos cursos	
Horário de funcionamento diário ininterrupto	X
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	X

Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	
Acessibilidade do site na Web	
Página Web da biblioteca	
Capacitação de usuários (presencial)	
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	
Pesquisa bibliográfica	X
Empréstimo domiciliar	X
Serviço de auto-empréstimo	
Participação no Portal. Periódicos Capes	
Biblioteca digital institucional	

III- Títulos Digitais

Campus	Itapina				
Total de Títulos em formato digital/ eletrônico de propriedade da instituição					
Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra					
Ciências Biológicas					
Engenharia e Tecnologia					
Ciências da Saúde					
Ciências Agrárias					
Ciências Sociais e Aplicadas					
Ciências Humanas					
Linguística					
Multidisciplinar					
Total	0	0	0	0	0

10.7 CAMPUS COLATINA

10.7.1 Objetivos e metas da instituição

O Campus Colatina por entender que a sua missão é a promoção da “Educação para o Desenvolvimento da região, do Estado e do seu povo, tende a organizar-se de modo a atender:

- I. à Educação Superior;
- II. à Educação Média e Profissional;
- III. à Especialização;
- IV. à pesquisa e extensão;
- V. à Pós-graduação.

Na área de Segurança do Trabalho pretende-se manter os cursos atuais em funcionamento e iniciar o planejamento e implantação de dois cursos adicionais no Campus Colatina a saber:

- ✓ Aperfeiçoamento Técnico em Higiene Ocupacional – 40 alunos anuais.
- ✓ Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho – 40 alunos anuais.

A ampliação do curso de Segurança do Trabalho, para que ele ofereça aos seus alunos melhores condições, depende das seguintes providências:

a. Capacitação docente

- Titulação acadêmica – é necessário elevar o corpo docente ao status de doutor, para tanto, temos um professor afastado para doutorado e outra professora cursando mestrado. Existe demanda dos demais docentes para ingressar em cursos de mestrado.
- Aperfeiçoamento – é necessária a atualização do corpo docente com cursos de aperfeiçoamento.

b. Laboratórios

- Implementação do Laboratório de Avaliação de Riscos Ambientais;
- Construção e estruturação do Laboratório de Ergonomia e Medicina do Trabalho;
- Construção e estruturação do Laboratório de EPIs e Combate a Incêndios.

c. Equipamentos

Dentre os itens que devem ser comprados para equipar o curso podemos destacar alguns, embora seja necessária uma avaliação mais ampla:

- EPIs;
- Mobiliário ergonômico;
- Boneco de simulação de socorros;
- Equipamentos de primeiros socorros e resgate;
- Boneco para estudos anatômicos e ergonômicos;
- Bomba de amostragem gravimétrica;
- Tubos colorimétricos;
- Extintores e outros acessórios para combate a incêndios;

Na área de Gestão busca-se a implementação dos Cursos de Licenciatura nas Áreas de exatas (Física, Química e Biologia), EJA Voltado para Gestão e uma especialização em gestão, o que demandaria a contratação de pelo menos dez professores efetivos além das necessidades físicas que seriam:

- ✓ Laboratório de informática, equipado com 20 computadores, projetor multimídia e um software de jogos em gestão, que será utilizado nas disciplinas técnicas do curso (Empreendedorismo, Fundamentos contábeis, RH, Marketing, etc)
- ✓ Melhoria do acervo da biblioteca e assinaturas de revista e periódicos específicos.
- ✓ Laboratórios de Física e Matemática
- ✓ Reequipar os Laboratórios de Biologia e Química

Na área de Informática temos os seguintes cursos para serem implantados:

Curso: Bacharelado em Sistemas de Informação

Tipo de Curso: Curso de Graduação

Habilitação/Modalidade: Bacharelado

Área de Conhecimento: Ciências Exatas

Quantitativo de vagas: 24 vagas por semestre

Turno: Matutino, Vespertino ou Noturno.

Local de Funcionamento: Ifes – Campus Colatina

O curso de Bacharelado em Sistemas de Informação visa à formação de profissionais da área de Computação e Informática para atuação em pesquisa, gestão, desenvolvimento, uso e avaliação de tecnologias de informação aplicadas nas organizações. Tal curso é visto como a possibilidade de aumentar a oferta de ensino superior gratuito na área de tecnologia na região de Colatina. Mais especificamente, tal curso engloba a parte de software, enquanto o curso de Tecnologia em Redes de Computadores já existente na unidade aborda a parte de infra-estrutura de rede.

Para que tal curso possa ser implantado, estima-se que seja necessária:

- A aquisição de livros na área de sistemas de informação, desenvolvimento de software e administração de empresas;
- A montagem de mais 2 (dois) laboratórios, tendo cada um:

- 15 computadores
- 1 projetor
- A construção de mais 2 (duas) salas de aula com capacidade para 30 alunos cada uma, em média;
- A contratação de professores nas áreas de sistema de informação e administração de empresas

Curso: Redes de Computadores

Tipo de Curso: Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu

Área de Conhecimento: Ciências Exatas e da Terra

Quantitativo de vagas: 24 vagas

Turno: Noturno.

Local de Funcionamento: Ifes – Campus Colatina

Planeja-se oferecer tal curso para que os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores tenha a oportunidade de cursar uma pós-graduação a fim de continuar sua formação profissional, além, é claro, de oferecer à população em geral de Colatina e região uma opção de especialização.

Para que tal curso possa ser implantado, estima-se que seja necessário:

- Atualização do laboratório de práticas de redes, hoje utilizado pelo Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores e pelo Curso Técnico de Informática;
- Montagem de mais 1 (um) laboratório com 20 computadores e 1 (um) projetor multimídia;
- Construção de 1 (uma) sala de aula com capacidade para 30 alunos, em média.

Destaca-se também que, para que possam ser estabelecidas melhorias nos cursos existentes e sejam implantados de novos cursos, deve-se pensar na melhoria das instalações das salas dos professores e das coordenadorias de curso. Para tanto, planeja-se:

- Construir, ao final do atual pavilhão da Coordenadoria da Área de Informática, uma sala para comportar os professores e outra para comportar os coordenadores de curso, de maneira que tenham mais espaço físico e melhores condições de trabalho. A partir dessa obra, pode-se utilizar as salas atualmente alocadas como salas dos professores e sala de coordenadores para a montagem de laboratórios de informática.

- Separação, em dois espaços físicos diferentes, do Laboratório de Montagem e Manutenção de Computadores do Laboratório de Práticas de Redes, pois os dois servem a finalidades distintas, possuem arranjo de mobiliário e equipamentos distinto e, atualmente, funcionam em um mesmo espaço físico.

Na área de Construção Civil está em estudo para implementação os seguintes cursos:

Arquitetura e Urbanismo

Justificativa

Desde a implantação da Unidade Descentralizada de Colatina do antigo ETFES no ano de 1993, o Curso Técnico de Construção Civil é ofertado e já formou 16 turmas, se destacando na Região Noroeste como referência de qualidade de ensino. No ano de 2007 a Coordenadoria de Construção Civil percebendo a importância da verticalização do ensino e observando a carência de cursos superiores em áreas afins, implantou o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, o que permite atualmente que os professores das duas coordenadorias trabalhem de forma integrada buscando sempre uma complementaridade das atividades desenvolvidas.

Considerando esse motivo e a carência de ensino superior público e gratuito na região que obriga a população a se deslocar constantemente para outras localidades ou até mesmo, na maioria dos casos, interromper os seus estudos, começou-se a pensar na oferta de outros cursos superiores plenos que atendam essa demanda.

A implantação do curso em arquitetura e urbanismo no Campus Colatina busca preencher um pedaço dessa lacuna, baseando-se em primeiro lugar em pesquisas feitas com o público alvo do antigo Cefetes. E levando-se em conta a existência de um curso de arquitetura numa faculdade particular no município de Aracruz funcionando há 7 anos apresentando grande procura, o que demonstra a viabilidade de implantação de um curso como este na esfera do ensino público federal para atender a demanda, e focado numa área tão atual tendo em vista a importância do processo construtivo sustentável.

A base do curso tendo uma visão multidisciplinar da arquitetura e urbanismo com articulações entre conteúdos se dará em dois planos de enfoque básico. Primeiro, no da convergência entre saberes das humanidades, das artes e das técnicas para a formação de um profissional que não é apenas um humanista, um artista ou um Tecnólogo, mas um pouco dos três simultaneamente. Segundo, no da incorporação de conteúdos associados à arquitetura e urbanismo, notadamente conforto ambiental, sustentabilidade e paisagismo, ampliando o espectro de escalas e práticas de projeto desde o sistema

regional / ambiental até o objeto isolado e seus componentes, reforçando o perfil tecnológico da Instituição buscando soluções e capacitando pessoas prontas a responder às necessidades do ambiente construído.

O curso de Arquitetura e Urbanismo se iniciará em 2010/01 com abertura inicial de 30 vagas por ano.

A seguir são relacionados as instalações físicas e principais equipamentos necessários ao funcionamento do curso proposto.

- ✓ 01 Laboratório de informática com 30 computadores
- ✓ 01 laboratório de informática para ensaios e simulações
- ✓ Ampliação física e do acervo da biblioteca existente e/ou a criação de uma biblioteca setorial que atenda especificamente à demanda do curso.
- ✓ Criação/ construção de um laboratório de conforto
- ✓ 02 Ateliês de projeto/ desenho
- ✓ Sala de coordenadoria
- ✓ Sala de maquetaria
- ✓ Sala de pesquisa e extensão
- ✓ Melhoria e atualização do laboratório de materiais e tecnologia das construções

Será necessária a contratação de 8 professores na área de história da arte, Conforto, paisagismo e urbanismo.

Engenharia de produção Civil

Justificativa

Desde a implantação da Unidade Descentralizada de Colatina do antigo ETFES no ano de 1993, o Curso Técnico de Construção Civil é ofertado e já formou 16 turmas, se destacando na Região Noroeste como referência de qualidade de ensino. No ano de 2007 a Coordenadoria de Construção Civil, percebendo a importância da verticalização do ensino e observando a carência de cursos superiores em áreas afins, implantou o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, o que permite atualmente que os professores das duas coordenadorias trabalhem de forma integrada buscando sempre uma complementaridade das atividades desenvolvidas.

Considerando esse motivo e a carência de ensino superior público e gratuito na região que obriga a população a se deslocar constantemente para outras localidades ou até mesmo, na maioria dos casos, interromper os seus estudos, começou-se a pensar na oferta de outros cursos superiores plenos que atendam essa demanda.

A implantação de um curso superior em Engenharia de Produção Civil vem a ser um passo natural no sentido de verticalizar o ensino, dado que o campus Colatina possui, como já dito anteriormente, um curso técnico na área de Construção Civil, com docentes qualificados na área e uma estrutura que, com algumas modificações e ampliações atenderão ao curso proposto.

Por outro lado, no que se refere a demanda para o referido curso, podemos citar diferentes indicadores. Um deles é a intenção de implementação de um curso superior na área de Construção Civil em uma faculdade particular da região, conforme informação verbal de pessoas da comunidade. O fato de uma instituição particular ter planos de ofertar tal curso, por si só já nos serve de referencial para afirmar que existe sim uma demanda latente.

Entretanto, pode-se perceber que o maior indicador de demanda vem dos próprios alunos que atualmente estão nos cursos técnicos. Constantemente tais alunos questionam quando se implantará um curso superior na área. Para verificar estatisticamente a demanda interna, foi feita uma pesquisa induzida com os alunos de todas as turmas do Campus Colatina. Além de criar uma expectativa nos próprios entrevistados, o resultado demonstra que um curso superior na área terá uma grande aceitação na comunidade e demanda correspondente.

O curso superior de Engenharia de Produção Civil deverá ser ofertado a partir do primeiro semestre do ano de 2012, iniciando com 30 vagas anuais.

A seguir são relacionados as instalações físicas e principais equipamentos necessários ao funcionamento do curso proposto.

- ✓ Implantação de 1 laboratório de informática com, aproximadamente, 30 máquinas, climatizado e com projetor.
- ✓ Ampliação e melhoria das instalações do laboratório de Materiais de Construção com compra de ferramentas, aparelhos e equipamentos necessários.
- ✓ Construção de um laboratório “Canteiro de obras”.
- ✓ Ampliação da biblioteca existente ou implantação de biblioteca setorial, com atualização do acervo.
- ✓ Construção de 4 salas de aula.

- ✓ Construção de sala de coordenadoria e de professores.

Para o efetivo funcionamento do curso proposto, será necessária a contratação de 08 professores na área de Construção Civil.

Engenharia Sanitária Ambiental

Justificativa

Desde a implantação da Unidade Descentralizada de Colatina do antigo ETFES no ano de 1993, o Curso Técnico de Construção Civil é ofertado e já formou 16 turmas, se destacando na Região Noroeste como referência de qualidade de ensino. No ano de 2007 a Coordenadoria de Construção Civil percebendo a importância da verticalização do ensino e observando a carência de cursos superiores em áreas afins, implantou o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, o que permite atualmente que os professores das duas coordenadorias trabalhem de forma integrada buscando sempre uma complementaridade das atividades desenvolvidas.

Considerando esse motivo e a carência de ensino superior público e gratuito na região que obriga a população a se deslocar constantemente para outras localidades ou até mesmo, na maioria dos casos, interromper os seus estudos, começou-se a pensar na oferta de outros cursos superiores plenos que atendam essa demanda.

Assim, o IFES incorpora o desafio de formar profissionais da Engenharia Sanitária e Ambiental que possam contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Espírito Santo. Afinal, no âmbito estadual é apresentado um quadro bastante propício à criação de um curso que enfoque essas áreas, considerando as condições locais e ambientais específicas de nossa região que é alvo de crescente desenvolvimento industrial e tecnológico. Este crescente desenvolvimento quando não sustentável e sem a responsabilidade ambiental potencializa a geração de impactos ambientais negativos

De acordo com o Guia de Profissões (2005) - Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNESP - as melhores oportunidades de emprego para o profissional da Engenharia Sanitária e Ambiental ainda estão concentradas nas cidades mais industrializadas das regiões Sudeste e Sul, tendo como opções de atuação no mercado, em centros de pesquisa, órgãos executores de gerenciamento e controle ambiental, organizações não-governamentais (ONGs), agências reguladoras de água, energia elétrica e vigilância sanitária, universidades e indústrias das mais variadas atividades.

No Estado do Espírito Santo apenas uma Instituição Pública de Ensino Superior, a Universidade Federal do Espírito Santo, contribui para a formação de tais profissionais com o Curso de Engenharia Ambiental, que se iniciou em 2006, cuja procura a cada ano é demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1: Relação candidatos por vaga e posição no quadro geral de oferta geral e nos cursos da engenharia da UFES para o curso de engenharia ambiental.

ANO	Relação de candidatos por vaga	Posição da procura pelo Curso de Engenharia Ambiental (UFES)	
		No quadro geral de cursos (No = 68)	Nos cursos de Engenharia (No = 13)
2008	11,5	3º	1º
2007	9,8	12º	6º
2006	13,8	11º	4º

Um Curso com estas características é também oferecido por uma Instituição Privada. No entanto é interessante destacar um diferencial importante na estrutura do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental do Ifes, no que se refere ao enfrentamento das questões sanitárias e dos desafios colocado pelo desenvolvimento.

O curso tem previsão de oferecer 30 vagas iniciais no primeiro semestre de 2013.

A seguir são relacionados às instalações físicas e principais equipamentos necessários ao funcionamento do curso proposto.

- ✓ 01 sala de coordenação, composta por sala de reunião e saletas para cada professor.
- ✓ 06 salas de aula climatizadas, com sonorização e multimídia completa.
- ✓ 01 laboratório para análises microbiológicas
- ✓ 01 laboratório para análises físico-químicas
- ✓ 03 laboratórios para o saneamento (Água, Esgoto, Resíduos)
- ✓ 01 laboratório de Geoprocessamento com 30 computadores
- ✓ 01 sala para bolsistas e desenvolvimento de pesquisas

Para o efetivo funcionamento do curso proposto, será necessária a contratação de 06 professores da área.

10.7.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	Colatina
---------------	-----------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq								
Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes: (Títulos)		Publicações Não Correntes: (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia	
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros		
Ciências Exatas e da Terra	866	3664	3		1			
Ciências Biológicas	167	608						
Engenharia / Tecnologia	288	1207	16	3	1			
Ciências da Saúde	187	561	2					
Ciências Agrárias	30	88						
Ciências Sociais Aplicadas	419	1676			1			
Ciências Humanas	571	1739	4		2			
Linguística Letras e Artes	1696	5407	2					
Multidisciplinar	54	102	10					
Total	4278	15052	37	3	5	0	0	0

II- Infra-estrutura

Campus	Colatina
---------------	-----------------

Infra-estrutura da Biblioteca	
Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	X
Biblioteca Central	
Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	
Espaço físico da Biblioteca	m²
Área Construída Total (m ²)	381
Área Destinada ao Acervo (m ²)	63
Área Destinada aos Usuários (m ²)	
Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	
Sala para Estudo em Grupo	1
Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	90
Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	10

Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	13.315
Empréstimo para a Comunidade Externa	
Total de Empréstimos	13.315

Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	X
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	X
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	
Comutação bibliográfica	X
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	X
Reserva da bibliografia usada nos cursos	X
Horário de funcionamento diário ininterrupto	X
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	X
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	X
Acessibilidade do site na Web	X
Página Web da biblioteca	X
Capacitação de usuários (presencial)	X
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	
Pesquisa bibliográfica	X
Empréstimo domiciliar	X
Serviço de auto-empréstimo	
Participação no Portal. Periódicos Capes	X
Biblioteca digital institucional	

III- Títulos Digitais

Campus	Colatina				
Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição					
Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra					
Ciências Biológicas					
Engenharia e Tecnologia					
Ciências da Saúde					
Ciências Agrárias					
Ciências Sociais e Aplicadas					
Ciências Humanas					
Linguística					
Multidisciplinar					
Total	0	0	0	0	0

10.8 CAMPUS SERRA
10.8.1 Objetivos e metas da instituição

ITEM		Quantidade/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Novos Professores a Contratar	Mestre/Doutor		10	14	18	12
Novos Sevidores Administrativos	Enfermeira					1
	Técnico-Administrativos em Educação					8
	Pedagogo					1
	Psicólogo					1
	Téc.Laboratório					1
Ampliação da Infra-estrutura	Salas de aula		3	3	3	3
	Laboratórios de Informática integrado/licenciatura		2	2	2	2
	Computadores		80	80	30	
	Impressora a laser				3	
	Projetor Multimídia		3	3	3	1
	Ar condicionado				2	
	Lab 1:Robótica			1		
	Lab 2: Instr. Analítica			1		
	Lab 3:Redes Industriais		1			
	Lab 5: Laboratório de desenvolvimento e projetos para pós-graduação.			1		
	Lab 6: Processo de Fabricação			1		
	Lab 7: Biologia para Ensino Médio					1
	Lab 8: Pesquisa dos cursos superiores			1		
	Lab 9: Iniciação Científica		1			
	Lab 10: Controle e Supervisório			1		
	Quadra de esportes coberta					1
	Biblioteca (600m ²)					1
Auditório (600m ²)					1	
Cursos Novos a serem oferecidos	Integrado Informática				1	
	Integrado Automação Industrial				1	
	Licenciatura Ciências Tecnológicas			1		
	FIC/PROEJA Eletricidade		1			
	FIC/PROEJA Informática		1			
	Pós-Graduação Automação e Informática				1	
Número de Alunos Adicional	Integrado	0	0	0	72	144
	Pós-Graduação Automação e Informática				30	60
	Bacharel Sistemas	80	160	240	320	320
	Informática	40	80	160	160	160
	Engenharia	44	88	132	154	154
	Licenciatura Ciências Tecnológicas			40	80	120

10.8.2 Biblioteca
I- Acervo Bibliográfico

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq								
Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes (Títulos)		Publicações Não Correntes (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia (Normas Técnicas)	
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros
Ciências Exatas e da Terra	911	2.467	14	01	05	07	35	-
Ciências Biológicas	18	25	-	-	-	-	-	-
Engenharia / Tecnologia	302	990	11	-	05	01	15	-
Ciências da Saúde	05	07	-	-	-	-	-	-
Ciências Agrárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	224	504	01	-	03	-	29	-
Ciências Humanas	336	618	02	-	06	-	-	-
Linguística Letras e Artes	459	568	-	-	-	-	-	-
Multidisciplinar	-	-	11	-	02	-	-	-
Total	2.255	5.179	39	01	21	08	79	0

II- Infra-estrutura

Infra-estrutura da Biblioteca	
Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	-
Biblioteca Central	01
Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	01
Número de Postos de Atendimento	00
Espaço físico da Biblioteca	m²
Área Construída Total (m ²)	332
Área Destinada ao Acervo (m ²)	92,29
Área Destinada aos Usuários (m ²)	194,12
Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	00
Sala para Estudo em Grupo	00
Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	51
Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores - 05 p/ servidores e 08 para usuários	13

Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	12.671
Empréstimo para a Comunidade Externa	00
Total de Empréstimos	12.671

III- Títulos Digitais

Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição					
Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra	20	02	-	87	-
Ciências Biológicas	03	-	-	-	-
Engenharia e Tecnologia	20	01	-	10	-
Ciências da Saúde	-	-	-	-	-
Ciências Agrárias	-	-	-	-	-
Ciências Sociais e Aplicadas	18	02	-	08	-
Ciências Humanas	01	01	-	02	-
Linguística	-	-	-	03	-
Multidisciplinar	-	-	-	05	-
Total	62	06	00	115	00

10.9 CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

10.9.1 Objetivos e metas da instituição

Gestão Institucional

Organização Administrativa

Diagnóstico

Atualmente o *Campus* do Instituto Federal do Espírito Santo em Cachoeiro de Itapemirim conta com a seguinte organização administrativa:

- **Diretoria Geral** / Secretaria da Diretoria;
- **Diretoria Adjunta**;
- **Gerência de Administração**, a qual estão subordinados os seguintes setores: Subgerência de Administração, Coordenadoria de Licitação e Compras, Coordenadoria de Material e Patrimônio, Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas e Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

- **Gerência de Gestão Educacional**, a qual estão subordinados os seguintes setores: Subgerência de Gestão Educacional, Coordenadoria de Registros Acadêmicos, Coordenadoria de Biblioteca, Coordenadoria de Ensino, Coordenadoria de Integração Escola-Empresa, Coordenadoria do Curso Técnico em Eletromecânica, Coordenadoria do Curso Técnico em Informática e Coordenadoria do Curso Técnico em Mineração, Núcleo de Gestão Pedagógica, Serviço Social e Enfermaria;
- **Representação Discente;**
- **Conselho de Ética e Disciplina do Corpo Discente.**

Objetivos

- Reorganizar a estrutura administrativa, considerando a integração entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a nova dinâmica de atuação da instituição, definida pelo Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Estatuto;
- Desenvolver e modernizar a esfera administrativa, em termos de tecnologias, de organização e de recursos institucionais;
- Construir regimento interno que estabeleça o fluxo das diversas atividades, sua integração e sua articulação interna;
- Aprimorar o atendimento à comunidade interna e externa;
- Efetivar a utilização do “Sistema Acadêmico” como uma ferramenta de caráter administrativo e didático-pedagógico.

Ações

- Instituir comissão própria para coordenar as ações de reorganização da estrutura administrativa, avaliando as limitações impostas pela legislação superior e as condições atuais de funcionamento;
- Fomentar o debate e a reflexão acerca da reorganização da estrutura administrativa com base nos trabalhos da comissão instituída;
- Construir e referendar um regimento interno;
- Instituir Comissão Permanente de Avaliação Institucional, com rotatividade periódica dos seus membros;
- Estimular a ação conjunta das atividades para o atendimento à comunidade;
- Formar uma “Coordenadoria de Apoio Médico” composta por médico, odontólogo, enfermeiro, técnico em enfermagem e psicólogo;

- Formar uma “Coordenadoria de Apoio ao Educando”;
- Capacitar o quadro de servidores para operação e aplicação do “Sistema Acadêmico” como ferramenta gerencial.

Metas

- Dotar os procedimentos administrativos e didático-pedagógicos de mais eficiência, efetividade e clareza;
- Tornar o atendimento ao aluno processual e não-segmentado, realizando-o a partir de uma visão do indivíduo em sua integralidade;
- Promover a interação entre a instituição e a comunidade local e regional;
- Tornar a organização administrativa adequada à integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Comunicação e Transparência

Diagnóstico

A comunicação oficial interna do *Campus* Cachoeiro de Itapemirim ocorre por meio dos procedimentos cotidianos, tais como, a expedição de memorandos, portarias, e-mails institucionais utilizados entre os servidores, notícias da *intranet* e murais instalados na instituição.

A comunicação externa é feita por meio das seguintes formas: ofícios, Diário Oficial da União e *website* do *Campus*; e de veículos noticiosos externos: jornais impressos, rádios e redes de televisão.

Objetivos

- Desenvolver uma Política de Comunicação Institucional que congregue as ações em um Programa de Desenvolvimento da Comunicação a ser implantado durante o período de vigência deste Planejamento Estratégico;
- Profissionalizar a comunicação da instituição;
- Criar e implantar meios de comunicação interna e externa.

Ações

- Instituir comissão que objetive a formulação do Programa de Desenvolvimento da Comunicação;
- Avaliar e reformular a utilização dos meios de comunicação internos e externos existentes;

- Promover concurso para a contratação de um profissional da área de Comunicação Social;
- Implantar uma Coordenadoria de Comunicação Social no interior da organização administrativa;
- Criar “Boletim Semanal” a ser divulgado internamente por meio da *intranet*;
- Criar jornal mensal de circulação interna e externa.

Metas

- Aprimorar a transparência e a publicidade dos procedimentos administrativos e demais acontecimentos da instituição;
- Tornar a comunicação interna mais eficiente e menos conflituosa;
- Dar maior publicidade à produção científica, tecnológica e cultural do *Campus*;
- Estreitar os laços com a comunidade externa por meio dos instrumentos de comunicação.

Processo de Escolha de Dirigentes

Diagnóstico

Devido às limitações impostas pela legislação em vigor, a escolha dos dirigentes do *Campus* é feita pela Reitoria.

Objetivos

- Criar e implantar espaços de debate permanente a respeito do processo de escolha de dirigentes acadêmicos;
- Levar a comunidade acadêmica a participar ativamente da escolha de seus representantes;
- Estabelecer critérios transparentes de escolha de dirigentes, considerando as limitações legislativas em vigor, a política institucional e as decisões dos órgãos colegiados.

Ações

- Instituir comissão para estudo, análise e avaliação da legislação acerca do processo eleitoral;
- Promover eleições diretas com a participação de toda a comunidade acadêmica para a função de Diretor Geral do *Campus* e Coordenadores de Cursos.

Metas

- Tornar o processo de escolha de dirigentes um ato baseado no princípio da gestão democrática;

- Estimular a participação da comunidade acadêmica no processo decisório.

Órgãos Colegiados

Diagnóstico

Os órgãos colegiados existentes estão sediados em Vitória e correspondem à estrutura geral de organização.

Objetivos

- Conhecer e propor pautas para a discussão a respeito da temática junto ao Colégio de Dirigentes;
- Desenvolver uma estrutura de órgãos colegiados que acompanhe as transformações implementadas pela Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892 de 29/12/2008);
- Promover a participação da comunidade acadêmica e comunidade externa no processo de tomada de decisões relativas aos rumos do *Campus*.

Ações

- Participar das discussões acerca de órgãos colegiados existentes no Colégio de Dirigentes e demais instâncias de debate;
- Criar conselhos que envolvam a participação da comunidade acadêmica e comunidade externa.

Metas

- Fundamentar as ações da administração do campus no princípio da Gestão Democrática.

Formação do Corpo Docente e Técnico-Administrativo

Diagnóstico

Em termos de formação inicial e continuada de servidores, pode-se identificar a existência de ações relativas à capacitação dos professores e dos técnicos administrativos.

Objetivos

- Implementar, em conjunto com os outros *campi*, uma Política de formação inicial e continuada de servidores, que reúna as ações existentes e que proponha novas linhas de atuação;
- construir democraticamente regulamentos de incentivo e de participação de docentes e técnicos administrativos em atividades de qualificação que envolva o afastamento da instituição.

Ações

- Identificar as demandas existentes, segundo as necessidades da instituição, diretrizes administrativas e a formação individual do servidor;
- Proceder a uma prospecção das habilidades potenciais existentes entre os servidores;
- Formar multiplicadores nas diferentes áreas de atuação;
- Promover eventos internos que propiciem a formação continuada, a interação entre os servidores e o intercâmbio de informações e saberes;
- Aperfeiçoar e consolidar o Curso de Ambientação Institucional para servidores ingressantes;
- Incentivar e custear, de acordo com a legislação e as limitações orçamentárias, a participação dos servidores em cursos de formação oferecidos por outras instituições;
- Promover parcerias para a realização de cursos de pós-graduação Interinstitucionais.

Metas

- Alcançar níveis ideais de promoção da capacitação, de crescimento acadêmico e intelectual, bem como da promoção do bem estar dos servidores.

Acessibilidade e Atendimento Prioritário

Objetivos

- Organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos;
- Eliminar barreiras arquitetônicas e urbanísticas, na edificação e nos transportes escolares, bem como barreiras nas comunicações e nas informações;
- Capacitar os servidores para o atendimento à diversidade;
- Adequar a estrutura física para o atendimento à diversidade.

Ações

- Ofertar o curso de Libras para servidores, alunos e comunidade externa;
- Adquirir programas e equipamentos para o atendimento à diversidade;
- Adequar a estrutura física do Ifes – Campus Cachoeiro às determinações da ABNT NBR 9050;

- Implantar o NAPNEE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) no Campus Cachoeiro;
- Identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades;
- Articular a implantação das Políticas Públicas entre os setores;
- Estabelecer parcerias com as entidades de atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

Metas

- Promover atendimento pleno ao indivíduo com necessidades especiais, visando a universalização do acesso, bem como a sua permanência e o seu sucesso.

Organização Acadêmica

Diagnóstico

Curso	Ano de Abertura	Vagas Anuais	Turno
Técnico Subsequente em Mineração com Ênfase em Rochas Ornamentais *	2005	128	Vespertino/ Noturno
Técnico Subsequente em Mineração	2008	128	Vespertino/ Noturno
Técnico Subsequente em Eletromecânica	2005	128	Vespertino/ Noturno
Técnico Subsequente em Informática	2006	64	Matutino
Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	2009	40	Matutino
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	2009	40	Matutino

* Vagas substituídas progressivamente pelo curso Técnico Subsequente em Mineração.

Ensino

Objetivos

- Promover a expansão e o aprimoramento das vias de diálogo com a realidade local e regional, contribuindo para o desenvolvimento e execução de políticas públicas de inclusão social por meio da educação profissional em seus diferentes níveis e modalidades;
- Consolidar e expandir a oferta dos cursos técnicos já existentes, ampliando o público atingido, sobretudo em relação ao atendimento de jovens e adultos;
- Implantar cursos de graduação - com prioridade para a área de engenharia e licenciaturas – tendo por base as especificidades sócio-econômicas regionais e as condições nacionais, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento científico-tecnológico, quanto em relação às demandas por formação inicial de professores;
- Expandir o quadro efetivo da instituição no que diz respeito ao corpo docente e técnico-administrativo;
- Estabelecer parcerias que promovam a abertura de cursos de pós-graduação.

Ações

- Avaliar os cursos técnicos já existentes, identificando as necessidades de reestruturação da organização didático-pedagógica, investimentos infra-estruturais, aquisição de materiais e contratação de pessoal;
- Ampliar o número de professores e técnicos administrativos efetivos de acordo com a demanda criada pela abertura de novos cursos;
- Identificar, através dos processos seletivos e da avaliação diagnóstica, a detenção, por parte dos alunos, dos conhecimentos mínimos necessários a cada curso, relativos à educação básica, desenvolvendo o programa de democratização do acesso, permanência e sucesso do educando;
- Ofertar curso técnico integrado ao nível médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na área de Mineração (2010)
- Implantar e ofertar curso superior na área de Engenharia de Minas a partir do ano de 2009;
- Implantar e ofertar curso superior de licenciatura à distância em Informática a partir do ano de 2009;
- Implantar e ofertar curso superior na área de Engenharia Mecânica a partir de 2010;

- Avaliar a pertinência da implantação e do oferecimento de um curso de Engenharia da Computação a partir de 2011, promovendo a abertura de acordo com os resultados obtidos;
- Avaliar a pertinência da implantação e do oferecimento de cursos de licenciatura nas áreas de Química e Física (2010), promovendo a abertura de acordo com os resultados obtidos;
- Avaliar as possibilidades de oferta de novas vagas de graduação em cursos específicos por meio da educação à distância;
- Realizar, por meio de parcerias interinstitucionais, cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- Realizar, por meio de parcerias interinstitucionais, programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Metas

- Consolidar-se como centro de referência no sul do estado quanto à oferta de ensino profissionalizante industrial de nível médio, diversificando o perfil do público beneficiado;
- Criar bases que possibilitem a consolidação da instituição como um centro de referência em ensino, pesquisa e extensão no ramo das engenharias, contribuindo para o desenvolvimento regional em relação à qualificação de pessoal, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias;
- Ampliar os índices de aprovação e restringir a evasão nos cursos técnicos;
- Intervir positivamente no processo de formação inicial e continuada de professores na região sul do Espírito Santo, agindo para o aperfeiçoamento do perfil do quadro docente atuante na rede pública de ensino;
- Ampliar o quadro de servidores efetivos;
- Propiciar condições para que o quadro de servidores possa obter formação em nível de pós-graduação sem afastar-se da instituição.

Pesquisa

Diagnóstico

Em termos de atividades de pesquisa, pode-se identificar a existência de ações relativas às diferentes áreas de atuação, envolvendo alunos e professores.

Objetivos

- Construir, implantar e implementar o Plano Institucional de Pesquisa e Pós-Graduação;

- Construir meios para a promoção sistemática da pesquisa científica, atuando para a disseminação de uma atitude investigativa entre alunos e professores no sentido de cumprir com o papel da instituição em relação ao desenvolvimento humano;
- viabilizar a criação, no interior da estrutura organizacional, de órgãos que gerenciem o processo de pesquisa;
- desenvolver pesquisas aplicadas que contribuam para a criação de soluções técnicas viáveis para o processo produtivo regional, sem desconsiderar as questões globais (Conforme as finalidades e características da instituição estabelecidas na Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, Seção II, Artigo 6º, incisos II e IV);
- realizar pesquisas que promovam o desenvolvimento humano, cooperando com as políticas públicas de inclusão social;
- promover a pesquisa aplicada no sentido de aperfeiçoar os meios de exploração dos recursos naturais, a fim de utilizá-los de forma sustentável, agindo para a preservação do meio ambiente.

Ações

- implantar uma Gerência de Pesquisa;
- motivar a criação de grupos de pesquisa e cadastrá-los no Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ;
- ampliar o espaço físico existente para a prática da pesquisa, da interação entre professor-aluno e do intercâmbio de informações e saberes;
- criar programa de estímulo à pesquisa entre docentes e alunos;
- estabelecer ações de captação de recursos para a oferta de bolsas de iniciação científica para alunos do ensino técnico e superior;
- integrar a Biblioteca do Campus ao Programa de Comutação Bibliográfica (Comut) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);
- criar projeto de divulgação sistemática de informações a respeito de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica;
- organizar eventos internos e externos que visem a difusão e o intercâmbio de informações científico-tecnológicas;
- articular as ações da incubadora de empresas com a pesquisa, buscando a implementação de ações exequíveis a partir da pesquisa aplicada;

- Criar periódico de caráter científico-tecnológico.

Metas

- alcançar níveis de produção científica que embasem e justifiquem a abertura de programas de mestrado nas áreas do conhecimento em que a instituição atuar;
- criar bases para tornar-se um centro de referência em pesquisa aplicada ao processo produtivo nas áreas de conhecimento ligadas aos arranjos produtivos locais (conforme tópico já proposto no item 2.3.3);
- estabelecer-se como pólo irradiador de tecnologias que gerem desenvolvimento humano e inclusão social.

Extensão

Diagnóstico

No que tange às atividades de extensão, identifica-se a existência de ações conjuntas que privilegiam as relações empresariais e o atendimento à comunidade.

Objetivos

- Fortalecer a extensão, visando o desenvolvimento regional, a inclusão social e a formação cidadã;
- Aprimorar as relações empresariais.

Ações;

- Implantar uma Gerência de Extensão;
- Formular as Políticas de Extensão do Campus Cachoeiro de Itapemirim;
- Criar mecanismos de divulgação das atividades de Extensão;
- Incentivar a participação de docentes, técnico administrativos e discentes nas atividades de extensão;
- Implementar projetos que visem a aproximação e o aperfeiçoamento das relações junto ao empresariado regional;
- Realizar anualmente uma ‘Semana de Extensão’;
- Expandir e desenvolver o Programa de Estágio;
- Empreender novas ações a partir do diagnóstico de demandas da comunidade em geral;

- Estabelecer indicadores de avaliação das atividades de extensão.

Metas

- Criar uma relação de reciprocidade no sentido de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades regionais e, ao mesmo tempo, promover o aperfeiçoamento das práticas didático-pedagógicas, beneficiando a formação dos estudantes envolvidos.
- Implantar, consolidar e difundir a política de extensão definida pela Instituição;
- Fortalecer e estabelecer outras parcerias com instituições públicas e a comunidade em geral;
- Auxiliar as políticas públicas de promoção da inclusão social.

Infra-Estrutura

Infra-Estrutura Física

Objetivos

- Adequar e ampliar a estrutura física de modo a atender as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do *Campus*;
- Disponibilizar as instalações para utilização da comunidade em geral.

Ações

- Construir até o ano de 2010 um ginásio poliesportivo;
- Construir um complexo poliesportivo dotado de piscina, campo de futebol, pista de atletismo e demais instalações necessárias para a prática desportiva até o ano de 2013;
- Construir um anfiteatro que atenda as demandas do *Campus*;
- Ampliar as instalações da Biblioteca atual e avaliar a necessidade de construção de uma nova estrutura;
- Construir um restaurante que atenda a comunidade acadêmica;
- Construir um complexo para o desenvolvimento das atividades de ensino dos cursos de graduação;
- Ampliar as instalações destinadas a abrigar o trabalho de planejamento e pesquisa do corpo docente;

- Avaliar a necessidade de ampliação do número de salas de aulas destinadas aos cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada;
- Disponibilizar espaço adequado para o funcionamento de uma entidade representativa estudantil;
- Reorganizar e ampliar o espaço físico destinado às atividades administrativas;
- Avaliar a necessidade de construção de uma nova estrutura destinada a abrigar as atividades da área de apoio ao educando e da área médica;
- Criar uma área de convivência destinada aos servidores;
- Desenvolver e executar um projeto de prevenção de incêndio e pânico, de remodelagem das cercas, e de reestruturação e ampliação do sistema de vigilância;
- Construir e implementar uma política de educação ambiental no *Campus*;
- Planejar a organização das áreas destinadas para estacionamento de veículos.

Metas

- Dotar o Campus de condições infra-estruturais adequadas à expansão do número de vagas e à atuação nas áreas de pesquisa e extensão;
- Estreitar as relações com a comunidade externa por meio da disponibilização da estrutura física para atividades de cunho desportivo e cultural.
- Difundir junto à comunidade acadêmica hábitos e práticas que reduzam o impacto ambiental.

Infra-Estrutura Acadêmica

Objetivos

- Ampliar o número de estruturas físicas destinadas às atividades de laboratórios ligadas ao ensino, pesquisa e extensão;
- Equipar os laboratórios já existentes e aqueles que têm construção prevista;
- Ampliar o acervo da biblioteca de maneira a atender as diferentes modalidades de ensino desenvolvidas, bem como a atuação em pesquisa e extensão.

Ações

- Avaliar a necessidade de construção de novos laboratórios destinados aos cursos técnicos e aos cursos de graduação e pós-graduação a serem implantados, promovendo a construção de acordo com as demandas identificadas.

- Identificar as demandas para aquisição de novos equipamentos junto às Coordenadorias de curso;
- Identificar as demandas para aquisição de novos itens para o acervo da Biblioteca junto à comunidade acadêmica;
- Desenvolver e implantar meios de acesso ao acervo da Biblioteca via *web*.

Metas

- Propiciar condições ideais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a utilização do acervo da Biblioteca pela comunidade externa.

Infra-Estrutura para atendimento de PNEE

Objetivos

- Promover a adequação da estrutura física do *Campus* ao atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Construir as novas estruturas de acordo com as normas de atendimento a pessoas com necessidade educacionais especiais.

Ações

- Adequar os pisos ao atendimento de PNEE, utilizando sinalização tátil e de cor;
- Adequar portas para permitir a visibilidade de cadeirantes;
- Adequar os ambientes de ensino-aprendizagem, bem como rampas, escadas, estacionamentos e banheiros, às normas de acessibilidade;
- Criar e implementar o projeto de sinalização visual horizontal e vertical da parte interna e externa do *Campus*.

Metas

- Retirar as barreiras que impedem acesso e circulação de pessoas com necessidades especiais no *Campus*.

Infra-Estrutura em Tecnologia da Informação

Objetivos

- Definir uma política de uso dos computadores por servidores, alunos e demais usuários;

- Ampliar o número de computadores existentes de acordo com as demandas geradas pela abertura de novos cursos e pelo aumento do quadro de servidores.

Ações

- Instituir uma comissão responsável por desenvolver uma política de tecnologia da informação, que utilização dos computadores e modificações técnicas na estrutura de *software* e *hardware*;
- Dividir fisicamente a rede de dados;
- Padronizar o sistema de acesso *web* sem fio em todas as dependências do Campus;
- Aumentar o *link* de internet de modo que seja compatível às necessidades do Campus
- Implantar o sistema de *VoIP* para a comunicação com outros campi;
- Disponibilizar um laboratório exclusivo para as atividades extraclasse dos discentes.

Metas

- Aprimorar a segurança da rede de dados;
- Propiciar condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Financiamento, Orçamento e Gestão

Diagnóstico

Em relação aos aspectos financeiros e orçamentários, atualmente a aplicação dos recursos é controlada pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, sendo executada no *Campus* pela Diretoria, com o suporte dos órgãos ligados à área de orçamento e finanças.

Objetivos

- Conhecer e participar das discussões inerentes à gestão do orçamento da instituição;
- Promover a reflexão a respeito dos meios de gestão do orçamento do *Campus*;
- Conhecer as possibilidades de captação de recursos, além do orçamento próprio da instituição já destinado pela Reitoria.

Ações

- Manter uma representação ativa no processo de definição da política institucional quanto às questões financeiras e orçamentárias;

- Estimular a abertura de canais de participação da comunidade acadêmica na definição da política orçamentária;
- Criar um conselho - de caráter consultivo - que auxilie na gestão do orçamento;
- Captar recursos junto às instituições de fomento e empresas privadas, considerando a legislação em vigor.

Metas

- agregar à política institucional, quanto ao orçamento, as demandas e concepções existentes no *Campus*;
- transformar a gestão orçamentária num processo de discussão coletiva que envolva a participação ampla da comunidade acadêmica;
- ampliar as fontes de recurso para novos investimentos.

Avaliação e Acompanhamento do Planejamento Estratégico

Os servidores da instituição – com representantes de cada Coordenadoria –juntamente com os estudantes irão constituir comissão própria, que se reunirá periodicamente, para avaliação e acompanhamento dos objetivos, ações e metas que estão propostas neste Planejamento Estratégico. Além de avaliar e acompanhar o cumprimento das diretrizes estabelecidas, a referida comissão deverá identificar possíveis demandas que reordenem as ações propostas inicialmente, adequando-as a possíveis mudanças de cenário. O texto poderá ser alterado anualmente e os resultados das ações realizadas deverão ser divulgados semestralmente

10.9.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	Cachoeiro de Itapemirim
---------------	--------------------------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq							
Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes: (Títulos)		Publicações Não Correntes: (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	
Ciências Exatas e da Terra	344	732	12	2			125 mapas 43
Ciências Biológicas	26	72					2
Engenharia / Tecnologia	220	860	15				56
Ciências da Saúde	17	46					4
Ciências Agrárias	33	58					0

Ciências Sociais Aplicadas	139	290	9					29
Ciências Humanas	145	245	2					13
Linguística Letras e Artes	255	404						14
Multidisciplinar	1	3						?
Total	1180	2710	38	2	0	0	0	161

II- Infra-estrutura

Campus	Cachoeiro
---------------	------------------

Infra-estrutura da Biblioteca

Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	0
Biblioteca Central	1

Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	1

Espaço físico da Biblioteca	m ²
Área Construída Total (m ²)	327
Área Destinada ao Acervo (m ²)	77
Área Destinada aos Usuários (m ²)	109

Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	0
Sala para Estudo em Grupo	0

Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	64

Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	12

Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	1.537
Empréstimo para a Comunidade Externa	0
Total de Empréstimos	1.537

Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	Não
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	Apenas para consultar ao acervo
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	Não temos acervo eletrônico
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	Não
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	Não
Comutação bibliográfica	Não
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	Sim
Reserva da bibliografia usada nos cursos	Sim
Horário de funcionamento diário ininterrupto	Sim
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	Sim

Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	Não
Acessibilidade do site na Web	Sim. Para consulta do acervo
Página Web da biblioteca	Não
Capacitação de usuários (presencial)	Sim
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	Não
Pesquisa bibliográfica	Sim
Empréstimo domiciliar	Sim
Serviço de auto-empréstimo	Não
Participação no Portal. Periódicos Capes	Sim, para acesso
Biblioteca digital institucional	Não

III- Títulos Digitais

Campus		Cachoeiro de Itapemirim			
Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição					
Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra	0	0	0	0	0
Ciências Biológicas	0	0	0	0	0
Engenharia e Tecnologia	0	0	0	0	0
Ciências da Saúde	0	0	0	0	0
Ciências Agrárias	0	0	0	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0	0	0	0
Ciências Humanas	0	0	0	0	0
Linguística	0	0	0	0	0
Multidisciplinar	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

10.10 CAMPUS SÃO MATEUS

10.10.1 Objetivos e metas da instituição

Organização Administrativa

A política de Gestão Administrativa visa oferecer ferramentas aos gestores para operacionalização dos objetivos, estratégias e ações previstas neste plano, entendendo assim que uma gestão planejada e executada democraticamente é um dos elementos básicos da concepção de uma Instituição capaz de cumprir com sua missão. A elaboração do Plano de Ação constitui-se, portanto, numa oportunidade para o Campus estimular sua capacidade, no intuito de refletir de modo participativo sobre sua política acadêmica e organizacional.

Tabela 1: Política de Gestão Administrativa

POLÍTICAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
1. Adequar e modernizar a estrutura organizacional da Instituição para atender ao planejamento estratégico proposto;	Planejar estrategicamente a organização e dotá-la de uma estrutura administrativa coerente com as características da organização e de seu ambiente;	Adequar os ambientes para comodidade e conforto dos usuários;	2009 – 2013
		Treinar e capacitar os usuários do sistema;	2009 – 2013
		Adequar a administração da Instituição a processos que busquem a desburocratização, a modernização, a agilidade de informações e a simplificação dos procedimentos administrativos;	2009 – 2013
		Implantar o Programa de Gestão pela Qualidade no Campus;	2009 – 2013
2. Implementar um programa de gestão e administração nos diversos níveis organizacionais da Instituição para tomada de decisões;	Implantar a gestão colegiada visando ampliar as relações entre seus membros e as demandas da comunidade;	Promover reuniões semanais ou quinzenais das coordenadorias para tomadas de decisões;	2009
		Incentivar a cultura do planejamento;	2009
	Ampliar a autonomia da gestão financeira;	Promover a padronização das tarefas visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Instituição;	2009
		Promover a gestão eletrônica dos documentos institucionais;	2010
		Definir competências e atribuições das coordenadorias;	2009
3. Consolidar parcerias com empresas e organizações da sociedade civil local e regional;	Realizar pesquisa de demanda junto às empresas locais e regionais, visando a implementação e implantação de atividades de formação continuada;	Visitar às empresas para fortalecimento de relações empresa-escola;	2009
		Estabelecer convênios para qualificação/aperfeiçoamento dos colaboradores das empresas locais e da região;	2009
4. Estruturar a Coordenadoria de integração escola-comunidade;	Fortalecer e melhorar a política de estágio do Campus;	Aumentar o quadro de servidores visando o atendimento nos três turnos;	2010
		Proporcionar um ambiente adequado para o bom atendimento ao aluno;	2010
		Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação da coordenadoria;	2010
5. Estruturar a Coordenadoria de Apoio ao Ensino;	Atender integralmente aos três turnos, garantindo uma boa organização do espaço escolar, assistindo ao professor e ao aluno nas dependências da Instituição;	Contratar servidores para atender as demandas da coordenadoria;	2010
		Estabelecer rotinas diárias para o cumprimento das normas estabelecidas pelo ROD e conselho de ética vigente;	2009

OBJETIVOS	POLÍTICAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		CRONOGRAMA
	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	
		Adequar o espaço físico que atenda as necessidades da coordenadoria;	2010
		Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação da coordenadoria;	2010
6. Criar a Coordenadoria de Comunicação Social para divulgação das atividades de gestão da produção acadêmica e cultural e inserção de alunos no mercado de trabalho	Implementar mecanismos de comunicação e divulgação para comunidade interna e externa promovendo a integração das ofertas de curso da Instituição;	Criar uma comissão de professores e servidores técnicos-administrativo para preparar uma divulgação influenciadora e direta nas escolas e empresas;	2009
		Confeccionar materiais de divulgação: folder, banner, prospectos e outros.	2009
		Adequar o espaço físico que atenda as necessidades da coordenadoria;	2010
		Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação da coordenadoria;	2010
7. Criar a Coordenadoria do Núcleo de Gestão Pedagógica da Instituição.	Otimizar e uniformizar as ações pedagógicas para o suporte técnico do Campus;	Adequar o espaço físico que atenda as necessidades da coordenadoria;	2010
		Atendimento ao discente e docente nos três turnos;	2009
		Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação da coordenadoria;	2010
8. Criar a coordenadoria do Serviço Social na Instituição;	Aprimorar e estruturar política de atendimento a comunidade interna e externa;	Atendimento ao discente e docente nos três turnos;	2010
		Contratar servidores para atender as demandas da coordenadoria;	2010
		Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação da coordenadoria;	2010
		Adequar o espaço físico que atenda as necessidades da coordenadoria;	2010
9. Criar a Coordenadoria de Almoarifado da Instituição;	Separar o almoarifado da Coordenadoria de Patrimônio;	Aprimorar e agilizar os procedimentos de recebimentos e distribuição de materiais;	2009
		Contratar servidores para atender as demandas da coordenadoria;	2009
		Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação da coordenadoria;	2010
		Adequar o espaço físico que atenda as necessidades da coordenadoria;	2010
		Treinar e capacitar os servidores para operacionalização do sistema de almoarifado;	2009
		Aperfeiçoar o sistema de almoarifado já existente;	2009
10. Estruturar o Coordenadoria de Patrimônio	Criar mecanismos de segurança informatizados para controle dos bens patrimoniais.	Implantar o controle dos bens por meio de chip eletrônico, substituindo a identificação por plaquetas;	2010
		Treinar e capacitar os servidores para operacionalização do sistema de Patrimônio;	2009
11. Criar a Coordenadoria de Protocolo e arquivo.	Implantar e implementar políticas de atendimento a comunidade interna e externa;	Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação da coordenadoria;	2010
		Contratar pessoal para atender as demandas da coordenadoria;	2009

OBJETIVOS	POLÍTICAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		CRONOGRAMA
	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	
		Treinar e capacitar os servidores para operacionalização do sistema do Protocolo e Arquivo;	2009
		Adequar o espaço físico que atenda as necessidades da coordenadoria;	2010
12. Ampliar o sistema de informatização do Campus em virtude da Expansão e descentralização;	Reestruturar a Coordenadoria de Tecnologia da Informação;	Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação da coordenadoria;	2010
		Contratar pessoal para atender as demandas da coordenadoria;	2010
	Dar suporte técnico aos usuários do sistema.	Treinar e capacitar os servidores para suporte técnico nas áreas pedagógicas e administrativas;	2009
		Treinar e capacitar os usuários do sistema;	2009
13. Criar administração democrática sistematizada com projetos de ensino, pesquisa, participação efetiva e compromisso da comunidade na política institucional;	Integrar as coordenadorias na elaboração e implantação de projetos de ensino, pesquisa, extensão e produção;	Implantar cronograma semestral e anual do plano de ação com participação de todos os segmentos do Campus;	2009 – 2013
		Avaliar e reestruturar o Regulamento da Organização Didática do Instituto com participação de representantes das coordenadorias de ensino;	2009 – 2013
14. Criar a Comissão Própria de Avaliação (CPA);	Implantar uma política sistematizada de avaliação do Campus;	Compor a equipe de docentes e técnicos-administrativos;	2009
		Elaborar indicadores de desempenho para os diversos níveis organizacionais;	2009
15. Criar o departamento de Pesquisa, Extensão e produção;	Organizar a política de pesquisa científica, extensão e produção;	Incentivar a política de pesquisa, extensão e produção pelos discentes e docentes do Campus;	2010
16. Criar a Coordenadoria de Contabilidade do Campus São Mateus;	Descentralizar as atividades do Sistema, em virtude da expansão;	Adequação de espaço físico;	2009
		Treinar e capacitar servidores para atuarem na Coordenadoria;	2009
		Adquirir mobiliários e equipamentos para estruturação da coordenadoria;	2009
		Realizar os procedimentos contábeis pelo próprio campus;	
17. Criar a Coordenadoria Orçamentária e Financeira do Campus São Mateus;	Descentralizar as atividades do Sistema em virtude da expansão;	Adequação de espaço físico;	2009
		Treinar e capacitar servidores para atuarem na Coordenadoria;	2009
		Adquirir mobiliários e equipamentos para estruturação da coordenadoria;	2009
		Realizar a Gestão Financeira e Orçamentária pelo campus;	2009
18. Viabilizar um atendimento jurídico para o Campus sempre que necessário;	Dar suporte técnico na área jurídica;	Viabilizar um Procurador Federal para prestar assistência nos diversos departamentos do Campus;	2010
19. Criar o Conselho Escolar do Campus São Mateus;	Envolver representantes dos servidores, discentes e representantes da sociedade civil na tomada de decisões de caráter relevante;	Normatizar a política de organização do Conselho;	2009

POLÍTICAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
20. Criar Coordenadoria de Suporte Técnico;	Oferecer suporte técnico apoio ao usuário no Campus São Mateus;	Montar laboratório de instalação e manutenção;	2010
		Treinar e capacitar servidores para atuarem na Coordenadoria;	2010
		Adquirir mobiliários e equipamentos para estruturação da coordenadoria;	2010

Organização e Gestão de Pessoal

Na política de Gestão de desenvolvimento de pessoal do Ifes – Campus São Mateus, pretende-se criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando oportunidade de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e de competências, por meio de compromisso com a instituição e com a sociedade. Busca-se através das estratégias definidas para os próximos 05 (cinco) anos, propiciar um ambiente harmônico, humanístico nas relações de trabalho e convívio social.

Tabela 2: Política de Gestão de Pessoal

POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAL			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
1. Ampliar o quadro de pessoal efetivo com base na crescente demanda das atividades acadêmicas e administrativas;	Modernizar a organização do trabalho e a gestão de recursos humanos, buscando melhorar o clima organizacional e dinâmica do trabalho;	Contratar docentes e técnicos administrativos em educação;	2009 – 2013
		Promover agilidade administrativa nos processos de gestão;	2009 – 2013
2. Ampliar o quadro de estagiários com base na crescente demanda das atividades acadêmicas e administrativas.	Atender a necessidade das coordenadorias em virtude do crescimento do Campus;	Celebrar convênios com instituições de ensino públicas e privadas, contemplando também suas necessidades	2009 - 2013
		Selecionar estudantes que atenda o perfil das coordenadorias;	2009 - 2013
3. Implementar o plano de capacitação permanente dos servidores docentes e técnicos administrativos em Educação;	Garantir recursos orçamentários para efetivar a participação dos servidores;	Melhorar as condições e as relações do trabalho;	2009 – 2013
		Garantir o programa de formação continuada para todos os servidores;	2009 – 2013
		Participação em eventos locais, regionais e nacional. (Seminários, encontros, congressos, entre outros);	2009 – 2013
		Participação em cursos de qualificação, atualização, aperfeiçoamento, especialização, pós graduação lato – sensu e stricto – sensu;	2009 – 2013

		Execução de projetos e eventos institucionais.	2009 – 2013
4. Implantar um programa de desenvolvimento de pessoal, com ênfase na motivação para o compromisso institucional;	Implementar uma proposta de desenvolvimento humano aos servidores que possibilite a motivação no ambiente organizacional;	Criar programa de Ginastica Laboral para os servidores;	2009 – 2013
		Criar mecanismos de valorização do trabalho em equipe;	2009 – 2013
		Estimular a melhoria do Clima Organizacional;	2009 – 2013
5. Implementar programas de capacitação para gestores da Instituição;	Estabelecer programas específicos de capacitação que atenda as necessidades da Instituição;	Participar de cursos de capacitação com foco na gestão administrativa;	2009
		Preparar gestores para atuarem como líderes comprometidos com o desenvolvimento institucional;	2009
6. Implementar a política de remoção de servidores para outros campus, por meio de abertura de Edital;	Adequar a política de remoção de acordo com a legislação vigente;	Tornar o processo transparente;	2009

Políticas de Atendimento aos Discentes

Na Política de Atendimento aos Discentes do Ifes Campus São Mateus, vale ressaltar o comprometimento da Instituição com o fortalecimento da assistência ao aluno em diversos aspectos, capazes de estimular à permanência e ao acesso, favorecendo a integração desse acadêmico e a melhoria da qualidade de vida. E para que se cumpra o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante, será necessário a qualificação e manutenção de programas de assistência estudantil, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, visando a universalidade da cidadania.

Tabela 3: Política de Atendimento aos Discentes

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	ACÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 – 2013
1. Manter e ampliar auxílio transporte aos alunos com dificuldade financeira;	Garantir os recursos orçamentários necessários a manutenção do benefício;	Realizar entrevista com os aluno, através da análise socioeconômica;	2009 – 2013
		Aumentar a oferta de auxílio transporte aos discentes em 25 % ao ano;	2009 – 2013
2. Manter e ampliar a oferta de bolsas aos alunos com dificuldade financeira;	Garantir os recursos orçamentários necessários a manutenção do benefício;	Realizar entrevista com os aluno, através da análise socioeconômica;	2009 – 2013

OBJETIVOS	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES		CRONOGRAMA
	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	
			2009 – 2013
		Aumentar a oferta de bolsas de estudos aos discentes em 25% ao ano;	2009 – 2013
3. Manter e ampliar a oferta de bolsas de monitoria aos alunos que apresentarem bom rendimento nas atividades disciplinares;	Garantir os recursos orçamentários necessários a manutenção do benefício;	Auxiliar o docente nas atividades de laboratório;	2009 – 2013
		Atuar como colaborador nas atividades acadêmicas e administrativas;	2009 – 2013
		Prestar auxílio aos alunos com dificuldades na disciplina;	
		Aumentar a oferta de bolsas de monitoria aos discentes em 25% ao ano;	2009 – 2013
4. Manter o programa de reforço e atendimento aos discentes;	Melhorar o rendimento do aluno na sala de aula;	Envolver a classe docente na execução do programa;	2009 – 2013
		Fixar horários de aulas de reforço e atendimento ao aluno;	2009 – 2013
		Despertar no aluno a sua capacidade de aprendizagem;	2009 – 2013
5. Criar mecanismos de funcionamento das atividades de ensino nos três turnos.	Contribuir para universalização do acesso às atividades acadêmicas do Campus;	Atender a comunidade acadêmica nos três turnos letivos;	2009 – 2013
6. Efetivar o acesso dos usuários do sistema acadêmico.	Capacitar docentes e técnicos administrativos para alimentar periodicamente o sistema;	Permitir condições ao aluno de acompanhar a sua vida acadêmica;	2009 – 2013
		Oferecer acesso aos responsáveis pelo discente de acompanhar o seu rendimento;	2009 – 2013
7. Implantar o portal web do Campus São Mateus;	Criar página na internet própria do campus com links direcionados a cada setor vinculado ao aluno;	Oferecer à comunidade em geral acesso à internet;	2010
		Acompanhar o desenvolvimento do Campus;	2010
8. Estimular a criação do Grêmio Estudantil e sua atuação nos programas de atividades acadêmicas, culturais e científicas;	Fortalecer a participação dos discentes nas decisões da comunidade escolar;	Realizar campanhas educativas para a comunidade em geral;	2010
		Desenvolver atividades culturais, artísticas, de acompanhamento ao educando e técnico-científico, complementando processo educacional;	2010
9. Instituir políticas de acompanhamento dos egressos;	Criar e fomentar mecanismos de acompanhamento e apoio aos egressos;	Buscar parcerias com empresas da região;	2009 - 2013
		Realizar acompanhamento do aluno, através de visitas nas empresas;	2009 - 2013
10. Agilizar parcerias com órgãos de fomento visando a captação de recursos para oferta de bolsas de Iniciação Científica para estudantes do nível técnico e graduação;	Buscar parcerias junto à CNPq, Capes e outras agências de fomento;	Elaborar Projetos de cunho científico;	2010
		Publicações de artigos científicos;	2010
		Ampliar a participação do Campus em atividades de Pesquisa;	2010
		Fomentar as atividades de inovação tecnológica;	2010
11. Ampliar o acesso do aluno à internet e redes de informação;	Estimular os conhecimentos dos problemas do mundo presente em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;	Atender através de monitor que possibilite o acesso nos laboratórios nos três turnos;	2010

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 – 2013
			2010
			2009
		Adquirir novos equipamentos;	2010
12. Instituir programas de esportes, lazer e entretenimento;	Integrar a comunidade escolar com a sociedade;	Organizar e sediar eventos esportivos envolvendo instituições da rede pública, privada e a comunidade local;	2009
		Construir ginásio poliesportivo;	2009
13. Promover a inclusão e garantir as condições para permanência de pessoas com necessidades especiais;	Promover a capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento de pessoas portadoras de deficiências;	Adequar da infra-estrutura institucional, visando à acessibilidade;	2009
		Adequar programas e metodologias de ensino e aprendizagem de acordo com a legislação pertinente;	2009
14. Criar mecanismos que estimulem a permanência do aluno durante o curso;	Contribuir no processo de formação escolar do estudante, a fim de favorecer posicionamento quanto a sua trajetória de escolarização, no âmbito da relação entre a formação geral e a formação profissional;	Visitas técnicas em empresas do ramo;	2009
		Participação dos discentes em congressos, feiras, simpósios, outros;	2009
		Criar calendário de atividades educativas, esportivas, culturais;	2009
		Promover a integração entre a escola e a família;	2009
		Promover depoimentos de ex-alunos no Projeto de Boas Vindas;	2009
		Fomentar a criação de empresas júnior, por meio de encubadoras;	2009
15. Ampliar a política de estágios supervisionados dos cursos técnicos;	Firmar convênios com empresas públicas e privadas;	Aumentar o leque de parcerias com empresas da região;	2009 - 2013
		Atender a demanda da matriz curricular;	2009 - 2013

Políticas de Atendimento da Biblioteca

As bibliotecas do Ifes possuem uma Política de Desenvolvimento de Coleções, aprovada pela Câmara de Ensino em maio de 2008. De acordo com esta política, a aquisição de materiais informacionais, independente do suporte, é realizada prioritariamente a partir das indicações referenciais dos Projetos de Curso. Também a quantidade de itens a serem adquiridos é proporcional ao número de vagas ofertadas para cada curso. Desta forma, o acervo cresce proporcionalmente ao aumento do número de vagas e cursos ofertados.

Tabela 4: Previsão de Aquisição de Material Informacional.

AÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO				
	2009	2010	2011	2012	2013
Compra de livros para atendimento aos Projetos de Curso Técnico Integrados de Mecânica e Eletrotécnica (compra em andamento, previsto um aumento de 100% do acervo de livros, com a inclusão de aproximadamente 1600 exemplares)	x				
Compra de livros para atendimento ao Projeto de Curso de Engenharia Mecânica	x	x			
Compra de material informacional diversificado para suporte às atividades didáticas correntes e de extensão (DVDs, Normas Técnicas)	x	x		x	
Compra de livros para atendimento ao Projeto de Curso de Engenharia Elétrica			x	x	
Compra de livros em atendimento aos Projetos do PROEJA-FIC		x			
Assinatura de periódicos nacionais e internacionais em atendimento aos cursos de graduação e pós-graduação ofertados (pelo menos três títulos de cada grande área)		x	x	x	x
Compra de livros para atendimento a Projetos de Cursos de Licenciatura				x	x
Compras para adequação do acervo, quando do eventual aumento de oferta de vagas dos cursos ofertados rotineiramente e/ou adequação de Plano de Curso com alteração de descrição de referências.		x	x	x	x
Compra de material informacional especial para atendimento a público com necessidades especiais (áudio-livros)			x	x	

Tabela 5: Características Físicas Atuais e Pretendidas

INFRA-ESTRUTURA DA BIBLIOTECA		
MODELO DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA BIBLIOTECA	OPÇÕES	
	2009	ATÉ 2013
SISTEMA DE BIBLIOTECAS: BIBLIOTECA CENTRAL, SETORIAIS E POSTO DE ATENDIMENTO	2	1
BIBLIOTECA CENTRAL	1	1
NÚMERO DE BIBLIOTECAS E POSTO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE	
	2009	ATÉ 2013
BIBLIOTECA	1	1
POSTO DE ATENDIMENTO	1	0
ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA	M2	
	2009	ATÉ 2013
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL (M2)	67	465
ÁREA DESTINADA AO ACERVO (M2)	11	300
ÁREA DESTINADA AOS USUÁRIOS (M2)	37	
NÚMERO DE SALAS DE LEITURA E ESTUDO	QUANTIDADE	
	2009	ATÉ 2013
SALA PARA ESTUDO INDIVIDUAL	0	20
SALA PARA ESTUDO EM GRUPO	0	4
NÚMERO TOTAL DE ASSENTOS	QUANTIDADE	
	2009	ATÉ 2013
NÚMERO TOTAL DE ASSENTOS	25	100
NÚMERO TOTAL DE COMPUTADORES	QUANTIDADE	
	2009	ATÉ 2013

NÚMERO TOTAL DE COMPUTADORES PARA ALUNOS	0	10
NÚMERO TOTAL DE COMPUTADORS PARA SERVIDORES	4	7
NÚMERO TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DE TODA A BIBLIOTECA	QUANTIDADE ATÉ FINAL DE 2008	
EMPRÉSTIMO PARA A COMUNIDADE INTERNA	1882	

Tabela 6: Pessoal Lotado na Coordenadoria de Biblioteca.

QUADRO DE PESSOAL LOTADO NA COORDENADORIA DE BIBLIOTECA							
GRAU DE FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	BIBLIOTECÁRIO		QUADRO AUXILIAR		ESTAGIÁRIO, BOLSISTA E MONITOR	
		2009	ATÉ 2013	2009	ATÉ 2013	2009	ATÉ 2013
MÉDIO	ESTATUTÁRIO	-	-	-	-	-	-
	OUTROS TIPO DE CONTRATOS	-	-	-	-	2	4
GRADUAÇÃO	ESTATUTÁRIO	2	-	2	4	-	-
	OUTROS TIPOS DE CONTRATOS	-	-	-	-	-	2
ESPECIALIZAÇÃO	ESTATUTÁRIO	1	2	-	-	-	-
	OUTROS TIPO DE CONTRATOS	-	-	-	-	-	-
TOTAL		3	2	2	4	2	6

Tabela 7: Serviços oferecidos.

SERVIÇO	INÍCIO DE EXECUÇÃO				
	2009	2010	2011	2012	2013
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	x				
Acesso disponível pela intranet aos serviços		x			
Acesso disponível pela internet ao acervo eletrônico	x	x			
Comutação bibliográfica		x			
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	x				
Horário de funcionamento ininterrupto		x			
Guarda-volumes	x	x			
Livre acesso ao acervo	x				
Acessibilidade a usuários com necessidades especiais		x			
Programas de atendimento ao usuário com necessidades especiais (saraus, tardes de leitura, projeção de filmes especiais)			x		
Acessibilidade de site na web		x	x		
Página da biblioteca na web			x		
Capacitação de usuários (presencial)		x			
Pesquisa bibliográfica		x			

Empréstimo domiciliar					
Serviço de reserva e renovação pela web		x			
Participação no Portal Capes	x				
Biblioteca Digital Institucional					x

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Organização Didático-Pedagógica

O Ifes Campus São Mateus, consciente das mudanças no mundo produtivo e das demandas identificadas na região, apresenta objetivos, estratégias e ações que visam a sustentabilidade e melhoria na organização didático-pedagógica, promovendo um ensino com qualidade e excelência.

- Perfil do Egresso

A Instituição consciente das transformações da realidade, tem como objetivo a participação no processo histórico quando da inserção dos seus egressos no mundo do trabalho e no contexto social. Com vistas a tais finalidades, a formação acadêmica deve dar condições aos seus egressos, de exercerem suas profissões de forma independente, autônoma e criativa, identificando os problemas, avaliando-os e conduzindo-os às possíveis soluções a partir de sólida competência técnica, científica e humanística.

Os Técnicos em Mecânica e em Eletrotécnica tem um crescente campo de atuação nas indústrias que cada vez mais têm buscado tecnologia de ponta, equipamentos modernos e a automatização de seus processos produtivos. No campo de atuação poderá atuar nas Indústrias de Extração Mineral, Metalúrgicas, Energia, Papel e Papelão, Alimentares, Química, Utilidade Pública, Materiais Plásticos, Têxtil, Construção Civil, Mecânica, Vestuário, Calçados, Tecidos, Minerais não Metálicos, Transporte, Editorial, Gráficas e diversas; empresas de Consultoria e Assessoria Técnica; além de auxiliar nas áreas de Administração de Recursos Humanos com técnicas de motivação, trabalho em grupo e levantamento das necessidades de aprimoramento de pessoal, avaliar situações de riscos de acidente de trabalho e de meio ambiente, planejamento de empreendimentos na política de qualidade e gerenciamento do processo de manutenção.

- A seleção dos conteúdos e o processo de avaliação são feitos de forma que oriente a formação do acadêmico nas diversas áreas, estando em consonância com os objetivos do curso visando a garantia de forma qualitativa e construtiva no perfil do egresso.

O conhecimento adquirido na formação profissional e a construção da identidade devem ser garantidos e desenvolvidos de forma simultânea, democrática e com igual importância ao longo de todo o processo formativo.

- O Plano de Ação tem apontado para que suas ações sejam fundamentadas nos princípios e diretrizes que respeitem e incluam as diferenças em todos os sentidos, sejam elas culturais, de diversidade e formas de conhecimento, de pluralidade nas formas e ritmos de aprender. O Campus têm buscado a cada dia, oferecer condições para inserção de alunos portadores de necessidades especiais, através de adequação da infra-estrutura física, capacitação de profissionais, com intuito de proporcionar o bem-estar do cidadão.

Tabela 8: Políticas Didático-Pedagógica

POLÍTICAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICA			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
1. Promover a divulgação das políticas e planejamento das coordenações junto à gerencia de ensino;	Manter uma comunicação entre o NGP, as coordenadorias de ensino e as gerencias;	Fixar reunião bimestral ou no início do ano letivo, para que seja divulgado o plano de ação das coordenadorias.	2009 - 2013
		Promover a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade na atividades de ensino;	2009 - 2013
2. Implantar o processo de avaliação e acompanhamento discente dos cursos Técnicos Integrados e demais cursos;	Normatizar visando a melhoria contínua do ensino – aprendizagem;	Elaborar normativas internas do processo avaliativo previsto.	2009 - 2013
		Produzir material avaliativo, implantar rotina e revisar quando necessário.	2009 - 2013
3. Planejar atividades educacionais, participando do planejamento estratégico pedagógico do Campus;	Consolidar ações que fortaleça as discussões em defesa do ensino de qualidade;	executar a reconstrução do projeto pedagógico;	2009 – 2013
4. Intensificar o processo de formação continuada dos educadores;	Elaborar projetos didático pedagógico;	Melhoria da qualidade de ensino;	2009 - 2013
		Comprometimento do docente na seqüência do conteúdo programático;	2009 - 2013
		Proporcionar trocas de experiências entre os docentes;	2009 - 2013
5. Acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento do projeto pedagógico;	Adequar o projeto pedagógico como um instrumento de gestão em nível geral da Instituição e específico de cada curso;	Fiscalizar o plano de disciplina	2009 - 2013
		Aprimorar o processo de formação dos discente de acordo com as diretrizes curriculares vigentes;	2009 - 2013

Oferta de Cursos e Programas

O Campus São Mateus possui atualmente 15 (quinze) turmas nos seguintes cursos: técnicos Concomitantes, técnicos Integrado com Ensino Médio, Especialização em PROEJA e aperfeiçoamento em PROEJA, sendo 05 (cinco) turmas no curso técnico em Mecânica com 203 (duzentos e três) alunos, 06 (seis) no curso técnico em Eletrotécnica com 183 (cento e oitenta e três) alunos, 02 (duas) no curso técnico Integrado com Ensino Médio, sendo uma em técnico em Mecânica e outra em técnico em Eletrotécnica, com 72 (setenta e dois) alunos, 01(uma) turma de aperfeiçoamento em PROEJA com 44 (quarenta e quatro) alunos e 01(uma) turma de especialização em PROEJA com 35 (trinta e cinco) alunos totalizando 537 (quinhentos e trinta e sete) discentes.

Pretende-se até 2013 ofertar os cursos distribuídos no quadro abaixo:

Tabela 9: Políticas na Oferta de Cursos e Programas

POLITICAS NA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 – 2013
1. Ofertar novas turmas de cursos integrados e concomitantes já existentes (Eletrotécnica e Mecânica);	Aprimorar o processo de formação dos discentes de acordo com as diretrizes curriculares vigentes;	Ampliar a oferta de vagas através do Processo Seletivo;	2009 - 2013
		Formar o cidadão para o mercado de trabalho;	2009 - 2013
		Elaborar e aprovar projeto de curso;	2009 - 2013
2. Implantar curso de qualificação na modalidade PROEJA FIC (Formação Inicial Continuada) nas áreas de mecânica e eletrotécnica;	Aprimorar o processo de formação do cidadão para o mercado de trabalho;	Firmar parcerias e convênios com prefeituras, Estados, empresas para efetivação dos cursos;	2009 - 2013
		Viabilizar recursos financeiros para implantação dos cursos;	2009 – 2013
		Viabilizar recursos humanos para implantação dos cursos através das parcerias efetivadas;	2009 – 2013
		Elaborar e aprovar projeto de curso;	2009
3. Implantar curso de graduação em Engenharia Mecânica;	Formar cidadãos na área do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua;	Viabilizar espaço físico para efetivação plena do curso;	2010
		Viabilizar recursos humanos para implantação do curso;	2010
		Elaborar e aprovar projeto de curso;	2010
4. Implantar curso de graduação em Engenharia Eletrotécnica;	Formar cidadãos na área do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua;	Viabilizar espaço físico para efetivação plena do curso;	2011

POLÍTICAS NA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 – 2013
		Viabilizar recursos humanos para implantação do curso;	2011
5. Implantar cursos de extensão para comunidade circunvizinha do Campus São Mateus;	Aprimorar o processo de formação do cidadão para o mercado de trabalho em curto prazo;	Firmar parcerias e convênios com prefeituras, Estados, empresas para efetivação dos cursos;	2009 - 2013
		Elaborar e aprovar projeto de curso;	2009 - 2013
		Viabilizar espaços físicos para efetivação plena dos cursos;	2009 - 2013
		Viabilizar recursos humanos para implantação do curso;	2009 – 2013
6. Ampliar a oferta de vagas para Pós graduação PROEJA Educação Básica;	Aprimorar o processo de formação do professor para o mercado de trabalho;	Firmar parcerias e convênios com prefeituras, Estados, empresas para efetivação dos cursos;	2009 - 2013
		Viabilizar espaços físicos para efetivação plena dos cursos;	2009 - 2013
		Viabilizar recursos humanos para implantação do curso;	2009 – 2013
7. Implantar o curso Técnico Integrado com Ensino Médio em Meio Ambiente no campus São Mateus;	Aprimorar o processo de formação do cidadão para o mercado de trabalho em longo prazo;	Elaborar e aprovar projeto de curso;	2009
		Viabilizar espaços físicos para efetivação plena do curso;	2010
		Viabilizar recursos humanos para implantação do curso;	2010
8. Implantar os cursos de Especialização Técnica na área de Metalmeccânica e Construção e Reparos (Instalações);	Preparar mão-de-obra qualificada para atender as diversidades do mercado de trabalho;	Elaborar e aprovar projeto de curso;	2009 – 2013
		Viabilizar espaços físicos para efetivação plena dos cursos;	2009 – 2013
		Viabilizar recursos humanos para implantação do curso;	2009 – 2013
9. Implantar o curso Técnico concomitante em Instrumentação no campus São Mateus;	Aprimorar o processo de formação do cidadão para o mercado de trabalho em médio prazo;	Elaborar e aprovar projeto de curso;	2010
		Viabilizar espaços físicos para efetivação plena dos cursos;	2011
		Viabilizar recursos humanos para implantação do curso;	2011

Políticas de Pesquisa, Produção e Extensão

A política de pesquisa do campus São Mateus deverá focar as áreas básicas e específicas priorizando as demandas sociais. A existência de profissionais competentes no Campus é a garantia de que serão desenvolvidas novas idéias, novas técnicas e novos mecanismos de seu domínio especial, permitindo o surgimento de centros de excelência, capazes de implementar e gerenciar o conhecimento. Vale ressaltar que a pesquisa não pode estar alheia a complexidade da realidade humana ao contrário, deve incentivar a produção de conhecimentos que possam contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas.

A extensão tem como princípio básico a prática acadêmica que interliga a instituição nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, viabilizando a visão transformadora entre o Campus e a sociedade.

É o conjunto de ações capaz de credenciar o profissional junto à sociedade, já que a Instituição é um espaço privilegiado de produção do conhecimento, mas que só faz sentido no contexto da superação das desigualdades sociais. A prática da extensão deve possibilitar a constante busca do equilíbrio entre as demandas advindas da sociedade e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Tabela 10: Políticas na Pesquisa, Produção e Extensão

POLÍTICAS NA PESQUISA, PRODUÇÃO E EXTENSÃO			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
1. Criar o Núcleo de Extensão e produção	Proporcionar o ambiente necessário para o desenvolvimento de pesquisas em temas multidisciplinares na fronteira do conhecimento.	Adquirir mobiliários e equipamentos para adequação do Núcleo;	2011
		Adequar um espaço físico que atenda as necessidades do Núcleo;	2011
2. Implantar grupos de pesquisa técnico-científicas.	Incentivar o corpo docente e discente a desenvolver projetos de pesquisa científica, de forma a possibilitar a estruturação de grupos de pesquisa, visando à integração da pesquisa com o ensino e a extensão.	Estimular a complementação de formação dos docentes para que se aperfeiçoem como pesquisadores;	2011
		Inserir e consolidar a inserção da pesquisa e dos pesquisadores no cenário local, regional, nacional e internacional.	
3. Promover e apoiar a participação e reuniões e eventos científicos, inclusive com a alocação de recursos para trabalhos de excelência;	Elaboração de um cronograma unificados de eventos em reuniões científicas no âmbito da Instituição;	Produzir artigos científicos;	2011
		Incentivar a publicação de trabalhos técnicos e científicos em periódicos científicos nacionais e internacionais;	2011

POLITICAS NA PESQUISA, PRODUÇÃO E EXTENSÃO			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
		Estimular a participação em congressos nacionais e internacionais para apresentação dos trabalhos;	2011
4. Integrar as ações de ensino com a sociedade, fortalecendo o campus através da realização de convênios nas áreas sociais, científicas, cultural, ambiental e artística;	Implantar pelo menos um programa de cada área, visando ao desenvolvimento sócio-comunitário, contemplando ações nas áreas cultural, social, esportiva, científica, tecnológica e artística, destinada à comunidade;	Expandir no médio prazo as atividades de pesquisa para outras áreas de conhecimento;	2009
		Equilíbrio da prestação de serviços disseminação do conhecimento com a integração escola-comunidade e construção cultural;	2009
		Formalizar convênios e parcerias com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão públicas ou privadas;	2009
		Palestras com a sociedade civil organizada;	2009
		Valorização da participação discente nas atividades de extensão, efetivada por processo de integração curricular;	2009
5. Desenvolver propostas de empreendedorismo;	Implementar ações que proporcionem a criação de um programa de empreendedorismo, visando ao estabelecimento de uma relação interativa e estimuladora da geração de conhecimentos ou de inovações tecnológicas;	Promover a formação de indivíduos de forma que se tornem cidadãos conscientes, profissionalmente competentes e participativos, intimamente inseridos no processo de transformação - condições indispensáveis para que possam atuar como propulsores do desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país;	2011
		Fomentar a incubação de empresas que tenham um componente de inovação e desenvolvimento tecnológico;	2011
		Formar cultura empreendedora junto aos alunos dos diversos cursos;	2011
		Ampliar interface com o setor produtivo;	2011
	Desenvolver a capacidade empreendedora dos alunos;		
	Reforçar a criação de empresas que causem impactos econômicos diretos na comunidade criando empregos e gerando rendas;		

POLÍTICAS NA PESQUISA, PRODUÇÃO E EXTENSÃO			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
6. Implantar o Programa de Iniciação Científica;	Envolver toda comunidade escolar em torno de temáticas de interesse comum, buscando o reconhecimento dos trabalhos realizados;	Oportunizar à comunidade, em geral, acesso a processos contínuos de formação profissional, qualificação, reprofissionalização, especialização, aperfeiçoamento e atualização tecnológica;	2011
7. Incentivar a participação dos docentes e discentes na produção científica;	Apresentar e divulgar os trabalhos em feiras, congressos, simpósios, outros;	Incentivar o desenvolvimento do espírito de indagação inerente ao jovem, oportunizando, através de ferramentas tecnológicas modernas e satisfatórias, a busca sistemática e permanente do conhecimento.	2011
	Viabilizar a participação dos docentes em cursos de pós-graduação stricto-sensu.	Planejar a saída dos docentes e técnico-administrativos afim de qualificaram-se.	2009-2013

Tabela 11: Políticas na Infra-estrutura física, Acadêmica e Equipamento

POLÍTICAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ACADÊMICA E EQUIPAMENTO.			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
1. Construir o prédio principal do campus São Mateus, visando o aumento da oferta de vagas dos cursos existentes e abertura de novos cursos;	Ampliar e redimensionar a infraestrutura física e os recursos materiais visando atender à crescente demanda das necessidades acadêmicas e administrativas;	Relocar a estrutura física do curso técnico em mecânica;	2010
		Relocar a estrutura física dos ambientes pedagógicos e administrativos;	2010
		Ampliar a oferta de vagas dos cursos técnicos e formação inicial continuada;	2010
		Adquirir mobiliários e equipamentos (mesa, cadeira, carteiras escolares, armários e outros), visando adequação do novo prédio;	2010
		Adquirir equipamentos de informação (Hardware, software, projetor multimídia, retroprojetar) ;	2010
2. Construir os laboratórios de Sistemas Elétricos de Potência, Instrumentação, manutenção eletro-eletrônica, Subestações, laboratório de pesquisas técnico-científicas, visando atender o curso técnico em eletrotécnica;	Ampliar e redimensionar a infraestrutura física e os recursos materiais visando atender à crescente demanda das necessidades acadêmicas e administrativas;	Relocar parte da estrutura física do curso técnico em eletrotécnica;	2010
		Ampliar a oferta de vagas dos cursos técnicos e formação inicial continuada;	2010
		Adquirir mobiliários e equipamentos (mesa, cadeira, carteiras escolares, armários e outros), visando adequação do novo prédio;	2010

POLÍTICAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ACADÊMICA E EQUIPAMENTO.			
OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AÇÃO	CRONOGRAMA
			2009 - 2013
		Adquirir equipamentos de informação (Hardware, software, projetor multimídia, retroprojetor) ;	2010
3. Construir ginásio poliesportivo;	Atender as aulas de Educação Física e motivar os alunos para a prática de esportes;	Contratar empresa para execução da obra;	2009
		Realizar competições esportivas locais e regionais;	2010
		Realizar a integração entre a comunidade escolar e a sociedade;	2010
4. Construir a estrutura física para atender os laboratórios de Química, Física, Matemática e Biologia, visando atender os cursos já existentes e novos cursos;	Ampliar e redimensionar a infraestrutura física e os recursos materiais, visando atender a crescente demanda das necessidades acadêmicas e administrativas;	Ampliar a oferta de vagas dos cursos técnicos integrados e novos cursos;	2010 - 2011
		Adquirir mobiliários e equipamentos (mesa, cadeira, carteiras escolares, armários e outros), visando adequação dos cursos Técnico Integrado, Técnico em Meio Ambiente, graduações em Engenharia Mecânica e Engenharia Eletrotécnica;	2009- 2011
		Adquirir equipamentos de informação (Hardware, software, projetor multimídia, retroprojetor) ;	2009 - 2011
5. Criar um espaço físico para depósito de bens inservíveis;	Guardar os equipamentos em condições de uso;	Construir a estrutura física adequada para acomodação dos bens inservíveis;	2011
		Organizar o espaço físico do Campus;	2011
6. Construir infraestrutura física adequada, visando atender a demanda da coordenadoria de Biblioteca;	Ampliar e redimensionar a infraestrutura física e os recursos materiais, visando atender à crescente demanda das necessidades acadêmicas e administrativas;	Construir a estrutura física adequada para acomodação do acervo bibliotecário;	2011
		Contemplar a demanda da comunidade geral;	2011
		Adquirir mobiliários e equipamentos (mesa, cadeira, carteiras escolares, armários e outros), visando adequação do novo prédio;	2011
7. Construir laboratório de Mecânica dos Fluidos;	Atender a demanda dos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Eletrotécnica;	Adquirir equipamentos de informação (Hardware, software, projetor multimídia, retroprojetor) ;	2011
		Relocar parte da estrutura física do curso técnico em eletrotécnica;	2010
		Ampliar a oferta de vagas do curso de Engenharia Mecânica;	
8. Construir laboratório de Vibrações de Sistemas Mecânicos;	Atender a demanda do curso de Engenharia Mecânica;	Adquirir mobiliários e equipamentos (mesa, cadeira, carteiras escolares, armários e outros);	2011
		Adquirir equipamentos de informação (Hardware, software, projetor multimídia, retroprojetor) ;	
		Relocar parte da estrutura física do curso técnico em eletrotécnica;	
		Ampliar a oferta de vagas do curso de Engenharia Mecânica;	

10.10.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	São Mateus
---------------	-------------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq								
Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes: (Títulos)		Publicações Não Correntes: (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia	
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros		
Ciências Exatas e da Terra	98	159	3	11				
Ciências Biológicas	12	14						
Engenharia / Tecnologia	253	708	17	220				
Ciências da Saúde	4	12						
Ciências Agrárias	2	6						
Ciências Sociais Aplicadas	84	131						
Ciências Humanas	58	97	8	54				
Linguística Letras e Artes	198	229						
Multidisciplinar			6	60				
Total	709	1356	34	345	0	0	0	0

II- Infra-estrutura

Campus	São Mateus
---------------	-------------------

Infra-estrutura da Biblioteca

Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	1 posto atendimento
Biblioteca Central	1

Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	1

Espaço físico da Biblioteca	m ²
Área Construída Total (m ²)	67
Área Destinada ao Acervo (m ²)	11
Área Destinada aos Usuários (m ²)	37

Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	0
Sala para Estudo em Grupo	0

Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	25

Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	2 (para servidores)

Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	1.882
Empréstimo para a Comunidade Externa	0
Total de Empréstimos	1.882

Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	x
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	
Comutação bibliográfica	
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	x
Reserva da bibliografia usada nos cursos	
Horário de funcionamento diário ininterrupto	
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	x
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	
Acessibilidade do site na Web	
Página Web da biblioteca	
Capacitação de usuários (presencial)	
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	
Pesquisa bibliográfica	
Empréstimo domiciliar	x
Serviço de auto-empréstimo	
Participação no Portal. Periódicos Capes	
Biblioteca digital institucional	

III- Títulos Digitais

Campus	São Mateus				
Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição					
Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra		43			
Ciências Biológicas					
Engenharia e Tecnologia		101		12	
Ciências da Saúde		6			
Ciências Agrárias					
Ciências Sociais e Aplicadas		14			
Ciências Humanas		7		2	
Linguística				4	
Multidisciplinar		6		1	
Total	0	177	0	19	0

10.11 CAMPUS CARIACICA
10.11.1 Objetivos e metas da instituição

O quadro a seguir apresenta o cronograma estimado das principais metas estabelecidas para o *Campus Cariacica* para o período 2009-2013.

	2009
ANO/ AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Implantar FIC EJA em parceria com a PMC com o curso Assistente Administrativo – 40/80 vagas;</i> • <i>Oferecer mais uma turma de Engenharia de Produção – 40 vagas.</i> • <i>Oferecer mais uma turma de Pós Graduação Lato senso em Engenharia de Produção com ênfase em Gestão Organizacional – Incentivar a produção de artigos de docentes e discentes com vistas a implantar o Mestrado em Engenharia de Produção em 2011.</i> • <i>Estudar a viabilidade dos cursos Técnicos Integrados se transformarem em anuais;</i> • <i>Remodelar os Currículos dos Cursos Técnicos Integrados com vistas à empregabilidade;</i> • <i>Formar Comissão de estudos para implantação da Licenciatura em Física para o ano de 2010.</i> • <i>Analisar os perfis de docentes a serem contratados por meio de Concurso Público;</i> • <i>Estabelecer convênios/parcerias com Empresas.</i>

	2010
ANO/ AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Implantar FIC EJA em parceria com a PMC com o curso de Logística – 40 vagas;</i> • <i>Implantar PROEJA em parceria com o Estado em nível Técnico com o curso de Gestão/Técnico em Administração – 40 vagas;</i> • <i>Oferecer mais uma turma de Engenharia de Produção – 40 vagas.</i> • <i>Oferecer mais uma turma de Pós Graduação Lato senso em Engenharia de Produção com ênfase em Gestão Organizacional – Incentivar a produção de artigos de docentes e discentes com vistas a implantar o Mestrado em Engenharia de Produção em 2011.</i> • <i>Ofertar cursos Técnicos Integrados em Operação Portuária e Eletromecânica com ênfase em Ferrovias;</i> • <i>Implantar a Licenciatura em Física;</i> • <i>Analisar os perfis de docentes a serem contratados por meio de Concurso Público;</i> • <i>Estabelecer convênios/parcerias com Empresas.</i> • <i>Dar entrada na CAPES do projeto de Mestrado em Engenharia de Produção</i>

	2011
ANO/ AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Avaliar os cursos oferecidos de acordo com a demanda da região;</i> • <i>Implantar o Mestrado em Engenharia de Produção em 2011.</i> • <i>Trazer para a Sede principal do Campus Cariacica o curso de transporte que está no Campus Vitória;</i> • <i>Estabelecer convênios/parcerias com Empresa.</i>

	2012
ANO/ AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Avaliar os cursos oferecidos de acordo com a demanda da região;</i> • <i>Oferecer mais uma turma de Mestrado em Engenharia de Produção.</i> • <i>Estabelecer convênios/parcerias com Empresa.</i>

ANO/ AÇÕES	2013
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os cursos oferecidos de acordo com a demanda da região; Oferecer mais uma turma de Mestrado em Engenharia de Produção com vistas a implantar o doutorado em 2015. Estabelecer convênios/parcerias com Empresa.

10.11.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	Cariacica
--------	-----------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq								
Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes: (Títulos)		Publicações Não Correntes: (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia	
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros		
Ciências Exatas e da Terra	54	233						
Ciências Biológicas	12	98						
Engenharia / Tecnologia	92	530	4		33		1	
Ciências da Saúde	4	9			1			
Ciências Agrárias	0	0						
Ciências Sociais Aplicadas	105	503	1		4			
Ciências Humanas	38	119			8		4	
Linguística Letras e Artes	43	104						
Multidisciplinar	5	12	2		1			
Total	353	1608	7	0	47	0	5	0

II- Infra-estrutura

Campus	CARIACICA
--------	-----------

Infra-estrutura da Biblioteca	
Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	
Biblioteca Central	X
Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	1
Espaço físico da Biblioteca	m ²
Área Construída Total (m ²)	59
Área Destinada ao Acervo (m ²)	14
Área Destinada aos Usuários (m ²)	24

Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	0
Sala para Estudo em Grupo	0

Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	18

Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	6

Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	2.515
Empréstimo para a Comunidade Externa	0
Total de Empréstimos	2.515

Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	SIM
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	SIM
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	NÃO
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	NÃO
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	NÃO
Comutação bibliográfica	NÃO
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	SIM
Reserva da bibliografia usada nos cursos	SIM
Horário de funcionamento diário ininterrupto	SIM
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	SIM
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	NÃO
Acessibilidade do site na Web	NÃO
Página Web da biblioteca	NÃO
Capacitação de usuários (presencial)	SIM
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	NÃO
Pesquisa bibliográfica	SIM
Empréstimo domiciliar	SIM
Serviço de auto-empréstimo	NÃO
Participação no Portal. Periódicos Capes	NÃO
Biblioteca digital institucional	NÃO

III- Títulos Digitais

Campus	Cariacica
--------	-----------

Total de Títulos em formato digital/ eletrônico de propriedade da instituição

Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
-----------	--------	-----	----	---------	-------------------------

Ciências Exatas e da Terra				6	
Ciências Biológicas				3	
Engenharia e Tecnologia		7		2	1
Ciências da Saúde					
Ciências Agrárias					
Ciências Sociais e Aplicadas				4	
Ciências Humanas					

Linguística		1		3	
Multidisciplinar					
Total	0	8	0	18	1

10.12 CAMPUS ARACRUZ

10.12.1 Objetivos e metas da instituição

Os processos seletivos 2008/2 e 2009/1 indicam a existência de crescente demanda por vagas nos cursos técnicos de mecânica e química. Em 2008/2, primeiro processo seletivo do Campus Aracruz, o número de candidatos por vaga para o curso de mecânica foi 2,8 enquanto que para química a proporção foi 3,17 candidatos por vaga. Em 2009/1, segundo processo seletivo do Campus Aracruz, o número de candidatos por vaga para o curso de mecânica foi 4,77 enquanto que para química a proporção foi 4,63 candidatos por vaga.

Vale ressaltar que, se a estrutura física do Campus Aracruz não sofrer elevada expansão em um curto período de tempo, ele não terá condições de atender a emergente demanda oriunda dos arranjos produtivos locais. Uma informação que ilustra como a limitação da estrutura física do Campus Aracruz impacta a oferta de vagas é o cancelamento do seu processo seletivo 2009/2.

Para os próximos cinco anos, o Campus Aracruz pretende expandir sua área construída de 2.600m² para cerca de 11.000m². Esse incremento de área construída é necessário para que se possa atingir uma capacidade de atendimento de 1.200 alunos em três turnos diários de funcionamento letivo.

A análise realizada nos dados fornecidos pelo SINE-Aracruz indicam forte necessidade de capacitação de mão-de-obra local, indicando a necessidade de oferta de cursos de Formação Inicial Continuada – FIC, tanto para as ocupações típicas das áreas de serviços quanto para as áreas industriais.

Atualmente o Campus Aracruz não oferta cursos na modalidade FIC. Mas, em função das demandas locais e de sua capacidade de atendimento, a instituição planeja ofertar as seguintes modalidades de cursos profissionalizantes:

- Formação Inicial e Continuada (FIC) de nível básico;
- Formação Inicial e Continuada (FIC) de nível básico em petróleo e gás;
- Formação Inicial e Continuada para Jovens e Adultos (PROEJA/FIC) de nível básico;
- Formação Inicial e Continuada para Portadores de Necessidades Especiais.

No estado do Espírito Santo há uma carência de professores de química, o que oportuniza a criação de um curso superior de licenciatura em química no Campus Aracruz.

Nesse contexto, as principais metas do Campus Aracruz para o período 2009-2013 são:

- Expansão da área construída de 2.600 m² para cerca de 11.000 m²;
- Aumentar a oferta de vagas para cursos técnicos, possibilitando ao Campus passar de 320 alunos regularmente matriculados para cerca de 1.000 alunos;
- Assinatura de Convênio com a empresa Petrobras objetivando apoiá-la no atendimento de condicionantes propostas por órgãos ambientais governamentais e execução de Programa de Trabalho de Capacitação, Qualificação e Certificação de mão-de-obra (TABR Barra do Riacho);
- Buscar a formação de parcerias ou convênios com empresas privadas ou entidades governamentais, proporcionando condições de inclusão social às populações carentes, principalmente através da ofertar de cursos na modalidade FIC;
- Aumentar a área do terreno do Campus Aracruz de 30.000m² para cerca de 50.000m²;
- Criação de Centro de Inclusão Digital - CID;
- Criação de Centro de Certificação Acadêmica;
- Criação de Cursos de Graduação em Química;
- Criação do Centro Vocacional do Trabalho (CVT) em soldagem;
- Implementação do projeto Cidades da Solda;
- Certificação de laboratórios de metrologia mecânica, metrologia química e ensaios de materiais;
- Promover a pesquisa aplicada, sobretudo àquela orientada a solução dos problemas encontrados nos arranjos produtivos locais.

O próximo quadro apresenta o cronograma estimado das principais metas estabelecidas para o Campus Aracruz para o período 2009-2013.

Metas	2009	2010	2011	2012	2013	Resultado Esperado
Expansão da área construída						Capacidade de atender 1.200 alunos
Aumentar a oferta de vagas para cursos técnicos						Passar de 320 alunos regularmente matriculados

						em cursos técnicos para cerca de 1.000 alunos
Assinatura de Convênio com a empresa Petrobras e Execução de Programa de Trabalho de Capacitação, Qualificação e Certificação de mão-de-obra (TABR Barra do Riacho)						De 2010 a 2014 ofertar 400 vagas ano de cursos de formação inicial e continuada - FIC
Aumentar a área do terreno do Campus Aracruz						Proporcionar ao Campus condições de expansão futura
Criação de Centro de Inclusão Digital CID						Possibilitar aos cidadãos inclusão digital e posteriormente ao programa de saúde da família na rede de tele-saúde estadual
Criação de Centro de Certificação Acadêmica						Certificação de profissionais
Criação de Cursos de Graduação em Química						Formação de professores e mão-de-obra especializada
Implementar o projeto Cidades da Solda						Inclusão social de cidadãos através da formação de mão-de-obra especializada em soldagem
Certificação de laboratórios de metrologia mecânica, metrologia química e ensaios de materiais						Ser referência em Tecnologia Industrial Básica e prestar serviços especializados
Promover a pesquisa aplicada						Incentivar programas de iniciação científica e interação com os arranjos produtivos locais

10.12.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	Aracruz
---------------	----------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq							
Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes: (Títulos)		Publicações Não Correntes: (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	
Ciências Exatas e da Terra	32	293					
Ciências Biológicas	5	43					
Engenharia / Tecnologia	93	715					
Ciências da Saúde	1	1					

Ciências Agrárias								
Ciências Sociais Aplicadas	18	77						
Ciências Humanas	23	107						
Linguística Letras e Artes	13	105						
Multidisciplinar	13	79						
Total	198	1420	0	0	0	0	0	0

II- Infra-estrutura

Campus	Aracruz
---------------	----------------

Infra-estrutura da Biblioteca	
Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	
Biblioteca Central	X
Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	1
Espaço físico da Biblioteca	m²
Área Construída Total (m ²)	92,5
Área Destinada ao Acervo (m ²)	25,22
Área Destinada aos Usuários (m ²)	42,93
Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	
Sala para Estudo em Grupo	
Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	20
Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	7
Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	
Empréstimo para a Comunidade Externa	
Total de Empréstimos	0
Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	não
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	não
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	não
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	não
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	não
Comutação bibliográfica	não
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	sim
Reserva da bibliografia usada nos cursos	sim
Horário de funcionamento diário ininterrupto	sim
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	sim

Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	não
Acessibilidade do site na Web	não
Página Web da biblioteca	não
Capacitação de usuários (presencial)	sim
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	não
Pesquisa bibliográfica	sim
Empréstimo domiciliar	não
Serviço de auto-empréstimo	não
Participação no Portal. Periódicos Capes	sim
Biblioteca digital institucional	não

III- Títulos Digitais

Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição					
Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
Ciências Exatas e da Terra					
Ciências Biológicas					
Engenharia e Tecnologia					
Ciências da Saúde					
Ciências Agrárias					
Ciências Sociais e Aplicadas					
Ciências Humanas					
Linguística					
Multidisciplinar					
Total	0	0	0	0	0

10.13 CAMPUS LINHARES

O Campus de Linhares do Instituto Federal do Espírito Santo está instalado às margens do Rio Doce no extremo leste da área urbana do município. Em uma área 48.195 m² com uma série de edificações que foram doadas ao CEFET-ES pelo Município de Linhares pela LEI N.º 2754, de 07 de março de 2008.

Professores e Técnicos Administrativos aprovados nos concursos que tratam os editais 032/2008 (Técnico Administrativo em Educação) e 033/2008 (Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), foram chamados para tomar posse de seus cargos na Unidade de Ensino de Linhares

e assim que entraram em exercício, passaram por uma fase de treinamento nas Unidades de Vitória e da Serra para que pudessem ter um conhecimento inicial das atividades que iriam desempenhar.

A reforma das salas e das edificações ocorreu de Junho a Agosto de 2008 e no dia 08 de Setembro deste mesmo ano, foram iniciadas as aulas de dois cursos Técnicos na modalidade Concomitante, ou seja, para alunos que já haviam terminado o Ensino Médio ou que estavam cursando o terceiro ano. Os cursos eram Técnico em Automação Industrial e Técnico em Gestão Empreendedora nos turnos Vespertino e Noturno.

10.13.1 Objetivos e metas da instituição

2 - Gestão Institucional

2.1 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Aperfeiçoar os processos administrativos, buscando maior eficiência, eficácia e transparência.	Melhorar comunicação interna	x	x	x	x	x
	Elaborar e implantar manual de rotinas de trabalho	x	x			
	Criar a cultura do “multiplicador”	x	x	x	x	x
Implementar uma comissão de ética	Pesquisar regulamentos sobre o assunto	x				
	Elaborar normas e procedimentos da comissão	x	x			

2 – Gestão Institucional

2.2 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Aumentar a qualificação do corpo docente	Promover atividades regulares de atualização pedagógica para docentes	x	x	x	x	x
	Incentivar a participação em eventos, bem como publicações	x	x	x	x	x
Atualizar os dados de docentes	Solicitar currículo atualizado dos docentes na plataforma Lattes	x	x	x	x	x
Melhorar o desempenho dos servidores Técnicos Administrativos em Educação	Qualificar os servidores técnicos administrativos em educação por meio de cursos, palestras e eventos	x	x	x	x	x
	Estudar e atualizar-se da legislação que trata do servidor e suas atribuições, cooperando com a comissão de ética na aplicabilidade da mesma, aumentando a confiança tanto da direção quanto dos servidores.	x	x	x	x	x
Elaborar um Regimento Interno	Atuar junto à comissão de ética e direção para formalização de um regimento interno, elaborando e executando políticas públicas institucionais de desenvolvimento de recursos humanos.	x	x			

2 – Gestão Institucional

2.2 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Planejar treinamentos	Buscar parcerias para treinamentos internos e fornecer à direção administrativa um planejamento dessas atividades.	x	x	x	x	x
Contratar Docentes	Solicitar vagas em concurso público	x	x			x
Contratar Técnicos Administrativos em Educação	Solicitar vagas em concurso público	x	x	x		

2 – Gestão Institucional

2.3 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Aprimorar o atendimento ao aluno ingressante	Divulgar e distribuir o ROD	x	x	x	x	x

	Promover reunião com os pais dos alunos para apresentação do curso e orientações do Ifes	x	x	x	x	x
--	--	---	---	---	---	---

2 – Gestão Institucional

2.3 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar as medidas sócio-educativas	Realizar palestras e campanhas que desenvolva a consciência cidadã e ambiental em parceria com outros órgãos de governo e sociedade civil	x	x	x	x	x
Solicitar à prefeitura horário de ônibus compatível com a entrada e saída dos alunos	Manter contato com a prefeitura e empresa de ônibus para viabilizar/facilitar transporte	x	x			
Fazer o acompanhamento de egressos por meio do CIEE	Manter cadastro com informações atualizadas dos ex-alunos para informá-los de cursos, atividades e oportunidades de emprego		x	x	x	x
	Convidar ex-alunos (representante) para participação nas políticas para avaliação das grades curriculares		x	x	x	x
	Acompanhar a inserção de ex-alunos no mercado de trabalho		x	x	x	x

2 – Gestão Institucional

2.4 – POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Divulgar o Ifes no município de Linhares e adjacências	Divulgar em rádio do processo seletivo	x	x	x		
	Visitar as escolas públicas para divulgar os cursos oferecidos	x	x	x		
	Divulgar os cursos nas empresas	x	x	x	x	x
	<i>Releases</i> para jornais, emissoras de rádio e de televisão sobre os eventos institucionais	x	x	x	x	x
	Promover ações sociais com a comunidade em parceria com outros órgãos e sociedade civil	x	x	x	x	x
Promover ações junto à comunidade	Oferecer cursos de extensão	x	x	x	x	x
	Promover atividades abertas à comunidade (Festa Junina, Eventos Esportivos, etc.)	x	x	x	x	x

	Promover palestras abertas ao público	x	x	x	x	x
--	---------------------------------------	---	---	---	---	---

2 – Gestão Institucional

2.4 – POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Promover ações junto à comunidade	Dialogar com a Associação de Moradores para conhecer suas necessidades e expectativas quanto à instituição	x	x	x	x	x
	Criar parcerias com a Secretaria de Ação Social para ofertar cursos de qualificação para o trabalho e geração de renda	x	x	x	x	x

3 – Organização Acadêmica

3.1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Monitorar as dificuldades apresentadas pelos alunos (rendimento e relacionamento)	Aproximar o Núcleo de Gestão Educacional, o Serviço Social e Enfermagem para avaliar individualmente o aluno	x	x	x	x	x
	Manter reuniões periódicas com os professores para diagnóstico e propostas de ações	x	x	x	x	x

Oferecer um acompanhamento pedagógico ao aluno	x	x	x	x	x
--	---	---	---	---	---

3 – Organização Acadêmica

3.1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Monitorar as dificuldades apresentadas pelos alunos (rendimento e relacionamento)	Inteirar-se das atividades disciplinares	x	x	x	x	x
	Incentivar a organização de lideranças nas salas	x	x	x	x	x
Orientar e Supervisionar as atividades didáticas	Analisar e sugerir o planejamento da disciplina	x	x	x	x	x
	Acompanhar o desenvolvimento do plano de ensino	x	x	x	x	x
	Observar o desenvolvimento didático da disciplina	x	x	x	x	x
	Sugerir metodologias de trabalho diferenciadas	x	x	x	x	x
	Observar critérios de avaliação de conteúdos	x	x	x	x	x
	Acompanhar índices de recuperação paralela	x	x	x	x	x

Medir relações de conflito	x	x	x	x	x
----------------------------	---	---	---	---	---

3 – Organização Acadêmica

3.1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Criar material didático para as disciplinas técnicas (Cursos Integrados e Concomitantes)	Estimular os professores a confeccionar o material didático de suas disciplinas	x	x	x	x	
Diminuir a repetência	Criar horário para atendimento ao aluno pelo professor (individualmente ou em grupo)	x	x	x	x	x
	Orientar o aluno quando às técnicas de estudo	x	x	x	x	x
	Acompanhar o desenvolvimento dos alunos nas disciplinas	x	x	x	x	x
	Comunicar pais e responsáveis sobre a situação do aluno (notas e faltas) bimestralmente no Cursos Integrados	x	x	x	x	x
	Ampliar a oferta de monitoria	x	x	x	x	x

Estimular a permanência do aluno na instituição além do horário habitual das aulas em grupos de estudos na biblioteca e laboratórios	x	x	x	x	x
--	---	---	---	---	---

3 – Organização Acadêmica

3.1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Estudar o público ingressante na instituição	Elaborar e aplicar questionário sociocultural voltado às necessidades do Núcleo de Gestão Educacional	x	x	x	x	x
	Elaborar mapas, tabelas e gráficos do perfil do aluno	x	x	x	x	x
	Análise dos dados e propostas de ações	x	x	x	x	x
Manter a teoria aliada a prática	Promover visitas técnicas	x	x	x	x	x
	Incentivar projetos de estudo, extensão e pesquisa		x	x	x	x
Orientar professores/monitores para atuarem na modalidade EJA	Discutir perfil diferenciado do público com professores	x	x	x	x	x

	Auxiliar os professores na criação de material didático específico	x	x	x	x	x
	Orientar os professores sobre metodologias e formas de avaliação diferenciadas	x	x	x	x	x

3 – Organização Acadêmica

3.1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Diminuir a evasão	Monitorar o índice de evasão	x	x	x	x	x
	Investigar os casos de evasão	x	x	x	x	x
	Verificar a satisfação dos alunos com o curso e com a instituição	x	x	x	x	x

3 – Organização Acadêmica

3.2 – OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS				Ano				
Metas	Ações	Turno	Nº de Vagas	2009	2010	2011	2012	2013

Ofertar cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Técnico em Administração	Matutino e Vespertino	80 (40+40)	x	x	x	x	x
	Técnico em Automação Industrial	Matutino e Vespertino	64(32+32)		x	x	x	x
Ofertar cursos Técnicos na Modalidade Concomitante	Técnico em Administração	Noturno	40	x	x	x	x	x
	Técnico em Automação Industrial	Noturno	32	x	x	x	x	x
Ofertar cursos de graduação	Implantar o curso de Bacharelado em Administração	Noturno	40					x
	Implantar o curso de Letras Português/Espanhol	Noturno	40					

3 – Organização Acadêmica

3.2 – OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS		Ano					Turno	Nº de Vagas
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013		
Ofertar cursos PROEJA integrado à modalidade FIC	Criar parcerias com a Prefeitura	x					Noturno	30

	Pesquisar formas diferenciadas de acesso	x						
	Pesquisar demandas para a escolha dos cursos ofertados	x						
	Implementar o curso		x	x	x	x		
Ofertar cursos de extensão	Planejar cursos na área de Administração e Automação	x					Noturno	30
	Implementar os cursos		x	x	x	x		

4 – Infra-estrutura

PREVISÃO DE CUSTO E CRONOGRAMA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Adequar dois blocos já construídos para receber a Diretoria Geral e a administração	Climatização		x			
10.10 R\$ 160.000,00	Iluminação		x			

	Mobiliário (aquisições de mesas, cadeiras, gaveteiros, armários)		x			
	Adaptação do espaço físico (instalação de persianas e divisórias)		x			
<p>Construir um auditório Para (+ ou -) 250 pessoas, 330 m², com rede lógica e combate a incêndio e revestimento</p> <p>10.11 R\$ 480.000,00</p>	Adaptação do espaço físico				x	
	Iluminação				x	
	Mobiliário (cadeiras e persianas)				x	
	Climatização				x	

4 – Infra-estrutura

PREVISÃO DE CUSTO E CRONOGRAMA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
<p>Construir uma estrutura anexa ao Ginásio de Esportes “tipo academia” 40 m²</p> <p>10.11.1 R\$ 80.000,00</p>	Iluminação			x		
	Aquisição de equipamentos para prática esportiva			x		

Sinalizar os espaços (Administrativo e Acadêmico) 10.12 R\$ 2.000,00	Confeccionar placas	X	X			
	Adequar Biblioteca 10.13 R\$ 220.000,00	Viabilizar a compra do acervo	X	X		
	Comprar mobiliário		X			
	Climatização		X			

4 – Infra-estrutura

PREVISÃO DE CUSTO E CRONOGRAMA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Adequar a estrutura física para pessoas com necessidades especiais 10.14 R\$ 25.000,00	Sinalização para deficientes visuais		X			
	Rampas de acesso – para o primeiro bloco		X			

	Elevador para segundo piso ou previsão de passarela para conexão com o futuro prédio		x			
	Telefone público e bebedouro adequado para PNEs		x			
Construir guarita 10.15 R\$ 4.000,00	Adequar acesso de estudantes e visitantes		x			
Ampliar refeitório 10.16 R\$ 30.000,00	Reforma e ampliação		x			
Construir ambiente para acomodar pessoal de Serviços Auxiliares 10.17 R\$ 12.000,00	Construção do espaço			x		

4 – Infra-estrutura

PREVISÃO DE CUSTO E CRONOGRAMA		Ano				
Metas	Ações	2009	2010	2011	2012	2013
Contratar serviço de água e esgoto Uma instalação de esgotos sanitários é formada por canalizações (tubos) e caixas, execução das redes prediais	Conexão ao serviço de água e esgoto		x			
Criar um serviço de copiadora	Fazer licitação para copiadora	x				
Criar um serviço de cantina	Fazer licitação para cantina	x				
Caixa d'água de 50.000 litros para atender ao campus 10.18 R\$ 70.000,00	Construção de caixa d'água de concreto		x			

9.13.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	Linhares
---------------	-----------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq

Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes (Títulos)		Publicações Não Correntes (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia	
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros		
Ciências Exatas e da Terra	87	273						
Ciências Biológicas	18	41						
Engenharia / Tecnologia			3					
Ciências da Saúde								
Ciências Agrárias								
Ciências Sociais Aplicadas								
Ciências Humanas	36	38						
Linguística Letras e Artes	5	65						
Multidisciplinar	4	4						
Total	150	421	3	0	0	0	0	0

II- Infra-estrutura

Campus	Linhares
---------------	-----------------

Infra-estrutura da Biblioteca

Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	não
Biblioteca Central	sim

Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	0

Espaço físico da Biblioteca	m ²
Área Construída Total (m ²)	323
Área Destinada ao Acervo (m ²)	100
Área Destinada aos Usuários (m ²)	223

Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	0
Sala para Estudo em Grupo	0

Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade

Número Total de Assentos	0
---------------------------------	---

Número Total de Computadores	Quantidade
Número Total de Computadores	0

Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	341
Empréstimo para a Comunidade Externa	0
Total de Empréstimos	341

Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	não
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	não
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	não
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	não
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	não
Comutação bibliográfica	não
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	sim
Reserva da bibliografia usada nos cursos	sim
Horário de funcionamento diário ininterrupto	sim
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	sim
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	não
Acessibilidade do site na Web	não
Página Web da biblioteca	não
Capacitação de usuários (presencial)	sim
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	não
Pesquisa bibliográfica	sim
Empréstimo domiciliar	sim
Serviço de auto-empréstimo	não
Participação no Portal. Periódicos Capes	não
Biblioteca digital institucional	não

III- Títulos Digitais

Campus	Linhares
---------------	-----------------

Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição

Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
------------------	---------------	------------	-----------	----------------	--------------------------------

Ciências Exatas e da Terra	0	0	0	0	0
Ciências Biológicas	0	0	0	0	0
Engenharia e Tecnologia	0	0	0	0	0
Ciências da Saúde	0	0	0	0	0
Ciências Agrárias	0	0	0	0	0
Ciências Sociais e Aplicadas	0	0	0	0	0
Ciências Humanas	0	0	0	0	0
Linguística	0	0	0	0	0
Multidisciplinar	0	0	0	0	0

Total	0	0	0	0	0
--------------	----------	----------	----------	----------	----------

10.14 CAMPUS NOVA VENÉCIA

9.14.1 Objetivos e metas da instituição

CRONOGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL								
Nível Estratégico	Área de Atuação	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
1.Gestão Institucional	1.1 Gestão Institucional – Organização Administrativa	1.1.1 Aperfeiçoar o processo de gestão do Campus de Nova Venécia, visando à eficiência e eficácia administrativa.	• Promover programas de treinamento e capacitações no campus, evidenciando as melhorias dos processos.	X	X	X	X	X
			• Elaborar manuais de rotinas de trabalho e fluxo de atividades.	x				
			• Promover a discussão e participação dos servidores no processo de gestão do campus.	X	X	X	X	X
			• Incentivar a gestão participativa buscando o compromisso da comunidade acadêmica na definição e promoção das políticas institucionais.	x	x	x	x	x
1.Gestão Institucional	1.2 Gestão de Desenvolvimento de Pessoas	1.2.1 Instituir e desenvolver processo de aprimoramento dos servidores do campus, dimensionado as necessidades de pessoal, estabelecendo sua estrutura e competências, bem como a matriz de alocação de cargos e os critérios de distribuição de vagas, considerando a situação real em relação à situação ideal.	• Realizar estudo das condições de trabalho, evidenciando necessidades e insatisfações dos servidores, afim de sanar possíveis ineficácias, contribuindo para o bem estar dos servidores, proporcionando qualidade de vida;	X	X	X	X	X
			• Instituir plano de capacitação dos servidores técnico administrativos em educação e docentes, visando a eficácia de suas atividades.	X	X	X	X	X
			• Racionalizar processos de trabalhos através da adaptação à tecnologias disponíveis.	X	X	X		
			• Desenvolver política de valorização, humanização e ética dos servidores	X	X	X	X	X

CRONOGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL									
Nível estratégico	Área de Atuação	Objetivos	Metas	Período					
				2009	2010	2011	2012	2013	
			<ul style="list-style-type: none"> Promover levantamento das necessidades de pessoal diante do crescimento da instituição para solicitar aos órgãos competentes aumento do quadro de servidores. 	X	X	X	X	X	
			<ul style="list-style-type: none"> Capacitação do servidor para o exercício de suas atividades de forma articulada com a função social da Instituição, e para o desenvolvimento de ações de gestão pública voltadas para a qualidade socialmente referenciada, instrumentalizando-o para superar a alienação no trabalho. 	X	X	X	X	X	
		1.2.2 Promover a avaliação de pessoal como instrumento de melhoria contínua e crescimento humano e organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a avaliação de desempenho dentro dos critérios estabelecidos pelo Planejamento do Instituto. 	X	X	X	X	X	
1.Gestão Institucional	1.3 Políticas de Atendimento aos discentes	1.3.1 Fortalecer e apoiar a participação discente em eventos técnicos, sociais, científicos, artísticos e culturais	<ul style="list-style-type: none"> Criação de comissão para coordenar e estruturar atividades artístico-culturais como parte do processo pedagógico educativo e da cidadania. 	X	X	X	X	X	
			<ul style="list-style-type: none"> Promoção de eventos de caráter técnico-científicos; 	X	X	X	X	X	
			<ul style="list-style-type: none"> Estruturar sistemática de procedimentos para participação dos alunos em eventos gerais, tais como feiras, congressos, seminários, entre outros pertinentes aos cursos oferecidos. 	X	X	X			
			<ul style="list-style-type: none"> Realizar campanhas educativas junto a comunidade local 	X	X	X	X	X	

CRONOGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Nível Estratégico	Área de Atuação	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
		1.3.2 Desenvolver programa de apoio social ao discente.	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma coordenadoria de estágio (CIEE). 	x				
			<ul style="list-style-type: none"> Ampliação de programas da assistência estudantil para discentes (como bolsas de estudos, auxílio transporte, isenção de taxas e monitorias) 	x	x	x	x	x
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projeto de estágios para alunos junto as empresas da região, através de estabelecimento de parcerias/convênios com entidades públicas e privadas. 		x	x	x	x
		1.3.3 Proporcionar a inserção e a permanência de pessoas com necessidades especiais de forma a garantir às mesmas o direito a educação	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um Núcleo de apoio a atendimento a portadores de necessidades educacionais especiais. 	x				
			<ul style="list-style-type: none"> Adequação da parte de infra estrutura institucional visando a acessibilidade a todos. 	x	x			
		1.3.4 Ampliar a estrutura de estudos para os alunos	<ul style="list-style-type: none"> Criação de grupos de estudos com implantação de processos de monitorias. 	x	x	x	x	x
			<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o acesso dos discentes junto a biblioteca, bem como viabilizar o empréstimo de livros e outros. 	x	x	x	x	X
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver programas de nivelamento das disciplinas básicas a cada inicio de período letivo 	x	x	x	x	X
			<ul style="list-style-type: none"> Criação de um Núcleo de Acompanhamento Psicológico para os discentes do campus. 		x			

CRONOGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL								
Nível Estratégico	Área de Atuação	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
		1.3.5 Proporcionar estímulo à permanência dos alunos na escola	<ul style="list-style-type: none"> Firmar parcerias junto às prefeituras dos municípios abrangidos pelo campus, no intuito de viabilizar o transporte dos discentes até o campus Desenvolver programas de nivelamento das disciplinas básicas a cada início de período letivo Promover acompanhamento ao aluno portador de necessidades especiais de aprendizagem, envolvendo a orientação educacional e atendimento psicológico. Viabilizar a adequação da infra-estrutura institucional visando à acessibilidade. 	x	x	x	x	x
		1.3.6 Avaliar os serviços prestados aos discentes	<ul style="list-style-type: none"> Viabilizar a avaliação setorial sendo esta realizada em conjunto com a CPA – Comissão Própria de Avaliação. 	x	x	x	x	
		1.3.7 Processo seletivo e classificatório	<ul style="list-style-type: none"> Observar as peculiaridades dos cursos oferecidos para realização de suas vias de acesso. 	x	x	x	x	X

CRONOGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL								
Nível Estratégico	Área de Atuação	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
1.Gestão Institucional	1.4 Gestão de Recursos e Infraestrutura	1.4.1 Oferecer aos discentes e servidores áreas físicas, prezando pela qualidade de ensino e, pela qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> Viabilizar o processo de coleta seletiva de lixo em todo espaço escolar. Recurso Previsto: R\$20.000,00 	x	x	x	x	x
			<ul style="list-style-type: none"> Ampliação e adequação do espaço físico do campus (área administrativa e de equipes terceirizadas). Recurso Previsto: R\$500.000,00 	x	x	x	x	x
			<ul style="list-style-type: none"> Construção de auditório com capacidade de 400 pessoas, para atender a diversos eventos do campus e da sociedade. Recurso Previsto: R\$700.000,00 		x	x		
			<ul style="list-style-type: none"> Construção de uma quadra poliesportiva coberta, bem como arquibancadas, sala para material de educação física e palco, visando proporcionar espaço físico para aulas de educação física e outros eventos esportivos. Recurso Previsto: R\$1.200.000,00 			x		
			<ul style="list-style-type: none"> Adequação de espaço físico para instalação de laboratório de informática para atender a comunidade escolar, com aquisição de equipamentos (computadores e impressoras). Recurso Previsto: R\$100.000,00 	x	x			
			<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar manutenção e substituição dos equipamentos obsoletos de informática dos atuais laboratórios. Recurso Previsto: R\$50.000,00 	x	x	x	x	x

CRONOGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL									
Nível Estratégico	Área de Atuação	Objetivos	Metas	Período					
				2009	2010	2011	2012	2013	
			<ul style="list-style-type: none"> Construção de área esportiva descoberta com campo de futebol e pista e de atletismo em torno, para desenvolvimento de atividades das aulas de educação física, bem como atividades diversas da comunidade escolar. Recurso Previsto: R\$100.000,00		x	x			
			<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver projeto de divulgação, com a criação de meios para a comunicação externa, através de rádios, jornais, TV, internet, afim de divulgar as ações da Instituição à sociedade em geral. Recurso Previsto: R\$20.000,00	x	x	x	x	x	

CRONOGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL								
Nível Estratégico	Área de Atuação	Objetivos	Metas	Período				
				2009	2010	2011	2012	2013
2.Gestão Acadêmica	2.1 Organização Didático Pedagógica	2.1.1 Ampliar e diversificar a oferta de Cursos e Vagas da Instituição.	• Criação de Comissão para a discussão e elaboração de propostas para a oferta de novos cursos técnicos.	x	x			
			• Oferta do Curso Técnico em Agronegócios, Mineração e Edificações na modalidade de jovens e adultos - PROEJA		x	x	x	x
			• Implantação do Curso Técnico Concomitante em Informática			X	X	X
			• Estudar a viabilidade de implantação de Educação à Distância viabilizando a oferta de cursos.	x	x			
			• Implantação do Curso Superior de Licenciatura em Geografia.		x	x	x	x
			• Implantação do Curso Superior na área de Engenharia Civil.			x	x	x
			• Implantação de cursos na modalidade FIC (Formação Inicial Continuada) visando atender áreas carentes da comunidade, tais como o artesanato e serviços gerais	x	x	x	x	x
			• Implantação de Curso de pós-graduação, em área a ser definida, buscando a maximização da utilização dos recursos materiais e humanos do campus				x	x
		2.1.2 Sensibilizar a comunidade docente para a criação de grupos de pesquisa na Instituição, em articulação com o ensino e a extensão.	• Criação de grupos de pesquisa.		x	x	x	x
			• Incentivar o desenvolvimento de atividades, projetos, pesquisa e outros, através da Dedicção Exclusiva dos docentes.		x	x	x	x
			• Instituir sistemática para registro e para acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisa em andamento e a serem desenvolvidos.		x	x	x	x
			• Definição de indicadores para avaliação dos projetos de pesquisa.		x	x	x	x
		2.1.3 Realizar a revisão periódica dos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos.	• Avaliar os cursos em funcionamento e os que vierem a ser implantados.	x	x	x	x	x
			• Rever currículos, ementas, competências, habilidades e conteúdos programáticos.	x	x	x	x	x
		2.1.4 Implementar o sistema de informatização para melhoria do atendimento às necessidades de ensino da Instituição.	• Implementar o sistema informatizado e on-line de gerenciamento de notas, controle de frequência, orientações acadêmicas, disponibilização de material.		x	x	x	

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2013

	2.1.5 Ampliar políticas de apoio estudantil, visando a redução da evasão escolar e maior permanência nos cursos.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar estudo sobre as causas da evasão, adotando estratégias que culminem na redução significativa da evasão e reprovação de alunos. 	X	X	X	X	X
	2.1.7 Estimular a participação da comunidade escolar em atividades junto à sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de programa visando maior integração da comunidade discente junto à comunidade local, através da implantação de projetos de extensão comunitária. 	X	X	X	X	X
	2.1.8 Instituir comissões permanentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação das comissões: <ul style="list-style-type: none"> - divulgação da escola (exame de seleção) - ENEM - Avaliação institucional 	X	X	X	X	X

9.14.2 Biblioteca

I- Acervo Bibliográfico

Campus	Nova Venécia
---------------	---------------------

Total do Acervo da Biblioteca, Impresso e Multimídia, por Área de Conhecimento do CNPq

Área (CNPq)	Livros		Publicações Seriadas Correntes: (Títulos)		Publicações Não Correntes: (Títulos)		Outros Materiais Impressos e Multimídia
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	
Ciências Exatas e da Terra	127	624					
Ciências Biológicas	9	25					
Engenharia / Tecnologia	102	870					
Ciências da Saúde							
Ciências Agrárias							
Ciências Sociais Aplicadas	29	135					
Ciências Humanas	48	91					
Linguística Letras e Artes	24	100					
Multidisciplinar	1	9					
Total	340	1854	0	0	0	0	0

II- Infra-estrutura

Campus	Nova Venécia
---------------	---------------------

Infra-estrutura da Biblioteca

Modelo de Estrutura Organizacional da Biblioteca	Opções
Sistema de Bibliotecas: Biblioteca Central, Setoriais e Posto de Atendimento	
Biblioteca Central	1

Número de Biblioteca e Posto de Atendimento	Quantidade
Número de Bibliotecas	1
Número de Postos de Atendimento	

Espaço físico da Biblioteca	m ²
Área Construída Total (m ²)	202m ²
Área Destinada ao Acervo (m ²)	56m ²
Área Destinada aos Usuários (m ²)	146m ²

Número de Salas de Leitura e Estudo	Quantidade
Sala para Estudo Individual	
Sala para Estudo em Grupo	4

Número Total de Assentos para Usuários	Quantidade
Número Total de Assentos	10

Número Total de Computadores	Quantidade

Número Total de Computadores	8
-------------------------------------	---

Número Total de Empréstimos de Toda a Biblioteca	Quantidade
Empréstimo para a Comunidade Interna	
Empréstimo para a Comunidade Externa	
Total de Empréstimos	0

Caracterização dos Serviços Oferecidos pela Biblioteca	Opções
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	
Participação em redes de cooperação (formalizado)*	
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	
Comutação bibliográfica	
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	
Reserva da bibliografia usada nos cursos	
Horário de funcionamento diário ininterrupto	
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais**	
Acessibilidade do site na Web	
Página Web da biblioteca	
Capacitação de usuários (presencial)	
Capacitação de usuários (Tutorial ou Curso a distância)	
Pesquisa bibliográfica	
Empréstimo domiciliar	
Serviço de auto-empréstimo	
Participação no Portal. Periódicos Capes	
Biblioteca digital institucional	

III- Títulos Digitais

Campus	Nova Venécia
---------------	---------------------

Total de Títulos em formato digital/eletrônico de propriedade da instituição

Área CNPq	Vídeos	DVD	CD	CD-ROMS	Assinaturas Eletrônicas
-----------	--------	-----	----	---------	-------------------------

Ciências Exatas e da Terra					
Ciências Biológicas					
Engenharia e Tecnologia					
Ciências da Saúde					
Ciências Agrárias					
Ciências Sociais e Aplicadas					
Ciências Humanas					
Linguística					
Multidisciplinar					

Total	0	0	0	0	0
--------------	----------	----------	----------	----------	----------

10.15 PRÓ-REITORIA DE ENSINO

METAS DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO PARA O PDI 2009-2013

- I. Elaborar e discutir Políticas Públicas e Institucionais.
- II. Deliberar, assessorar e normatizar assuntos referentes ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão.
- III. Políticas de Indissociabilidade – Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
- IV. Promover a discussão quanto a atualização das matrizes dos cursos.
 - a) Discutir a unificação das matrizes de cursos comuns por campus ou de áreas próximas.
 - b) Promover a crescente discussão da integração do currículo básico comum nos cursos de Graduação.
 - c) Revisão anual do acervo da Biblioteca.
- V. Acompanhar a abertura dos novos campi.
- VI. Acompanhar o reconhecimento dos cursos de graduação.
- VII. Capacitar servidores.
 - a) Apontar demandas na área de ensino.
 - b) Contribuir para o planejamento, execução e avaliação.
- VIII. Implementar o ensino na modalidade EAD.
 - a) Acompanhar o Ensino de Graduação na modalidade EAD.
 - b) Implantar e acompanhar o Ensino Técnico na modalidade EAD.
 - c) Implementar propostas dos usos dos recursos do EAD em cursos presenciais.
- IX. Políticas de recomposição de turmas:
 - a) abertura sistemática do edital de vagas remanescentes para os cursos superiores.
 - b) abertura sistemática de edital de vagas remanescentes para os cursos técnicos.
 - c) projeto piloto para certificação de conhecimentos.
 - d) Abertura de editais de chamada pública quando for o caso.
- X. Acompanhar todo registro e estrutura do Sistema Acadêmico.
 - a) Fiscalização quanto ao uso.
 - b) Sugerir melhorias.
- XI. Estruturar as diretrizes para recuperação paralela.
 - a) Implantar e acompanhar o andamento dessas diretrizes nos campi.
- XII. Padronizar laboratórios para o ensino das disciplinas Física, Química e Matemática.
 - a) Implantação e definição de políticas.
 - b) Construção do material didático.
 - c) Avaliação do processo.

- XIII. Colaborar na definição de critérios para alocação de vagas de docentes e técnico-administrativos.
- XIV. Participar da revisão, produção e crescente unificação dos documentos institucionais.
- XV. Participar na construção dos órgãos colegiados.
- XVI. Revisar e unificar os regulamentos em cada nível e modalidade.
- XVII. Participar das discussões para abertura de vagas de formação de professores pelo PAR.
- a) Definir abertura de novos cursos.
 - b) Orientar e acompanhar a elaboração de projetos.
 - c) Coordenar e acompanhar a abertura de cursos de licenciatura.
- XVIII. Políticas de Acesso.
- a) Levantar a real necessidade entre os que tentam acessar e os que verdadeiramente acessam.
 - b) Criar comissão de estudo sobre as diversas políticas de acesso.
 - c) Criar convênios com o Governo do Estado e Prefeituras Municipais.
 - d) Manter os convênios já existentes.
- XIX. Políticas de Permanência e Sucesso.
- a) Operacionalização dos programas de apoio ao discente (programas de apoio ao discente por mérito).
 - b) Acompanhamento dos programas de apoio ao discente:
 - programas sociais;
 - programas de mérito.
 - c) Fazer um estudo da eficácia da política de assistência.
 - d) Valorizar e intensificar a recepção a todos os alunos de todos os campi.
 - e) Trabalhar a recuperação das lacunas pedagógicas da educação básica a partir das seguintes propostas a serem implementadas:
 - alongamento do currículo;
 - cursos intensivos de verão – possível utilização dos alunos de licenciatura;
 - vestibular defasado com três meses de trabalho intenso via EAD.
- XX. Participação na Comissão Permanente de Avaliação (CPA).
- a) Implementação de programas pilotos (inclusive com bolsas), tendo o aluno como agente.
 - b) Implementação de projetos de produção para todas as UEPS que incorporem ensino e/ou pesquisa e/ou extensão.
 - c) Verticalização do Ensino com a inclusão de alunos de todos os níveis nos projetos dessa natureza.

d) Representar e divulgar a instituição.

10.16 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, juntamente com a Gerência de Pesquisa, vem desenvolvendo projetos e ações destinados a dotar o Ifes de uma estrutura organizacional que possa responder de modo eficiente e eficaz às necessidades cada vez mais significativas da área de pesquisa e pós-graduação. Para tal buscou estabelecer as bases para um conjunto de programas que viessem substituir e complementar o PICT – Programa de Iniciação Científica e Tecnológica –, primeiro programa criado para apoiar os pesquisadores e estudantes nas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Paralelamente, buscou-se estabelecer rotinas administrativas no âmbito da Gerência de Pesquisa, para o rápido e eficiente atendimento e orientação de pesquisadores e estudantes.

Objetivos do PIBIC/PIVIC:

- Propiciar à instituição um instrumento de formulação de políticas de iniciação à pesquisa para alunos de graduação;
- Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- Contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artística-cultural;
- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- Endereço Eletrônico: pibic.pivic@cefetes.br

Grupos de Pesquisa

Nome do grupo: Aplicações de Sistemas Inteligentes; Status do grupo: certificado pela instituição;

Ano de formação: 2006; Data da atualização: 08/02/2009;

Líder(es) do grupo: Hans Rolf Kulitz - hans@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia órgão: Coordenadoria de Engenharia Elétrica
Unidade: Unidade Vitória.

Nome do grupo: DLIG - Desenvolvimento de Ligas Metálicas; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2006; Data da última atualização: 20/10/2008;

Líder(es) do grupo: Estefano Aparecido Vieira - estefanovieira@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia de Materiais e Metalúrgica.

Nome do grupo: Engenharia de Superfícies; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2007; Data da atualização: 16/06/2008;

Líder(es) do grupo: Adonias Ribeiro Franco Júnior - adonias@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia de Materiais e Metalúrgica.

Nome do grupo: GAIIn - Grupo de Automação Industrial; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2007; Data da atualização: 27/10/2008;

Líder(es) do grupo: Saul da Silva Munareto - saul@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia Elétrica.

Nome do grupo: Nupes - Núcleo de Pesquisa em Siderurgia; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2005; Data da atualização: 19/07/2008;

Líder(es) do grupo: José Roberto de Oliveira - jroberto@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia de Materiais e Metalúrgica.

Nome do grupo: Grupo de Estudos em Modelagem Ambiental – GEMA; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2005; Data da atualização: 03/03/2009;

Líder(es) do grupo: José Antonio Tosta dos Reis - tosta@cefetes.br

Aurélio Azevedo Barreto Neto - aurelio@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia Sanitária.

Nome do grupo: Núcleo de Estudos em Recursos Hídricos e Efluentes – NERHE; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2008; Data da atualização: 28/05/2008;

Líder(es) do grupo: Cristiane Pereira Zdradek - criszdradek@cefetes.br

Raquel Machado Borges - raquelmb@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia Química.

Nome do grupo: Processamento de Sinais e Telemedicina; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2008; Data da atualização: 16/10/2008;

Líder(es) do grupo: Rodrigo Varejão Andreão - rodrigova@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia Elétrica.

Nome do grupo: Simulação e Modelagem de Processos Industriais; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2006; Data da atualização: 11/10/2008;

Líder(es) do grupo: Marcelo Lucas Pereira Machado - marcelolucas@cefetes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia de Materiais e Metalúrgica.

Nome do grupo: Gestão da Produção e Gestão de Operações Logísticas; Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2007; Data da atualização: 20/02/2009;

Líder(es) do grupo: Rodrigo de Alvarenga Rosa - rodrigorosa@cefetes.br

Marta Monteiro da Costa Cruz - macruz@npd.ufes.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia de Transportes.

Nome do grupo: Gestão de sistemas produtivos (GESIP); Status do grupo: certificado pela instituição; Ano de formação: 2008; Data da última atualização: 10/06/2008;

Líder(es) do grupo: Thalm de Paiva Coelho Junior - thalmo@cefetes.br

Roquemar de Lima Baldam - roquemar.baldam@pep.ufrj.br

Área predominante: Engenharias; Engenharia de Produção.

RECITEC – Revista Capixaba de Ciência e Tecnologia

A Revista Capixaba de Ciência e Tecnologia (<http://recitec.cefetes.br>) foi Fundada em 2006 e destina-se à publicação de trabalhos originais de pesquisa científica e tecnológica. Ela tem periodicidade semestral e é uma publicação do Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo. ISSN 1980 – 1653. A edição de nº. 02, do 1º. Semestre de 2007, saiu com a tiragem de 500 exemplares.

Pós-Graduação

No âmbito da Gerência de Pós-graduação, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação estimula, desenvolve e coordena ações e projetos voltados para o incremento do ensino de pós-graduação, por

meio de fomento a criação de novos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e participação em Editais Públicos de capacitação e qualificação do corpo docente e técnico-administrativo do IFES, a saber:

TÍTULO: Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – CAPES/SETEC-MEC. **OBJETIVO:** Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* no país, dos integrantes do quadro de pessoal permanente estável do Sistema IFES. **RESULTADOS:** De maneira crescente, o número de candidatos inscritos e contemplados têm evoluído significativamente desde 2006, primeiro ano de participação. **PRAZO:** 2006 a 2009. **FINANCIAMENTO:** CAPES/SETEC-MEC.

TÍTULO: Gestão do Programa PIQDTec (Programa Institucional de Capacitação Docente Técnico) da CAPES. **OBJETIVO:** Acompanhamento, orientação e cumprimento das diretrizes e normas estipuladas pelo Programa PIQDTect. **RESULTADOS:** Acompanhamento, divulgação e envio de candidaturas aos Editais, organização de bancos de dados/documentos dos bolsistas, e efetivo suporte através de orientações e acompanhamento aos candidatos-bolsistas. **PRAZO:** 2006 a 2009. **FINANCIAMENTO:** CAPES/SETEC-MEC.

TÍTULO: Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Engenharia de Produção com Ênfase em Gestão Organizacional. **OBJETIVO:** Qualificar profissionais para os grandes desafios do novo milênio na área de Engenharia de Produção com ênfase em gestão organizacional. **RESULTADOS:** Com início em 2008, o curso ofertou 30 vagas, com uma carga horária total de 480 horas, oferecendo capacitação de profissionais com uma visão integrada do processo de gestão organizacional, como também, contribui para o fortalecimento da cooperação entre o IFES e o setor empresarial capixaba. **PRAZO:** Início em 2008. **FINANCIAMENTO:** Ifes.

TÍTULO: Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). **OBJETIVO:** Formar profissionais com capacidade para atuar educação profissional integrada a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **RESULTADOS:** São ofertadas, desde 2006, 03 turmas de 35 alunos, promovendo o aumento da produção científica do IFES, permite igualmente que parte dos conhecimentos em ciência, inovação e tecnologias do IFES sejam ampliados para o bem do desenvolvimento local, regional e nacional. **PRAZO:** 2006 a 2009. **FINANCIAMENTO:** Ifes.

TÍTULO: Curso de Pós-Graduação *Lato sensu Especialização em Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio*. **OBJETIVO:** Formar profissionais qualificados para o trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no campo específico do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio. **RESULTADOS:** O curso, já iniciado, será ministrado durante os anos de 2009 e 2010, com carga horária total de 500 horas, de forma geograficamente descentralizada em 12 pólos/municípios. **PRAZO:** 2009 a 2010. **FINANCIAMENTO:** SEDU/ES – Ifes.

TÍTULO: Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Engenharia Sanitária e Ambiental. **OBJETIVO:** Capacitar profissionais na área da Engenharia Sanitária e Ambiental, para atender às demandas das organizações governamentais, setores da sociedade civil organizada incluindo a iniciativa privada. **RESULTADOS:** O curso oferecido durante os anos de 2006 a 2008, com carga horária total de 416 horas. **PRAZO:** 2006 a 2008. **FINANCIAMENTO:** CEFETES e FUNCEFETES.

TÍTULO: Curso de Mestrado Interinstitucional – MINTER em Educação. **OBJETIVO:** Oferta de curso de Mestrado Acadêmico em convênio com o Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFES, contribuindo para a criação de novos grupos de pesquisas e de novos cursos de pós-graduação em nossa Instituição. **RESULTADOS:** Capacitação de 25 servidores, possibilitando-os a aquisição de novos referenciais para o exercícius de suas atividades e funções, por meio da ampliação de suas competências técnicas e científicas. **PRAZO:** 2007 a 2009. **FINANCIAMENTO:** Ifes e FUNCEFETES.

Quadro – Cursos de Pós-Graduação oferecidos em 2008 no Ifes

Curso	Unidade	Vagas Anuais	Modalidade
Mestrado Acadêmico em Engenharia Metalúrgica e de Materiais	Vitória	20	Presencial
Especialização Pública em Engenharia de Produção	Cariacica	40	Presencial
Especialização Pública em Educação de Jovens e Adultos Integrada a Educação Básica e ao Ensino Médio	Vitória, Serra e Colatina	120	Presencial
Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	Vitória	40	Presencial
Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental	Vitória	40	Presencial

Fonte: Ifes/PRPPG/Gerência de Pós-graduação

Quadro - Ações de Qualificação de Servidores no Exercício 2007- 2008/1

Ação	Instituição conveniada/pro- motora	Resultados	Status
Capacitação, em nível de Especialização, iniciada em 2006, em Engenharia de Produção	UTFPR	9 Especialistas formados 8 Mestrandos em Eng. de Produção	Em andamento
Processo de capacitação na área de Engenharia Metalúrgica e de Materiais	USP	Capacitação de 8 professores 2 Mestrandos e 1 doutorando na USP.	Em andamento
Mestrado Interinstitucional em Educação	UFES	23 mestrandos em Educação no PPGE/UFES	Em andamento
Gestão do PIQDTec	CAPES	Elevação de 2 bolsas (1 de doutorado e 1 de mestrado) para 8 (5 doutorado e 3 mestrado) no programa PICDTec	Em andamento

Fonte: Ifes/PRPPG/Gerência de Pós-graduação

O PROPEMM – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Engenharia Metalúrgica e de Materiais, categoria de mestrado acadêmico, foi aprovado pela CAPES em agosto de 2008, com nota 03, e iniciou suas atividades em março de 2009.

Áreas de Concentração:

Propriedades Físicas e Químicas dos Materiais

O objetivo da pesquisa nessa área será estabelecer os métodos para determinar as propriedades físicas e caracterizar novos materiais nas condições especificadas pelas normas. Além destas análises devem ser consideradas as limitações e as variáveis que influenciam a utilização futura do material na fabricação de componentes industriais. Esta linha de trabalho estará relacionada ao processamento dos materiais e os efeitos de elementos de liga nas propriedades mecânicas.

Considerando a demanda profissional das indústrias da região, as linhas de pesquisa devem proporcionar subsídios para formar profissionais envolvidos nos processos de desenvolvimento de ligas e materiais destinados à fabricação de peças, componentes e ferramentas para o setor metalúrgico-mecânico.

Visando a melhor formação do aluno, será fundamental a participação nas disciplinas Ciência dos Materiais, Tecnologia de Fabricação, Caracterização Microestrutural e Ensaio Mecânicos, além de outras aplicadas à área de desenvolvimento de materiais. Cabe ainda nesta linha de pesquisa o conhecimento das técnicas de microscopia eletrônica para se obter informações sistemáticas que contribuam para consolidar os aspectos experimentais envolvidos na caracterização e desenvolvimento de novos materiais.

Tecnologia e Processos de Fabricação

Esta área abrange várias linhas de pesquisa relacionadas à produção de diversas ligas envolvendo tecnologias avançadas, novos processos de fabricação e utilização de matérias-primas alternativas. Uma das condições da pesquisa é a necessidade de escolher adequadamente o processo do produto a ser fabricado. Além das propriedades do material, devem ser consideradas as restrições do projeto como a matéria-prima inicial, os custos e as diferentes variáveis que influenciam a seqüência de produção da peça. As linhas de pesquisa que satisfazem esta área de concentração estarão relacionadas ao processamento dos materiais e os efeitos na microestrutura e propriedades mecânicas.

Considerando a demanda profissional das indústrias da região, as linhas de pesquisa devem proporcionar subsídios para formar profissionais envolvidos nos processos de beneficiamento de minérios, fabricação de ligas, tratamentos térmicos e desenvolvimento de outros insumos utilizados nas indústrias regionais. Visando a melhor formação do aluno, será fundamental a participação nas disciplinas Ciência dos Materiais, Termodinâmica Metalúrgica, Tecnologia de Fabricação, Tratamentos Térmicos e outras aplicadas à área produtiva. Cabe ainda nesta linha de pesquisa o desenvolvimento das teorias de modelamento e simulação para se obter informações sistemáticas que contribuam para consolidar os aspectos experimentais envolvidos no processo.

Linhas de pesquisa ligadas à área de concentração “Tecnologia e Processos de Fabricação”:

Resíduos Sólidos Industriais

Esta linha de pesquisa visa a utilização de resíduos industriais, principalmente os resíduos siderúrgicos e os gerados no beneficiamento de rochas ornamentais, nas seguintes aplicações: Fabricação de aço, Fabricação de ferro-gusa, Fabricação de materiais cerâmicos e materiais

utilizados na construção civil. Professores responsáveis: Prof. Dr. José Roberto de Oliveira, Prof. Dr. Ramiro da Conceição Nascimento, Profa. Dra. Mônica Castoldi Borlini.

Desenvolvimento de Ligas não Ferrosas

Esta linha de pesquisa tem por objetivo estudar a fabricação de ligas não ferrosas procurando desenvolver novos processos e otimizar os já existentes, além de utilizar matérias-primas alternativas melhorando a eficiência da remoção de impurezas, diminuição da geração de escória e obtenção de propriedades mecânicas melhoradas associadas à redução dos custos de produção. Esta linha de pesquisa estuda também a influência destes parâmetros na micro-estrutura e nas propriedades das ligas. Professor responsável: Prof. Dr. Estéfano Aparecido Vieira.

Processos e Etapas de Fabricação de Aço

Estudar as diferentes etapas de fabricação de aço como o pré-tratamento de gusa, refino primário e refino secundário, assim como os diferentes processos: pneumático, elétrico e os novos processos como o HISMELT. Nesta linha de pesquisa serão estudados as etapas de dessiliciação, dessulfuração, desfosforação, desgaseificação e eliminação de inclusões. Será também estudado a utilização de resíduos, em substituição às matérias-primas convencionais. Em todas etapas, será utilizada a ferramenta de Termodinâmica Computacional, na realização dos cálculos de equilíbrio e demais cálculos termodinâmicos. Professor responsável: Prof. Dr. José Roberto de Oliveira.

Simulação e Modelagem de Processos Industriais

Esta linha de pesquisa tem a finalidade de desenvolver modelos matemáticos e realizar simulações de processos industriais como a laminação de aços e ligas, processos de redução e refino de metais, processos envolvendo termodinâmica e balanços térmicos, além de elaborar modelos matemáticos para análises da microestrutura e propriedades mecânicas dos materiais. Professor responsável: Prof. Dr. Marcelo Lucas Pereira Machado.

Redução e Aglomeração de Matérias Primas

Esta linha de pesquisa está relacionada ao estudo de diferentes processos de redução e aglomeração de matérias primas, tais como minério de ferro, resíduos siderúrgicos e de rochas ornamentais, além de novos fundentes com o objetivo de sua utilização nos processos de fabricação de ligas metálicas. Professor responsável: Prof. Dr. Ramiro da Conceição Nascimento.

Linhas de pesquisa ligadas à área de concentração “Propriedades Físicas e Químicas dos Materiais”:

Engenharia de Superfícies e Tribologia

O objetivo desta linha de pesquisa é abordar experimentalmente, com o auxílio de ensaios e de técnicas de análise de superfícies, os processos de corrosão, deposição ou de modificação superficial assistidos por plasma, laser, feixe de íons ou de elétrons, estabelecendo correlações entre o processamento, a microestrutura e as propriedades físicas dos materiais modificados superficialmente ou dos conjuntos filme/substrato obtidos. Constitui-se também objeto de estudo desta linha de pesquisa a análise do comportamento tribológico (aderência, atrito e desgaste) de recobrimentos duros ou de superfícies modificadas. Professores responsáveis: Prof. Dr. André Itman Filho, Prof. Dr. Leonardo Cabral Gontijo, Profa. Dra. Viviane Monteiro Azambuja, Prof. Dr. Adonias Ribeiro Franco Júnior.

Tratamentos Térmicos e Termoquímicos

Esta linha de pesquisa tem o objetivo de estudar as transformações de fases que ocorrem em processos difusivos e não-difusivos; determinar experimentalmente os diagramas de fases e curvas de temperatura e tempo de transformação, otimizando os ciclos térmicos. Outro objetivo é estudar o comportamento superficial de componentes para aumento de desempenho em condições de solicitação extrema de atrito, corrosão, desgaste e oxidação. Procura-se manter uma forte interação com as instituições de pesquisa e as empresas do setor metal-mecânico. Professores responsáveis: Prof. Dr. André Itman Filho, Prof. Dr. Leonardo Cabral Gontijo, Prof. Dr. Viviane Monteiro Azambuja, Prof. Dr. Adonias Ribeiro Franco Júnior.

Materiais Cerâmicos

Nesta linha de pesquisa serão feitos estudos sobre o processamento de materiais cerâmicos correlacionados à termodinâmica de formação, fundamentos da compactação, energia superficial das partículas, sinterização sólida e líquida e outras variáveis que influenciam a conformação dos produtos cerâmicos. Professor responsável: Profa. Dra. Mônica Castoldi Borlini.

Campus de Santa Teresa

Programas de Pesquisa

A política de pesquisa vem sendo estabelecida e consolidada com o empenho de um Grupo de Pesquisa formado por professores do campus de Santa Teresa, UVV-ES, UFV-MG, EPAMIG-MG

e alinha-se à política geral da Instituição que se pauta no princípio da integração entre o ensino, pesquisa científica e a extensão, em prol do desenvolvimento regional sustentável.

Os trabalhos de pesquisa desenvolvidos no campus de Santa Teresa são:

- Influência da Irrigação no pegamento de enxerto de uva cultivar Brs Clara utilizando porta enxerto IAC 572;
- Dissertação mestrado com parceria UFV: *Efeitos da cloração orgânica na uniformidade de distribuição de água em sistema de irrigação por gotejamento utilizando água ferruginosa*, de Cristiani Campos Martins.

Pesquisas realizadas em convênio celebrado entre o campus de Santa Teresa e a UVV-ES:

- 2006 - Efeitos de diferentes níveis de inclusão de farinha de vísceras de aves sobre o desempenho de suínos em fase de crescimento. (*Anais da III Jornada Científica da UVV*);
- 2006-2007 – Exigências de metionina + cistina digestíveis para galinhas poedeiras semi-pesadas (*SBZ 2008 Boletim técnico*, de publicação internacional – Alemanha, EUA, Brasil, Japão, Espanha);
- 2007- Exigências de fósforo disponível para frangos de corte de alto desempenho em período de 1 a 21 dias de idade;
- 2007-2008 – Exigências de lisina digestível para frangos de corte de alto desempenho no período de 22 a 42 dias de idade;
- 2008- Redução da proteína bruta na ração frangos de corte utilizando o conceito da proteína ideal;
- 2008- Determinação da exigência de fósforo para codornas especializadas na produção de carne.

PLANO INSTITUCIONAL PARA A ÁREA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Objetivos Institucionais

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências”, reunindo os Centros Federais de Educação Tecnológica e as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, estabelece entre as finalidades do Instituto Federal “Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento

científico e tecnológico;” e, “Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.” Entre seus objetivos consta o de “Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;” quanto ao ensino de nível superior, inclui-se o de ministrar “Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.”

Com a finalidade de aproximar ainda mais os objetivos do Ifes das estratégias do PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que delineia os objetivos gerais da pós-graduação para o Brasil nos próximos anos, como segue: o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; a formação de quadros para mercados não acadêmicos. Com isso, a área de pós-graduação do Ifes incluirá as seguintes estratégias de ação:

- Estimular a formação de parcerias e consórcios entre programas interregionais, de forma a promover a ampliação da área de pós-graduação, procurando financiá-la através de parcerias federal-estadual, particularmente em áreas estratégicas e multidisciplinares;
- Estimular a parceria dos programas com as empresas, na busca de suporte financeiro para a ampliação do número de bolsas. Isto poderá ser feito, sobretudo, em áreas que participam de cadeias produtivas, visando a formar recursos humanos capazes de alavancar o desenvolvimento econômico e social regional;
- A consolidação do programa de mestrado incluirá o reforço da iniciação científica na formação de pesquisador, sugerindo-se a atribuição de créditos às atividades que resultem em produção científica ou tecnológica.

Os programas de cooperação interinstitucional constituirão uma estratégia privilegiada para a otimização dos recursos existentes. Propõe-se que o sistema de informação institucional contemple as diversas formas de cooperação interinstitucional, permitindo a devida consideração de aspectos relevantes da situação dos programas cooperantes, dando visibilidade à contribuição das instituições de ensino ao sistema de pós-graduação, para que possam obter o crédito e o reconhecimento necessários. Esse tipo de cooperação promoverá a interação entre grupos e laboratórios, permitindo o compartilhamento de infra-estrutura entre grupos de pesquisa no país e estimulará a mobilidade dos pesquisadores.

- Procurar-se-á, levando-se em consideração a política de pessoal, a absorção de no mínimo 5% ao ano de novos mestres e doutores e a duplicação em dez anos do número de pesquisadores qualificados, conforme disciplina a Lei do Plano Nacional de Educação – PNE, nas metas de números 15 e 16.

As políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior devem estar calcadas nas seguintes premissas básicas:

- Aprimoramento do sistema institucional de Pós-Graduação considerando o avanço do conhecimento;
- Inserção no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do país.

Deve-se estimular a cooperação internacional no âmbito do Ifes, de tal forma que o intercâmbio entre alunos e professores seja institucionalizado, permitindo inclusive a apresentação de projetos de captação de recursos junto às agências de fomento internacionais.

Sugerem-se as seguintes modalidades de cooperação internacional:

- Ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém-doutores;
- Ampliação do intercâmbio institucional de estudantes de graduação visando seu futuro ingresso na pós-graduação;
- Estímulo a parcerias e formação de redes de pesquisa na cooperação Sul-Sul, como suporte à formação de recursos humanos em áreas prioritárias e de interesse comum;
- A política industrial voltada para setores estratégicos – a indústria de software, fármacos, semicondutores e microeletrônica, e bens de capital – como também nas áreas consideradas “portadoras de futuro” – biotecnologia e nanotecnologia – são campos nevrálgicos na correlação de forças internacionais em que o Brasil apresenta enorme potencialidade e nas quais a pós-graduação poderá dar maior atenção.

Metas Institucionais

Tabela: Condição atual (2009) e projeções das atividades de Pesquisa por área científica

Área de Pesquisa	G	L	P	E	G/A	L/G	P/G	E/G	P/L	E/P	E/L
Agronomia	2	13	10	0	2,0	6,5	5,0	0,0	0,8	0,0	0,0
Recursos Pesqueiros	1	6	8	8	1,0	6,0	8,0	8,0	1,3	1,0	1,3
Ciência da Computação	3	10	7	7	3,0	3,3	2,3	2,3	0,7	1,0	0,7
Física	2	11	16	2	2,0	5,5	8,0	1,0	1,5	0,1	0,2
Geociências	3	8	18	10	3,0	2,7	6,0	3,3	2,3	0,6	1,3
Química	2	5	3	8	2,0	2,5	1,5	4,0	0,6	2,7	1,6
Educação	1	2	8	1	1,0	2,0	8,0	1,0	4,0	0,1	0,5
História	1	3	4	0	1,0	3,0	4,0	0,0	1,3	0,0	0,0
Engenharia de Materiais e Metalúrgica	4	13	18	11	4,0	3,3	4,5	2,8	1,4	0,6	0,8
Engenharia de Produção	1	2	4	0	1,0	2,0	4,0	0,0	2,0	0,0	0,0
Engenharia de Transportes	1	4	3	4	1,0	4,0	3,0	4,0	0,8	1,3	1,0
Engenharia Elétrica	3	7	11	17	3,0	2,3	3,7	5,7	1,6	1,5	2,4
Engenharia Química	1	2	4	12	1,0	2,0	4,0	12,0	2,0	3,0	6,0
Engenharia Sanitária	1	3	6	9	1,0	3,0	6,0	9,0	2,0	1,5	3,0
Total (2008)	26	89	120	89							
INDICADORES ATUAIS					1,9	3,4	4,6	3,4	4,6	0,7	1,0
SITUAÇÃO DESEJADA - 2009	35	105	105	210	2,1	3,0	3,0	6,0	1,0	2,0	2,0
SITUAÇÃO DESEJADA - 2010	40	120	120	360	2,4	3,0	3,0	9,0	1,0	3,0	3,0
SITUAÇÃO DESEJADA - 2011-13	50	150	150	600	2,9	3,0	3,0	12,0	1,0	4,0	4,0

LEGENDA: G - Número de Grupos de Pesquisa
L - Número de Linhas de Pesquisa
P - Número de Pesquisadores
E - Número de Estudantes

Indicadores ideais (definição própria):

$G/A \geq 3,0$
 $L/G \leq 5,0$
 $P/G \leq 5,0$
 $E/G \leq 15,0$
 $P/L \leq 2,0$
 $E/P \leq 6,0$
 $E/L \leq 3,0$

Fonte: Ifes/PrPPG/Gerência de Pesquisa, março 2009.

Quadro: Formulação dos Indicadores de controle das atividades de Pesquisa por área científica

Indicador	Fórmula de Cálculo	Comentários
G/A	$G / A = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de grupos de pesquisa}}{\text{n}^{\circ} \text{ de áreas}}$	Média de grupos por área de conhecimento. Fornece o desempenho da área. Quanto maior o número de grupos de pesquisa em uma área, melhor o seu desempenho no contexto da instituição. A idealidade do indicador institucional é ditada pelo número de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. A condição ideal inicial é $G/A \geq 3$.
L/G	$L / G = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de linhas de pesquisa}}{\text{n}^{\circ} \text{ de grupos de pesquisa}}$	Média de linhas de pesquisa por grupo. Fornece o equilíbrio dos grupos em termos de prioridades de pesquisa. É proporcional ao número de pesquisadores existentes no grupo. A condição ideal é $L/G \leq 5$
P/G	$P / G = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de pesquisadores}}{\text{n}^{\circ} \text{ de grupos de pesquisa}}$	Média de pesquisadores por grupo. Fornece o equilíbrio dos grupos em relação aos recursos materiais e humanos que se destinam à concretização de projetos. A condição ideal é $P/G \leq 5$
E/G	$E / G = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de estudantes}}{\text{n}^{\circ} \text{ de grupos de pesquisa}}$	Média de estudantes por grupo. Fornece a capacidade de formação de recursos humanos dos grupos. Depende do quantitativo de pesquisadores. A condição ideal é $E/G \leq 15$
P/L	$P / L = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de pesquisadores}}{\text{n}^{\circ} \text{ de linhas de pesquisa}}$	Média de pesquisadores por linha de pesquisa. Fornece o equilíbrio em prioridade de linhas de pesquisa nos grupos da instituição. A condição ideal é $P/L \leq 2$
E/P	$E / P = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de estudantes}}{\text{n}^{\circ} \text{ de pesquisadores}}$	Média de estudantes por pesquisador. Fornece o equilíbrio na capacidade de formação de recursos humanos dos grupos de pesquisa. A condição ideal é $E/P \leq 6$
E/L	$E / L = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de estudantes}}{\text{n}^{\circ} \text{ de linhas de pesquisa}}$	Média de estudantes por linha de pesquisa. Fornece o equilíbrio em prioridade de linhas de pesquisa nos grupos da instituição. A condição ideal é $E/L \leq 3$

Fonte: Ifes/PrPPG/Gerência de Pesquisa, março 2009.

Linhas de pesquisa e de pós-graduação que poderão ser exploradas pelos programas do Ifes, com o objetivo de adotar um maior alinhamento com as ações do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:

- Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos Marinhos;

- Pesquisa e Desenvolvimento para a Economia do Hidrogênio e Outras Energias Renováveis;
- Apoio a Redes e Laboratórios de Nanotecnologia;
- Desenvolvimento de Pesquisas Integradas dos Conjuntos de Componentes Celulares (Genomas, Proteomas, Transcriptomas, Metabolomas e Interatomos);
- Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores;
- Promoção de Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação de Empresas;
- Implantação de Laboratórios e Redes de Micro e Nanotecnologia;
- Promoção de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Micro e Nanotecnologia.
- PD&I em Tecnologia da Informação, em áreas identificadas no Documento "Grandes Desafios da Computação no Brasil: 2006-2016", tais como: a) Gestão da Informação em grandes volumes de dados multimídia distribuídos; b) Modelagem computacional de sistemas complexos artificiais, naturais e socioculturais e da interação homem-natureza; c) Impactos para a área da computação da transição do silício para novas tecnologias; d) Acesso participativo e universal do cidadão brasileiro ao conhecimento; e) Desenvolvimento tecnológico de qualidade: sistemas disponíveis, corretos, seguros, escaláveis, persistentes e ubíquos.
- Temas de interesse na área de Biossegurança: OGM – Organismos Geneticamente Modificados na área de saúde humana; na área animal; na área vegetal; na área de meio ambiente; de descarte de OGM; Fluxo gênico relacionado a OGM e medidas de manejo.
- Promoção de pesquisas no âmbito do Programa Nacional de Microeletrônica – PNM Design, com ênfase nos seguintes núcleos temáticos: A. Dispositivos e processos de fabricação: etapas de processo e o seu modelamento, assim como as ferramentas computacionais utilizadas; incluem-se estruturas micro-eleto-mecânicas, optoeletrônicas e mostradores (displays); também fazem parte do segmento o desenvolvimento de tecnologia para encapsulamento dos circuitos e o estudo da confiabilidade. B. Projeto e teste de circuitos e sistemas integrados e ferramentas computacionais de apoio a estas atividades: Projetos de Sistemas em Chip (SoC), de núcleos (IPs) e das ferramentas computacionais associadas; sistemas embarcados, incluindo software e aplicações; projeto, verificação, simulação, prototipagem e teste de circuitos e sistemas integrados, incluindo o projeto visando o teste; circuitos integrados digitais, analógicos, de RF e mistos e sistemas micro-eleto-mecânicos.

- Apoio à realização de Cursos para Formação de Recursos Humanos em Biotecnologia – CBAB, de curta duração, nível de pós-graduação, com a finalidade de expandir o conhecimento básico e aplicado sobre Biotecnologia, nos seguintes temas: 1. Técnicas moleculares e de bioinformática aplicadas à análise proteômica; 2. Aplicações de metodologias baseadas em micro RNA e RNA interferente em vegetais; 3. Biotecnologia aplicada a reprodução e ao melhoramento vegetal; 4. Biotecnologias inovadoras para produção de combustíveis a partir de biomassa; 5. Estratégias inovadoras e fisiológicas para a produção de combustíveis não alcoólicos por microorganismos; 6. Biologia estrutural de proteínas e planejamento racional de fármacos; 7. Estudos conformacionais de proteínas para o desenho de novas vacinas; 8. Enzimologia aplicada; 9. Análises de fluxos metabólicos; 10. Sistemas inteligentes para monitoramento e controle de bioprocessos; 11. Biologia de sistemas como ferramenta para biotecnologia; 12. Propriedade intelectual em biotecnologia.

- Apoio a projetos voltados para o uso e conservação da água no meio rural, com as seguintes linhas temáticas: Manejo de bacias hidrográficas visando a produção de água; Sistemas inovadores que promovam o uso eficiente e manutenção da qualidade dos recursos hídricos no meio rural; Identificação e desenvolvimento de indicadores para a determinação da qualidade da água utilizada para consumo humano e animal, irrigação, aquíicultura e pesca; Desenvolvimento de tecnologias apropriadas e de baixo custo para tratamento de lodo e esgoto e sua adequação para uso em atividades agrícolas e aquícolas; Identificação de atividades e fatores que comprometam a qualidade da água e estratégias mitigadoras; Desenvolvimento de modelos e determinação da capacidade de suporte de microbacias e seus reservatórios para o gerenciamento, implantação e monitoramento de projetos de aquíicultura; Utilização de canais de irrigação para a produção de pescados e sua compatibilização com sistemas de irrigação e qualidade da água; Tecnologias apropriadas para proteção e recuperação de nascentes, de matas ciliares e de áreas de recarga dos aquíferos (revegetação e conservação de solos); Eficiência de uso da água e estudos de viabilidade econômica e ambiental de cultivos adaptados ao déficit hídrico; Avaliação econômica do consumo comparativo de água pelas diferentes culturas e sistemas de produção aquícolas; Avaliação comparativa da eficiência de sistemas de irrigação; Hidrologia, hidrogeologia e estudos ambientais que possam subsidiar a elaboração de planos de bacias hidrográficas, visando seus usos múltiplos e sua gestão sustentável; Avaliação dos impactos das atividades agroindustriais e aquícolas sobre os recursos hídricos; Desenvolvimento e aplicação de tecnologias de baixo custo para tratamento de águas residuárias no ambiente agrícola; Desenvolvimento e aplicação de tecnologias de obtenção da água e seu reuso para agricultura e aquíicultura, onde este recurso é um fator limitante

às atividades produtivas; Identificação de coeficientes de demanda de água para produção vegetal e animal, e ainda para realização de processos agroindustriais.

- Promoção de projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, baseados nas seguintes linhas temáticas: a) Uso de técnicas de manejo em sistemas de produção sustentável, de base ecológica e/ou orgânica; b) Tecnologias apropriadas para a convivência, ambientalmente equilibradas, nos diferentes biomas brasileiros; c) Uso de tecnologias de baixo custo para captação e tratamento de água; d) Processamento de alimentos e ervas fitoterápicas da biodiversidade regional; e) Emprego de plantas e outros produtos alternativos com fins terapêuticos; f) Uso de processos artesanais e agroindustriais de produção voltados para a agricultura familiar; g) Tecnologias de energia renovável, aplicadas à agricultura familiar; h) Uso de metodologias de comunicação social, aplicadas à assistência técnica e extensão rural; i) Dinâmicas sócio-ambientais e estratégia de desenvolvimento rural; j) Processos e organização para agroindustrialização familiar; k) Estratégias de incentivo à disponibilização e apropriação de conhecimento de impacto comunitário; l) Uso de tecnologias como incentivo para a migração da auto-suficiência na produção de alimentos para a geração de renda monetária; m) Processos de geração de renda de origem não-agrícola; n) Implementação de sistemas participativos para a certificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; o) Implementação de formas organizativas de processos de produção e comercialização.
- Procurar adotar a Plataforma Lattes Institucional, que é um conceito desenvolvido pelo CNPq para viabilizar a formação de bancos de currículos Lattes nas instituições e, principalmente, para a institucionalização da Plataforma Lattes em Instituições ligadas à Ciência, Tecnologia e Inovação no País. Esta modalidade de convênio foi substituída pela Extração Pontual de Currículos, a qual permite que a instituição recupere os currículos de seus filiados diretamente a partir da base de dados do CNPq.

Estabelecemos o objetivo de compatibilizar as estratégias organizacionais do Ifes e a realização de suas metas ao Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025 – Nota técnica: agregação de valor e diversificação econômica do ES, em processo de implementação sob a liderança do Governo do Estado, que define as seguintes prioridades:

Para o empreendimento de projetos de P&D, são destacadas as seguintes áreas:

- Setores Produtivos atuais: Logística, Comércio Exterior, Siderurgia, Petróleo, Papel e Celulose, Mármore e Granito, Agricultura etc., através de projetos cooperativos ICT (Instituições de Ciência e Tecnologia)-Empresa;

- Diversificação da Economia: Serviços Avançados, tais como Tecnologia da Informação, Telecomunicação, Serviço Financeiro, Turismo, Entretenimento etc., através de projetos cooperativos ICT-Empresa;
- Segmentos do Desenvolvimento Social: Educação, Saúde, Serviços Públicos, Erradicação da Pobreza, Conservação do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Redução da Violência.

Inserir ações específicas de desenvolvimento tecnológico através de projetos de P&D, do tipo ICT-Empresas, nos Arranjos Produtivos Locais – APL do Estado.

Diagnósticos sobre os APL do ES indicam a existência de empresas, em alguns dos APL, que estariam em estágio adequado para empreenderem inovações em seus produtos, desde que contem com apoio de ICT (desenvolvimento dos projetos de P&D), do SEBRAE (no apoio para a auto-organização das empresas participantes), de agência de fomento (alocação parcial de recursos) e eventualmente de empresa para fabricação e testes de protótipos. Citam-se os APL de Móveis em Linhares, Mármore e Granito em Cachoeiro de Itapemirim e Confecções em Colatina. A utilização do modelo de projetos do tipo multi-clientes (uma ICT e várias empresas) pode ser considerada nestes casos, contando com a participação financeira parcial das empresas.

Ações voltadas para a Tecnologia Industrial Básica – TIB, aperfeiçoamento da Gestão e *Design*, normalmente já fazem parte de ações empreendidas nesses APL e podem, também, ser incrementadas.

O Plano destaca que a implantação de um Centro de Tecnologia Mineral no Estado abre novas oportunidades para o setor de Rochas Ornamentais do ES, da mesma forma que o Centro de *Design* para os setores de Móveis, Vestuário, Gráfico, Artesanato etc.

Conforme destacado no Projeto ‘Promoção de Investimentos’, projeto âncora deste Grupo de Projetos é a criação de Parques e Pólos Tecnológicos e Incubadoras de Empresas no Estado.

O objetivo para a área de Tecnologia Industrial Básica – TIB é o de ampliar a oferta de serviços especializados em TIB no Estado, a partir de levantamentos de demandas junto ao setor produtivo local e de programas de promoção e incentivo. A Tecnologia Industrial Básica – TIB, segundo o programa do Estado, abrange um conjunto de disciplinas técnicas utilizadas pelos diversos setores da economia (indústria, serviços, comércio, agricultura etc.), compreendendo a metrologia, normalização/regulamentação técnica e avaliação da conformidade (acreditação, inspeção, ensaios, certificação e funções correlatas). O número de instituições acreditadas, credenciadas ou reconhecidas no ES é muito reduzido se comparado com o número e porte das empresas estabelecidas no ES. Os atuais movimentos da Rede Capixaba de Metrologia, da Secretaria de

Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR, através do COMPETE-ES, e do SEBRAE, devem ser articulados e incrementados, com apoio do FAPES.

10.17 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica do IFES

Origens

A Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica do IFES nasceu a partir de iniciativa da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação do então CEFETES – Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo.

Inicialmente suas atividades se restringiam a orientação empreendedora e pré-incubação de empreendimentos de base tecnológica oriundos da prospecção feita junto a grupos de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica internos à Instituição.

Com o aumento do número de novos projetos, muitos destes originados fora da instituição, surgiu a necessidade de expandir os serviços oferecidos, estendendo estes a toda a comunidade.

Um marco importante desta expansão aconteceu em outubro de 2007 com a aprovação do projeto “Implantação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do CEFETES no Município de Serra” pela FAPES – Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo com aporte de recursos da ordem de R\$ 166.000,00 através de termo de outorga.

O objetivo desse projeto foi implantar um programa piloto de incubação de empreendimentos de base tecnológica no Campus Serra da instituição. Este programa piloto foi conduzido por uma equipe de professores e alunos que, orientados por entidades parceiras especializadas em gestão deste tipo de empreendimento, implantou os processos iniciais que permitiram estruturar as bases da Incubadora do Ifes.

Para atingir o objetivo da gestão da incubadora, foram propostas etapas intermediárias. A maior parte dessas etapas já foram vencidas ou estão em execução:

1. Identificar a entidade executora de gestão para estabelecer o contrato *turnkey*.
2. Formalizar convênio específico de operação *turnkey* entre o IFES e a entidade especializada em gestão.
3. Buscar a implementação de uma estrutura legal para formalização da personalidade jurídica da incubadora.
4. Implementar a estrutura administrativa e de gestão da incubadora.
5. Estruturar fisicamente a incubadora, adquirindo mobiliário e equipamentos necessários.
6. Formalizar as parcerias institucionais.
7. Estruturar os mecanismos de captação de recursos.
8. Definir processos de identificação de potenciais empreendedores visando a possibilidade de incubação de empreendimentos de base tecnológica.
9. Definir um processo adequado de seleção de projetos e empresas para a incubação.
10. Publicar editais de incubação de empresas.
11. Dar início aos processos de incubação de empreendimentos de base tecnológica.

Situação Atual

A incubadora do IFES conta com um edital para selecionar, em fluxo contínuo, projetos de empreendimentos de base tecnológica (publicado no DOU, 23 de maio de 2008).

Como consequência do processo seletivo instaurado por esse edital, cinco empreendimentos já se encontram em Incubação, sendo três empresas e dois projetos de pesquisa tecnológica.

Além disso, a Incubadora fomenta outras formas de empreendedorismo tecnológico. Um exemplo são as Empresas Juniores - associações civis sem fins lucrativos formadas exclusivamente por alunos e com objetivos educacionais. Atualmente temos no IFES duas empresas juniores apoiadas pela Incubadora: uma em Colatina (Tech Inside) e outra em Serra (Conecta).

Outro marco importante foi o projeto “Consolidação da Incubadora do CEFETES e Implantação de sua Rede de Núcleos Incubadores”, submetido à SETEC - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia em outubro de 2009. Este projeto foi aprovado e os recursos solicitados, R\$ 900.000,00, foram transferidos da SETEC/MCT para o CEFETES através de Descentralização de Crédito.

O projeto tem como objetivo principal a consolidação da Incubadora de Empreendimentos do IFES, aperfeiçoando o núcleo incubador existente no Campus Serra e implantando novos núcleos incubadores nas principais unidades da instituição. São objetivos específicos desse projeto: Implantação de núcleos incubadores nos campus do IFES em Vitória, Cachoeiro e Colatina; Consolidação e expansão do núcleo incubador do Campus Serra; Capacitação e aperfeiçoamento dos gestores dos núcleos incubadores; Aperfeiçoamento dos empreendimentos incubados.

Visão de Futuro

A relação da Incubadora com o Núcleo de Inovação Tecnológica do IFES é bastante intensa. Esta relação permite viabilizar as ações de responsabilidade do Instituto previstas na Lei de Inovação.

Com objetivo de potencializar esta convergência, o grupo gestor da Incubadora e do NIT vem estudando formas de constituição de uma organização única capaz de congregiar todas as atividades previstas na Lei de Inovação.

Esta organização será responsável por promover a difusão e a transferência do conhecimento produzido no IFES para o setor produtivo apoiando o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico por meio da relação entre IFES, governo, empresas e sociedade. Sua atuação será nas áreas de Empreendedorismo Tecnológico, Empresas Juniores, Incubação, Parques Tecnológicos, Transferência de Tecnologia, Propriedade Intelectual, Inteligência Competitiva e Serviços Tecnológicos.

Empresas Juniores

Em fase de estruturação, atualmente o Ifes possui duas empresas juniores: uma no Campus Colatina, chamada Tech Inside que atua na área de software e uma no Campus Serra, chamada Conecta, que atua nas áreas de software e automação.

10.18 EMPRESAS / INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO IFES

O Instituto Federal do Espírito Santo realiza parcerias com Empresas/Instituições do Estado do Espírito Santo através de convênios, termos de cooperação, etc. A seguir relação de parte das instituições que participam dessas parcerias:

A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda.

A Madeira Ind. e Comércio Ltda.

ABES Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

ADCOS - Industria e Comercio Ltda.

Águia Branca Logística Ltda. (CIEE)

Águia Branca Participações LTDA

Alba Mar Construtora e Incorporadora Ltda.

Alunobre Industrial LTDA

Andrade S/A - Mármore e Granitos

André Ruschi - ME (Estação de Biologia Marinha Ruschi)

Aquaconsult - Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda

Aquavix Engenharia Ambiental LTDA

Aracruz Celulose S/A

Arcelor Mittal Brasil S/A

Argalit Indústria de Revestimentos Ltda.

ASCEFETES - Associação dos Servidores do Cefetes

Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo

Associação de Ensino Integrado e Organizado Universitário

Associação de Policiais Militares do ES

Associação de Socorristas de Estado do Espírito Santo

Autovil - Automóveis Vitória Ltda.

Bahia Sul Papel Celulose S/A

Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo (CIEE)
Barefame Instalações Industriais Ltda.
Belgo Siderurgia
Brasif S/A Exportação Importação S/A
Brasigran Brasileira de Granitos Ltda.
Caixa Econômica Federal
Câmara Municipal da Serra
Câmara Municipal de Vila Velha
Câmara Municipal de Vitória
Carboderivados SA
Carboindustrial S/A
CBF Indústria de Gusa S/A
CEASA - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/a
Celulose Nipo-Brasileira S/A - CENIBRA
Centro de Encaminhamento e Formação do Estudante para o Serviço - CEFES
Centro de Ensino Darwin Grande Vitória LTDA
Centro de incentivo Profissional ao Estudante - CIPE
Centro de Inspeção e Vistoria de Veículos Automotores Ltda.
Centro de Integração Escola Empresa
Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional - COEP
Centro de Tecnologia em Agricultura e Meio Ambiente
Centro do Comércio do Café de Vitória
Centro Educacional Charles Darwin LTDA.
Centro Educacional São José LTDA
Centro Universo de Educação e Desenvolvimento L.T.D.A.
CEPEMAR - Serviços de Consultoria Meio Ambiente Ltda.
Chocolates Garoto S/A (CIEE)
Cohab - Companhia de Habitação e Urbanização do ES (CIPE)
Coimex Logística Integrada SA
Companhia Brasileira de Ferro
Companhia Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental -
SANEAR
Companhia de Desenvolvimento de Vitória CDV
Companhia de Exploração da Terceira Ponte

Companhia de Transportes Urbanos de Grande Vitória (CETURB - GV)
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA (IDESB)
Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN (CIEE)
Companhia Portuária Vila Velha
Companhia Siderurgia da Guanabara - Cosigua
Companhia Vale do Rio Doce
Concessionária Rodovia do Sol
Concrenorte - Concreto do Norte LTDA
Concrevit Concreto Vitória Ltda.
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do ES - CREA
Conselho Regional de Medicina Veterinária (CIEE)
Consórcio Odebrecht Camargo Correa Hochtief
Construtora Abaurre Ltda.
Construtora e Incorporadora Viga Ltda.
Construtora Noberto Odebrecht S/A
Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel LTDA
Cooperativa de Laticínios Selita Ltda.
COOPNORTE - Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo
COOPTEC Cooperativa de Trabalho Téc. Industriais e Tecnólogos
Carboderivados S/A
CVC Comercial Veículos Capixaba Ltda. (CIEE)
Dacaza - Arquitetura e Construções Civil Ltda.
Dadalto Administração e Participação LTDA
Dataprev - Empresas de Tecnologia e Informações da Previdência Social
Departamento de Imprensa Oficial
Departamento de Edificações e Obras
Departamento de Estradas de Rodagem do ES DER-ES
Departamento Estadual de Trânsito Do ES - DETRAN
Depran Manutenção Industrial Ltda.
DERTES - Departamento de Edificações Rodovias e Transportes
Dumilho S/A Indústria e Comércio
Elevadores Nacional do Brasil LTDA
Eluma Conexões S/A
Embraer

Empresa Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão S/A - EMBRAE
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Empresa Brasileira de Telecomunicações
Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo PRODEST
Empresa de Processamento de Dados do Estado do ES
Empresa de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim -DATACI
Empresa de tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV
Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
Escelsa - Espirito Santo Centrais Elétricas
FAESA - Fundação de Assistência e Educação
Flexibrás Tubos Flexíveis Ltda.
Fucape - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contad. Econ.
Fundação Ceciliano Abel de Almeida
Fundação de Apoio À Educação Pesquisa Desenv. Técnico Cient. do CEFTES
Fundação Ecossistemas do Espírito Santo
Fundação Espirito Santense de Tecnologia - FEST
Fundação IBGE - Unidade Estadual do IBGE do Espírito Santo (EMPREGO)
Fundação Jorge Duprat Figueiredo Seg. Med do Trabalho
Fundação Nacional de Saúde
Fundação Vale do Rio Doce
Furnas - Centrais Elétricas S/A
Galwan Construtora e Incorporadora Ltda.
Gerdau Açominas S/A
Granasa - Granitos Nacionais LTDA
Henrique Tommasi Netto Analises Clinicas LTDA
Hospital Metropolitano Ltda.
Hotelaria Accor Brasil S/A Pasárgada Residence Flat
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE
IBM Brasil - Indústria, Maquinas e Serviços Ltda.
IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IDESB - Instituto Desenv. Econômico e Social do Brasil
IDESEES - Instituto de Desenvolvimento Social do Estado do ES
IMAFAR - Instituto de Manipulação Farmacêutica Ltda.

Imetame Metalmecânica Ltda.
Incaper Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência e Extensão Rural
Incospal Construções Pré - Fabricados S/A
Indústria de Móveis Movelar S.A.
Indústria Votorantim S/A
Inst. de Previdência e Assistência dos Serv. do Município de Vitória
Instituto Batista de Educação de Vitória
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Humano - IBDH
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES
Instituto de Ensino Superior de Vitória
Instituto de Previdência e assistência Jerônimo Monteiro - IPAJM
Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA
Instituto Euvaldo Lodi - IEL
Instituto Jones dos Santos Neves
IPAJM - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do ES
ISJB Faculdade Salesiana de Vitória
Itabira Agro Industrial S.A.
Itacar Itapemirim Carros Ltda.
Itautec.com serviços S/A - Grupo Itautec Philco
Justiça Federal de Primeira Instância - Seção do Espírito Santo
KOBRASCO - Companhia Coreano Brasileira de Pelotização
Leste Brasileira Importadora e Exportadora Ltda.
Loreng Engenharia e Construções Ltda.
Mais Industria de Alimentos S/A
Maplan Aerolevantamentos S.A.
Marca Ambiental
Metalosa Indústria Metalúrgica S/A
Metalúrgica União Ltda.
Metron Engenharia Ltda.
Mineração Nemer Ltda.
Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do ES
Morar Construtora e Incorporação Ltda.
Nassau Editora Radio e Televisão LTDA - A Tribuna
Norpel - Pelotização do Norte S/A

Paranasa Engenharia e Comercio S/A
Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A.
Policia Civil ES
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Prefeitura Municipal de Afonso Claudio
Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo
Prefeitura Municipal de Aracruz
Prefeitura Municipal de Baixo Guandu
Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco ES
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Prefeitura Municipal de Cariacica (CIEE)
Prefeitura Municipal de Colatina
Prefeitura Municipal de Domingos Martins
Prefeitura Municipal de Fundão
Prefeitura Municipal de Guaçuí
Prefeitura Municipal de Ibirapu
Prefeitura Municipal de Itapemirim
Prefeitura Municipal de Itarana
Prefeitura Municipal de João Neiva
Prefeitura Municipal de Marechal Floriano(EMPREGO)
Prefeitura Municipal de Marilândia
Prefeitura Municipal de Rio Bananal
Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha
Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã
Prefeitura Municipal de Serra (CIEE)
Prefeitura Municipal de Viana
Prefeitura Municipal de Viçosa
Prefeitura Municipal de Vila Valério
Prefeitura Municipal de Vila Velha - PMVV (CEFES)
Prefeitura Municipal de Vitória - PMV
Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo
PRODEST - Empresa de processamento de Dados do ES
Quintela Torres Incorporadora Ltda.

Real Café Solúvel do Brasil S.A
Refrigerantes Coroa Ltda.
Rimo Industria de Móveis e Comércio Ltda.
RS Construtora e Incorporadora Ltda.
S.A Mineração da Trindade - Samitri
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Samarco Mineração Ltda.
SEAMA - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Sebrae
Secretaria de Estado da Ação Social
Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos
Secretaria de Estado da Educação e Esportes - SEDU
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP
Secretaria de Estado do Trabalho Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria de Estado dos Transportes de Obras Publicas
Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico e Turismo
Secretaria de Estado e Segurança Pública do ES
SENAC - Serv. Nacional de Aprendizagem Comercial
Serviço Aut. de Água e Esgoto de Col.
Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Serviço Social da Ind. da Construção Civil do Estado do ES-SECONCIES
Serviço Social do Comércio – SESC - AR/ES
SESI - Serviços Social da Industria (IEL)
SETPES - Sindicato das Empresas Transportes de Passageiros do ES(CIPE)
Sinasefe Seção Sindical Seção Sindical Vitória ES
Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória –GV
Bus
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina -ES
Sindicato Unificado da Orla Portuária
Sociedade Educacional do Espírito Santo -SEDES - UVV-ES
Susano Papel e Celulose

TCG - Terminal de Cargas Gerais
Terminal de Vila Velha S/A - TVV
Tracomal Terraplanagem e Construção Machado Ltda.
Transportadora Colatinense Ltda.
Treinatec Manutenção e Montagens Ltda.
Triângulo Construções e Serviços Ltda.
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sétima Região
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo - TRE/ES
Tyresoles do Espírito Santo S/A
UBEE - Colégio Marista
UCL - Associação de Ensino Superior Unificado do Centro Leste
Unimed Vale do Rio Doce - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Usiman Serviços Manutenção Ind. e Comércio Ltda.
Usiminas Mecânica S/A
Usina Paineiras S.A.
Usiprec Usinagem de Precisão Indústria e Comércio Ltda.
Usisteel Caldeiraria e Usinagem Ltda.
Venac Veículos Nacionais Ltda.
Viação Águia Branca S/A
Viação Capixaba Ltda.
Viação Grande Vitória
Viação Itapemirim S/A
Viação Joana D'arc Ltda.
Viação Pretti Ltda.
Viação Sanremo Ltda.
Viação Satélite Ltda.
Viação Tabuazeiro Ltda.
Viga Empreendimentos Ltda.
Vitória Apart Hospital SA
Vitoriawagem S/a Comercio e Serviço de Automóveis
White Martins Gases Industriais Ltda.

